



Este número 37 da Revista **Comum** foi concebido para fazer uma singela homenagem aos 450 anos da cidade do Rio de Janeiro. Assim, abrimos a revista com três artigos acadêmicos que tratam, direta ou indiretamente, da cidade. O primeiro texto, assinado por Elis Crokidakis Castro, faz uma análise comparativa entre a cidade real do Rio de Janeiro, descrita nas crônicas escritas por João do Rio, com as cidades imaginárias, descritas por Ítalo Calvino no seu livro *Cidades invisíveis*.

O foco do trabalho de Geraldo M. P. Mainenti é a cinematografia de dois importantes cineastas do século XX, o dinamarquês Carl Theodore Dreyer e o francês Robert Bresson – especialmente a presença da religiosidade e do sagrado em seus filmes. Ambos filmaram a história de Joana D’Arc, a heroína francesa, baseados em textos oficiais do julgamento dela. Mas, o que tem isso com a cidade do Rio de Janeiro? Simples: a Joana D’Arc de Dryer foi interpretada maravilhosamente pela atriz Maria Falconetti. Um dos grandes admiradores da atriz era o então colunista Vinicius de Moraes, que consegue fazer uma entrevista com Falconetti e confessa que alguém teria lhe dito algo assim: “Você sabe quem está hospedada no Copacabana? Joana D’Arc em pessoa...”. Como anexo ao texto de Geraldo Mainenti reproduzimos na íntegra o texto da matéria assinada por Vinicius de Moraes, publicada no jornal A Manhã, de 09 de junho de 1942.

O terceiro texto, assinado por Maria Helena Carmo dos Santos, estuda o projeto do Porto Maravilha, atualmente em pleno desenvolvimento na cidade, como um exemplo notório de que está sendo imposta à cidade uma intervenção de caráter mercadológico, com a utilização de estratégias de *branding* urbano apenas com o objetivo de atrair investimentos e turistas.

Como a cidade do Rio de Janeiro sempre se notabilizou pela generosidade com seus moradores e visitantes, por sugestão do Prof. Pery Cotta resolvemos dar um presente aos nossos leitores. Os professores Ricardo Benevides e Sady Bianchin, respectivamente, apresentam uma seleta de textos em prosa e poesia que têm a cidade do Rio como pano de fundo.

Mas, infelizmente nem tudo é festa. Nesse mesmo ano fomos obrigados a lamentar a perda do Prof. Hélio Alonso, fundador e Diretor-Geral das Organizações Hélio Alonso de Educação e Cultura até às vésperas de sua morte. Gostaríamos de registrar que o Prof. Hélio Alonso sempre foi um aliado da Revista **Comum** e apoiou sua criação, ainda nos finais dos anos 1970, quando um grupo de alunos e professores fizeram-lhe a proposta de criar uma revista acadêmica na área de Comunicação Social. De lá para cá passaram-se 37 anos de boa convivência que ficarão em nossa memória.

**Elis Crokidakis Castro** – Pós-doutora em Literatura Brasileira (UFRJ), doutora e mestre em Letras (UFRJ), bacharel em Letras e Direito (UFRJ). É professora de Literatura, Cinema e Direito na Associação Brasileira de Ensino Universitário (UNIABEU) e Universidade Estácio de Sá (UNESA). Acaba de lançar o livro *Temas da literatura brasileira - um passeio por sua história crítica*, pela Editora Atlas.

**Geraldo M. P. Mainenti** – Mestre em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Jornalista, bacharel em Direito e professor das Faculdades Integradas Hélio Alonso (FACHA).

**Maria Helena Carmo dos Santos** – Doutoranda em Comunicação pela UERJ, mestre em Comunicação e Cultura pela ECO-UFRJ, graduação em Relações Públicas pela UERJ e em Letras pela UFRJ. Coordenadora e professora do curso de Relações Públicas das Faculdades Integradas Hélio Alonso. mhcarmo@yahoo.com.br.

**Sady Bianchin** – Ator, poeta, diretor teatral, sociólogo, jornalista e professor da FACHA. Doutor em Teatro e Sociedade - Universidade de Roma - Itália. Mestre em Ciência da Arte - UFF. Pós-graduado em Comunicação e Cultura - UFRJ. Coordenador do Núcleo Artístico e Cultural - NAC/FACHA.

**Ricardo Benevides** – Doutor em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor adjunto do Departamento de Relações Públicas da Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCS-UERJ). Também é professor do curso de Relações Públicas das Faculdades Integradas Hélio Alonso (FACHA).

#### *Fotos e ilustrações*

**Augusto Malta** – Augusto César Malta de Campos (1864-1957) foi fotógrafo oficial da Prefeitura do então Distrito Federal, nomeado por Pereira Passos. De 1903 a 1936, documentou um período de notáveis transformações urbanísticas e arquitetônicas na cidade, acompanhando as grandes remodelações do Rio de Janeiro de seu tempo, como o desmonte do Morro do Castelo, a abertura da Av. Central, a Exposição Nacional de 1908 e a Exposição Internacional de 1922, em comemoração ao Centenário da Independência do Brasil.

**Marc Ferrez** – Marc Ferrez nasceu no Rio de Janeiro em 1843, apenas quatro anos após a fotografia ser inventada oficialmente por Louis Daguerre, na França. No início da década de 1860 começou a fotografar. Em 1867, abriu seu próprio estabelecimento, no Rio. Em 1870, se tornou fotógrafo da Marinha Imperial. A produção de Ferrez se torna histórica e mais intensa a partir de 1875, quando passa a trabalhar na Comissão Geológica do Império, o que o leva a viajar pelo Brasil.

**Georges Leuzinger** - Durante a década de 1860, este suíço radicado na capital do Império desde 1832 realizou um trabalho sistemático de documentação fotográfica do Rio de Janeiro.

**Jean-Baptiste Debret** – Um dos primeiros artistas (senão o primeiro) a retratar o Rio de Janeiro (e o Brasil) foi o pintor, desenhista e gravurista francês Jean-Baptiste Debret, que integrou a Missão Artística Francesa que desembarcou por estas plagas em 1816. Debret permaneceu por aqui até 1831 e de volta a Paris publicou sua *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*.

**Franz Grasser** – Grasser nasceu em 1911 em BadWörishofen, Alemanha. Aprendeu a profissão de fotógrafo com seu tio Othmar Rutz, que dirigia uma loja de fotografia e souvenirs em St. Moritz, Suíça. De 1936 a 1939, Grasser trabalhou em navios de várias empresas de navegação, viajando por diversos países, principalmente na América do Sul. São desta época as fotos de Grasser aqui reproduzidas.

**Juan Gutierrez** - O espanhol Juan Gutierrez fixou-se no Rio de Janeiro por volta de 1880 e tornou-se fotógrafo da Casa Imperial no último ano do Império. Documentou a “Revolta da Armada” (1893/94), retratando as fortificações, os soldados e o armamento utilizado. Suas lentes captaram, ainda, vistas de vários bairros da antiga cidade do Rio de Janeiro, reproduzindo seus panoramas, arquitetura e cotidiano. Morreu na Guerra de Canudos em 1897.

05 *A alma encantadora das cidades invisíveis*  
Elis Crokidakis Castro

18 *Joana D`Arc, com a bênção de Dreyer e Bresson*  
ou *Joana D`Arc no Rio, segundo Vinicius de Moraes*  
Geraldo M. P. Mainenti

39 *Porto Maravilha:*  
*branding como amálgama de um espaço neoliberal*  
Maria Helena Carmo dos Santos

55 **DOSSIÊ**  
**RIO EM PROSA E VERSO**

**Rio de textos – A cidade na prosa**

*Apresentação* - Ricardo Benevides

*Cinco minutos* - José de Alencar

*Memórias de um sargento de milícias* – Manuel Antonio de Almeida

*Dom Casmurro* – Machado de Assis

*Memórias póstumas de Brás Cubas* – Machado de Assis

*O livro de uma sogra* – Aluísio Azevedo

*O triste fim de Policarpo Quaresma* – Lima Barreto

*A alma encantadora das ruas* – João do Rio

**Rio de versos – A cidade na poesia**

*Apresentação* - Sady Biachin

*Roteiro sentimental do Rio de Janeiro* – Osvaldo Orico

*Rio de Janeiro* – Manuel Bandeira

*São Sebastião* – Nel Meirelles

*Cidade da felicidade* – Cairo Trindade

*Canto do Rio em Sol (parte II)* – Carlos Drummond de Andrade

*Noite carioca* – Murilo Mendes

*Roteiro lírico do Rio de Janeiro* – Geir Campos

*Cartão postal* – Amélia Alves

*Modinha* – Vinicius de Moraes

*Amado* – Líria Porto

*Um baiano no Rio* – Moraes Moreira

*Cidade Maravilhosa* – Olegário Mariano

**Conselho Editorial:**

ArianeHolzbach, Aristides Alonso, Denise Azeredo, Eliana Monteiro, Fernando Sá, José Eudes de Alencar, Paulo Alonso, Ricardo Benevides.

**Conselho Consultivo**

Aluizio Ramos Trinta – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)  
Antonio Edmilson Martins Rodrigues – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)  
Arthur Poerner – Jornalista e escritor.  
Consuelo Lins – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)  
Eduardo Neiva – Universidade do Alabama em Birmingham (EUA)  
Mário Feijó Monteiro – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)  
Márcio Gonçalves – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)  
Michel Misse – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UERJ)  
Nilson Lage – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
Potiguara Mendes da Silveira Jr. – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

**Coordenação Editorial:** Fernando Sá

**Projeto Gráfico:** Amaury Fernandes

**Secretário Executivo:** Gilvan Nascimento

**Editoração Eletrônica:** André Cunha

**Organização Hélio Alonso de Educação e Cultura**

Instituição de caráter educativo criada em 08/08/1969, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito da Educação nos níveis do 1º e 2º graus e Superior, com cursos na área de Comunicação Social, Turismo, Direito e Processamento de Dados, bem como contribuir através de projetos de desenvolvimento comunitário para o bem estar social.

Sede: Rua das Palmeiras, 60 – Rio de Janeiro – Botafogo – RJ

**FACHA**

*Unidade Botafogo*

Rua Muniz Barreto, 51 – Botafogo – RJ – Tel.: (021) 2102-3100

*Unidade Méier*

Rua Lucídio Lago, 345 Méier – RJ – Tel.: (021) 2102-3350

E-mail: facha@helioalonso.com.br

**Diretor-Geral:** Paulo Alonso

**Vice-diretora Geral:** Márcia Alonso Pfisterer

**Gerente Acadêmica:** Denise Azeredo

---

**COMUM** – v.16 – n° 37 – (janeiro/junho 2015) ISSN 0101-305X

Rio de Janeiro: Faculdades Integradas Hélio Alonso

2015

Semestral

136 Páginas

I. Comunicação – Periódicos. II. Educação

CDD 001.501

---

# A alma encantadora das cidades invisíveis

*Elis Crokidakis Castro*

(...) cada pessoa tem em mente uma cidade feita exclusivamente de diferenças, uma cidade sem figuras e sem forma, preenchida pelas cidades particulares (Ítalo Calvino - *Cidades invisíveis*).

Não é de hoje que imagens de cidades fascinam os escritores. Muitas criações foram baseadas nos encantos e mistérios da cidade, esta que se personificou através da literatura, do cinema, das artes. Desvendar os mistérios, dessa criação humana que surgiu para desenvolver as relações sociais dos homens e, por conseguinte, para fixá-lo à terra, faz com que alguns escritores transformem a simples visão que se tem de um ambiente urbano em algo extraordinário capaz de transcender seu contexto de criação e tomar vida própria além dos limites da escritura. Ou seja, a cidade torna-se protagonista dos textos, disputando com o homem o papel principal.

As ruas, a arquitetura, o tempo que é enfocado por esses ambientes, as transformações que ocorrem com o desenvolvimento, crescimento e modernização das cidades e principalmente a imagem que as cidades transmitem aos viajantes e às pessoas que nelas vivem são alguns dos pontos que procuraremos mostrar nesse trabalho que tomará as cidades como uma fonte inesgotável de temas e abordagens da existência humana. Partindo dessa ideia veremos que conhecer uma cidade é algo muito mais complexo do que o simples fato de se morar nela e saber superficialmente como ela vive.

## II

A rua nasce, como o homem, do soluço, do espaço. Há suor humano na argamassa do seu calçamento... A rua sente nos nervos essa miséria da criação, e por isso é a mais igualitária, a mais socialista, a mais niveladora das obras humanas... Ora, a rua é mais do que isso, a rua é um fator da vida das cidades, a rua tem alma! (Rio, 1995: 4).

O primeiro passo dado por um homem, quando da criação de uma cidade, é fazer a abertura de uma rua. Essa surgirá, observados os aspectos físicos e espaciais, do puro arbítrio humano que escolherá o lugar, o calçamento e os homens que com seu suor farão aparecer aquele espaço livre para o passeio, para a vida, para a imaginação e para as transgressões. Mas por que nascem as ruas? Talvez,

(...) da necessidade de alargamento das grandes comeias sociais, de interesses comerciais, dizem. Mas ninguém o sabe. Um belo dia alinha-se um tarrascal, corta-se um trecho de chácara, aterra-se um lameiro, e aí está: nasceu mais uma rua. Nasceu para evoluir, para ensaiar os primeiros passos, para balbuciar, crescer, criar uma individualidade (Rio, 1995: 6).

Assim é na rua que tudo se permite, ela como já disse João do Rio é socialista e igualitária, o rico e o pobre são iguais quando por ela passam, e assim como a morte ela é a única que uniformiza as pessoas.

Para as ruas a vida é intensa, vivem tristezas e felicidades no curto espaço de um minuto e são como as veias do corpo humano, por isso transmitem a vida de uma cidade e carregam sua alma.

Seres criados pelo homem não têm teoricamente direito de ter o que ele tem. Mas e a aura de cada obra de arte, e a aura da cidade, da rua, não seriam uma espécie de alma?

Por tudo que passam, transmitem e veem as cidades e suas ruas possuem uma energia própria que as acompanham, criam essa aura e são donas de grandes ou pequenas sensações que transbordam de seus espaços e são transmitidas às pessoas que nelas chegam e por elas passam.

O efeito das cidades sobre as pessoas é até hoje algo inexplicável. Para o viajante sendo ela ponto de chegada ou de saída sua imagem é sempre uma

lembrança que fica durante todo o caminho, seja ele bom ou ruim. Assim, independentemente de seu tempo, do tempo que o viajante levará para ultrapassar o caminho e chegar à cidade, esta estará esperando por ele, porque também para a cidade, ( não qualquer cidade ou rua), o viajante, o descobridor e o *flâneur* são imprescindíveis, pois são eles e não as pessoas comuns que podem eternizá-las, que podem fazê-las transcender de sua dimensão espaço temporal e entrar no mundo dos livros da glória e das lembranças.

Daí a explicação do fato de que mesmo morta uma cidade permanece na lembrança dos que a conheceram.

Muitas vezes a imagem da cidade é tão forte que mesmo destruída, afogada pelas águas de uma barragem ela permanece viva nas pessoas que lá viveram. E tais pessoas quando ao local da cidade retornam, passeando entre ruínas e escombros, se recordam dos dias felizes que tiveram e vivem imaginariamente o renascimento de uma cidade que já é irreal.

Por essa força de atração as cidades fazem com que muitos caminhos sejam desviados. Com suas casas, igrejas, jardins, palácios, torres, cúpulas, pontes e luzes as cidades exercem sobre o homem um fascínio maior do que qualquer outro e a recordação de alguma coisa da cidade faz com que se passe toda a vida a sonhar com aquele espaço imaginário que colorirá a existência.

Todavia não são todos os homens que têm consciência da magnitude das cidades e de suas ruas, pois para essa consciência “é preciso ter espírito vagabundo, cheio de curiosidades malsãs e os nervos com um perpétuo desejo incompreensível, é preciso ser aquele que chamamos *flâneur* e praticar o mais interessante dos esportes – a arte de flunar” (Rio, 1995: 5). Ou seja, para conhecer uma cidade, suas ruas, sua vida, é preciso que a pessoa esteja consciente disso, que tenha em mente o desejo de descobrir o que os simples olhos não descobrem, de ter curiosidade de criança, ávida por saber e por sentir e que tenha tempo.

O tempo deve ser compreendido como algo sem delimitações, flunar por aí, a qualquer hora do dia ou da noite, a qualquer estação, diz João do Rio “é perambular com inteligência” (Rio, 1995: 5).

O *flâneur* é o homem à toa que busca nas ruas a razão para a vida, tem na observação dos costumes, das pessoas e das cidades sua principal função e seu maior prazer, por isso o *flâneur* não pára, ele está sempre vagando pela cidade, descobrindo coisas, lugares, pessoas que farão parte de um mundo criado por sua imaginação. Não que o *flâneur* viva num contexto imaginário. Ao contrário disso, seu contexto é real, todavia os fatos que ele observa na realidade



quando são transportados para a literatura têm forma mágica e interessante, e um texto que aparentemente poderia ser só jornalístico, torna-se literário permanecendo através do tempo. As observações do *flâneur* são sempre pertinentes, elas carregam algo de curiosidade de questionamento e de mistério.

A cidade escolhida por João do Rio é o Rio de Janeiro; não o Rio de hoje, descaracterizado pelo progresso, uma cidade nova sobreposta à cidade original, mas o Rio do início do século XX, entre 1900 e 1910, quando a modernidade se oferecia como grande atrativo.

No tempo descrito por João, a cidade do Rio de Janeiro era um grande palco, avenidas modernas eram construídas, e a população modificava seus hábitos antigos em prol dos novos conceitos que surgiam com a modernização do espaço onde elas viviam.

Alguns acontecimentos nesse contexto possuíam grande repercussão em todo o Brasil, como por exemplo a abertura da Avenida Central, hoje Avenida Rio Branco, que cortando o centro da cidade era a verdadeira vitrine, lugar onde a população flanava para ver as últimas novidades vindas do outro lado do mundo.

O Rio de Janeiro era a cópia da Cidade Luz e funcionava como uma janela para aquele mundo desenvolvido e moderno que era representado por Paris. Poucas eram as diferenças entre Paris e o Rio de Janeiro, de maneira que o viajante que aportava na Praça XV, achava muito comum aquele ambiente que, de fato, se parecia com certas cidades europeias, destoando completamente do resto do Brasil onde o abandono e a ruralidade ainda eram predominantes.

A cidade em que João do Rio flanava era a mesma que pelas mãos de Pereira Passos e Osvaldo Cruz abria-se rumo à civilização. Isso porque juntamente com as reformas urbanas implantadas por Pereira Passos vieram as reformas sanitárias de Osvaldo Cruz, fator de essencial importância para o desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro.

Seguindo os passos transformadores, o fluxo populacional na cidade aumentava a cada dia, conseqüentemente, as variações sociais também cresciam. Vinham para o Rio de Janeiro pessoas de todo o Brasil para servirem de mão de obra nas construções que ocorriam na capital do país.

A cidade vivia um momento de grande efervescência e também um sério problema social. Sutilmente, João do Rio aborda esses problemas em suas crônicas. Isso ocorre quando vagando pela cidade, no livro *A alma encantadora das ruas*, o personagem/narrador que conta a história da cidade vai relatando também a forma de vida da população que habita os mais variados lugares,

descreve a marginalidade de alguns segmentos populacionais e de forma literária traça uma fonte de pesquisa riquíssima, onde se é possível ver com perfeição a vida daquele tempo passado.

A cidade e também seus habitantes são transcritos na crônica de João do Rio de um jeito muito especial que não permite que eles sejam esquecidos facilmente, assim ocorre com alguns dos seus personagens como: a mulher mendiga, os urubus, as mariposas de luxo, etc.

Dessa forma, o autor que é também personagem/narrador vai tentando riscar um paralelo que iguala o destino do homem ao das ruas e cidades. Ou seja, cria uma simbologia especial para a leitura desses dois elementos (rua/cidade) tão cantados e observados por ele em sua obra.

É importante perceber na crônica de João do Rio, que ele sempre estava inteirado aos processos de transformação da cidade, o que o fazia ser um indivíduo atualizado como seu tempo e com uma visão crítica aguçada.

Em vários momentos, João do Rio cita outros autores e as visões deles sobre algumas cidades, um exemplo é Balzac citado na crônica “A rua”, lá compara, falando das ruas de Paris, as impressões das ruas com as impressões humanas e teoriza dizendo “artistas modernos já não se limitam a exprimir os aspectos proteiformes da rua, analisar traço por traço o perfil físico e moral de cada rua. Vão mais longe, sonham a rua ideal, como sonharam um mundo melhor” (Rio,1995: 18).

### **O *flâneur* e o *voyeur***

Na verdade, nesses textos de João do Rio, o personagem principal é a cidade e suas ruas, e apesar do *flâneur* ser um elemento essencial pois é ele quem vai costurar todo o texto e tecer a trama do tecido que se torna a cidade, a força da cidade criada por esse texto transcende ao papel desse personagem andarilho, que acaba sendo apenas um fio condutor para as revelações daquele espaço, já que é o *flâneur* que vê os fatos que ocorrem no dia a dia das ruas, nos becos, nos canais do mangue, nas esquinas escuras sujas e mal cheirosas do porto, nas fábricas, nos lugares de prostituição e também nas vitrines luxuosas que escondem através das novidades da modernidade a verdadeira situação social da maioria dos moradores da cidade do Rio de Janeiro.

Assim, caminhando pela cidade, o *flâneur* como a costureira que puxa a linha da costura, segue a linha das ruas e relata toda a existência no centro do Rio, os acontecimentos históricos que ocorreram em cada uma delas, os nomes

antigos e o porquê dos mesmos e conta curiosamente todo o seu processo de surgimento. Portanto, o narrador personifica essa criação humana que tem, segundo ele, uma individualidade.

Traça, então, o perfil da sociedade carioca no início do século, mostrando as diferentes nacionalidades que ocupam o espaço dessa cidade tornando-a miscigenada e diz que “a rua é a civilização da estrada” (Rio, 1995: 11), se referindo a E. Demolins que afirma que “a causa primeira e decisiva da diversidade das raças é a estrada, o caminho que os homens seguem. Foi a estrada que criou a raça e o tipo social” (Rio, 1995: 11).

Através dessa afirmativa o narrador passa a divagar sobre os comportamentos humanos no âmbito das cidades, nos diferentes bairros e espaços sociais e conclui que tais espaços são determinantes nas concepções das pessoas, nos seus projetos de vida, nos seus gostos. Como se o meio ambiente em que vivessem fosse responsável pela formação da personalidade das pessoas; tese essa que era defendida por muitos estudiosos da época.

A figura e comportamentos do *flâneur* sem sombras de dúvida levam o pensamento a um outro tipo humano também comum nas cidades, principalmente nas modernas, o *voyeur*, esse tipo que vive na penumbra a observar atos alheios, nem sempre permitidos, é também um bom exemplo de transgressão que ocorre nas cidades.

Se analisamos profundamente essas duas figuras, *flâneur* e *voyeur*, percebemos que elas são bastante semelhantes, a diferença é que o *flâneur* tem o costume de observar andando. Na realidade, o *flâneur* é um *voyeur* que anda pelas ruas da cidade anotando mentalmente os momentos e fatos mais interessantes.

Sem dúvida que o momento histórico e o contexto social onde aparecem tais tipos é fundamental para que os entendamos. A fascinação que a rua exercia sobre as pessoas no início do século é algo comparado a uma novidade tecnológica nos dias de hoje.

Todos queriam ir para as ruas e curiosamente desfrutar das inovações trazidas pela modernidade. Entretanto, o *flâneur* João do Rio, tinha uma particular análise das figuras humanas que apareciam com o progresso. Isso é claro no livro *A alma encantadora das ruas*, em que num segundo momento da narrativa, após a personificação das ruas da cidade do Rio de Janeiro, o narrador passa a mostrar as pessoas que cortam o seu caminho e que são por ele representadas de várias maneiras, ironicamente, piedosamente e com muita emoção, chegando às vezes ao dramático.

Ainda na segunda parte do mesmo livro, o *dandy* João do Rio, faz um belo relato das profissões que existiam nas ruas, e nesse espaço reservado às pessoas surge uma crítica à sociedade emergente da época e à burguesia dominante.

De certo, nem tudo era maravilhoso quando do advento da modernidade no Rio de Janeiro, os contrastes socioeconômicos já começavam a se desenvolver e sinalizavam que alguma providência deveria ser tomada.

É interessante observar em algumas crônicas de João do Rio, que ele já se preocupava com a marcante diferença social que existia, pois enquanto a classe média e rica, a elite da capital saía a flunar pela Avenida Central no final da tarde, os trabalhadores do porto e as mulheres das fábricas levavam vida muito dura, sem contar que grande parte dessa população de baixa renda estava sendo expulsa do centro da cidade para dar lugar às avenidas modernas, cafés e lojas de luxo.

Contudo apesar de todos esses problemas sociais e econômicos, o universo citadino continuava sendo preservado e isso se deu de maneira muito especial, pois foi pela literatura que a imagem da cidade continuou resguardada e hoje o processo de resgate da memória do Rio de Janeiro tem sido feito basicamente sobre esses textos que retratam daquela época.

## João do Rio e Ítalo Calvino

Assim, podemos dizer que a dimensão espacial que é explorada por João do Rio em suas crônicas é diferente da que é explorada, por exemplo, por Ítalo Calvino no seu livro *Cidades invisíveis*.

Podemos dizer que a diferença básica entre os dois textos, de João e Calvino, é que João fala de uma cidade real, com problemas e pessoas que nela vivem, não taxativamente, existe nesse texto um tempo delimitado, pois não poderíamos dizer que os aspectos abordados naquela narrativa podem ainda hoje ocorrer na cidade do Rio de Janeiro, embora tenhamos consciência de que muitos dos problemas surgidos naquele tempo persistam em piores condições.

É notório que se compararmos a cidade da crônica com qualquer outra, descobriremos que sua existência com aquelas características só era possível quando da escritura dos textos, no início do século, pois o processo de transformação foi intenso e as formas descritas textualmente já não existem mais.

Por outro lado, longe de um alto grau de verossimilhança, temos o texto de Ítalo Calvino, que é pura ficção. Neste, o espaço citadino criado é muito mais mágico que o de João do Rio embora o tema seja o mesmo.

Em *Cidades invisíveis* não temos um *flâneur* vagando pela cidade, mas um desbravador, um conquistador, um mercador que desvenda a cultura dos povos em busca de novas coisas para comerciar. Logo, este narrador é como um contador de histórias que muitas vezes vai além do apenas visto pelos sentidos, tal como Sherazade, que conta, noite após noite, mil e uma histórias ao sultão, em *Cidades invisíveis*, o famoso viajante veneziano Marco Pólo descreve para Kublai Khan, a quem serviu durante muitos anos, as incontáveis cidades do imenso império do conquistador mongol. Não se trata de apenas uma cidade, mas várias, que são costuradas pela narrativa. Todas as cidades são invisíveis, imaginárias e partem das narrações de Marco Pólo para existir. Por serem criadas pela imaginação não possuem um tempo, poderíamos dizer que são atemporais e guardam por isso uma grande identidade com os contos maravilhosos, mágicos e eternos.

Suas imagens não servem para caracterizar uma época, nem tampouco servem para estudo de costumes, nem de sociedade, mas servem para o maior dos prazeres, transportar o leitor para um mundo de fantasia, envolvente e excitante.

Nesta rede de textos curtos, cada página é uma surpresa – e com frequência cada surpresa traz, embutida dentro dela, uma outra surpresa, tal como certas cidades comportam outra dentro de seus muros. Os lugares que Marco Pólo descreve sofrem as refrações da memória, as duplicidades do espelho, as insaciabilidades do desejo. Em uma palavra, são ambíguos, apresentam sempre uma dupla face, que pode se reduplicar ao infinito (Calvino, 1991: orelha).

Na disposição geográfica dos capítulos no livro há uma organização das simbologias utilizadas formando um sentido oculto que é desvendado em cada conto, gradativamente, sem chocar o leitor com as fantásticas colocações de pensamentos a respeito dos lugares descobertos por Marco Pólo. E mais, o texto revela como o conceito tradicional de cidade pode ser transplantado para outros campos do conhecimento humano. Segundo Calvino é neste livro que ele concentrou o maior número de coisas, ou seja, num único símbolo, a cidade, o autor diz que concentrou todas as suas reflexões, experiências e conjecturas. Dessa forma o estudo das cidades invisíveis, depois das palavras do autor assume um outro aspecto.

Assim não há que se comparar a simbologia da cidade de Calvino com a cidade de João do Rio, como já dissemos, pois o foco do autor carioca é o relato de fatos ocorridos vistos pelo *flâneur*, não existe nessa narrativa a proposta de se fazer maiores reflexões filosóficas sobre outras faces da existência humana. O que se analisa nas crônicas de João do Rio é a vida cotidiana da

cidade e os problemas que a assombram, todavia esses fatos que são transportados para a literatura são superficiais, pois eram crônicas escritas para um público específico, publicadas em jornais diários e que só mais tarde foram compiladas em livro.

Quanto ao livro de Calvino seria pouco, ou nada, se pautássemos o seu estudo somente na forma geográfica das cidades, pois tal livro vai adiante, ele transcende a geografia das ruas, os prédios e espaços por ele abordados. No olhar curioso e criativo do descobridor o que se ressalta é além do cotidiano vivido, que de fato pouco importa ao longo da narrativa.

Quando Marco Pólo retorna de cada viagem e começa a contar o que viu a Kublai Khan, ele sabe que o que vai fascinar o imperador não é somente a imagem de construções e riquezas, mas sim as imagens que ele cria das vivências que se somaram em cada uma das viagens. Deste fato surgem os questionamentos a serem elucidados pelo narrador: o que é a cidade e como ela é feita?

Em resposta, o narrador diz que “a cidade é feita das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado” (Calvino,1991: 14) e derivado desse conceito, a cidade se embebe como uma esponja dessa onda que refluí das recordações e se dilata. Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras (Calvino,1991: 15).

Assim a cidade se define e mostra seu poder quando influencia até os pensamentos que dela se tem, ou melhor, “a cidade diz tudo o que você deve pensar, faz você repetir o discurso, e, enquanto você acredita estar visitando Tamara, não faz nada além de registrar os nomes com os quais ela define a si própria e todas as suas partes” (Calvino, 1991: 15). Dominando tudo que se refere a ela, a cidade também domina seu tempo, não o tempo cronológico, de relógio, mas outro que não delimita as ações dos personagens e age de forma diversa. Para as cidades invisíveis não há tempo como linha, cada cidade surge das lembranças de Marco Pólo e de como ele se vê ao passar por ela, por suas ruas, castelos, pontes, etc. Suas histórias são fragmentadas, daí não ter preocupação com começo, meio e fim. Cada cidade existe por si só, ao prazer de abrimos aleatoriamente as páginas do livro. Todavia Veneza, cidade do descobridor, mercador, está sempre na sua memória como uma imagem real. Para contar ao imperador suas histórias Marco Pólo parte sempre de algo

concreto para comparar a sua imaginação e o tempo que se apresenta é sempre o da memória. Na “Cidade e a memória 4” (Calvino, 1991: 19), ele conta sobre a cidade de Zora que de tão maravilhosa foi obrigada a ficar imóvel e imutável para que o viajante a memorizasse facilmente, só que por ficar imóvel e imutável Zora definhou, desfez-se, sumiu e foi esquecida pelo mundo.

Ora, trata-se de um contra-senso, como pode algo que é criado para ser lembrado ser esquecido? A explicação é simples e dada ao longo do livro. Nada que exista como matéria viva pode ser imutável, as transformações e adaptações de uma cidade são fatos decorrentes de sua vida, significam que sua energia vital está acesa e que ela não morreu com as pessoas que partiram ou com os prédios que foram destruídos, por isso não se pode querer que uma cidade permaneça sempre a mesma desde a sua origem, pois se as pessoas mudam a cada instante, é obvio que as coisas criadas por elas também mudarão.

Seguindo nas divagações o narrador diz mais tarde que o que procurava Marco Pólo, em todas as suas viagens,

(...) estava diante de si, e mesmo que se tratasse do passado, era um passado que mudava à medida que ele prosseguia a sua viagem, porque o passado do viajante muda de acordo com o itinerário realizado, não o passado recente ao qual cada dia que passa acrescenta um dia, mas um passado mais remoto. Ao chegar a uma nova cidade, o viajante reencontra um passado que não lembrava existir: a surpresa daquilo que você deixou de ser ou deixou de possuir revela-se nos lugares estranhos, não nos conhecidos (Calvino, 1991: 28).

Ou seja, fica claro que o conceito de tempo assume conotação específica. De certa maneira vivemos todos os tempos em um só. Passado, presente e futuro se mesclam num único momento e percebemos que tudo não passa de um círculo onde nosso futuro de hoje foi nosso passado de ontem e nosso passado remoto será nosso futuro amanhã, é como se a vida fosse uma eterna repetição, só que quando vivemos não lembramos o que fomos, nem sabemos o que seremos, apenas vivemos. Por isso Marco Pólo diz que o viajante reencontra um passado que não lembrava existir.

Marcante também na narrativa de Calvino é a questão do desejo. Em “As cidades e o desejo 1” notamos que no emaranhado de coisas que compõem a cidade de Doroteia, existe sempre uma especial que é o desejo infinito, pois

no mesmo instante que se realiza um desejo surge um outro para ocupar seu lugar. Para o camaleão que conduziu o narrador essa é a coisa mais importante de Doroteia, a certeza de que se realizar aquilo que se tem vontade implica em que surja uma nova vontade e assim sucessivamente.

Todavia em “As cidades e o desejo 2”, o narrador expõe aos olhos do leitor a cidade de Anastácia, onde tudo se goza, só que por ser o lugar da realização dos desejos, Anastácia é enganosa e em vez de satisfazer os desejos do viajante, são esses que acabam satisfazendo os desejos da cidade. A imagem fantástica dessa cidade exerce sobre o homem um poder incrível, quando, não podendo se desligar de seus desejos ele se torna escravo deles.

Na realidade Calvino faz um trabalho de pensador em cada conto que escreve e lentamente vai acrescentando na narrativa elementos e interrogações que não são respondidas, mas que ficam na mente do leitor para que ele pense e responda com as suas próprias cidades.

Poderíamos nos estender ainda mais analisando ponto a ponto cada um dos símbolos utilizados pelo autor, todavia a análise dessa simbologia que une questionamentos da existência humana transbordaria de nosso objetivo inicial.

## **Conclusão**

Por isso, esperamos com essas análises ter deixado claro que a imagem da cidade pode ser modificada de acordo com quem a olha. Ou seja, nem sempre uma cidade será igual para todas as pessoas que a veem, pois justamente com a imagem concreta e real de prédios, ruas, pontes, igrejas, etc., existe a imagem da cidade que intimamente queremos ver, a qual se somam nossas vivências e expectativas.

A cidade, como observamos ao logo desse trabalho, torna-se um símbolo ao qual podemos dar milhões de significados e mesmo quando apenas relatamos a sua vida diária, a cidade deixa transparecer que existe algo a mais do que aquilo que ela mostra. Por isso, além das várias cidades que se sobrepõem a uma cidade original, temos também as cidades ocultas guardadas no interior de cada cidade e de cada pessoa.

Assim chegamos ao que pretendíamos demonstrar: conhecer uma cidade é um processo muito mais complexo e interno do que o simples ato de passar por sua ruas e olhar os prédios e lugares que ela exhibe, é preciso, acima de tudo, que saibamos traduzir suas imagens e que sintamos no fundo da alma as impressões que elas nos passam.



## Referências

- BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a modernidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- BECHIMOL, J L. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992.
- BENJAMIM, Walter. Paris capital do século XIX. In: *Walter Benjamin - Obras escolhidas III*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- CALVINO, Ítalo. *Cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- HUYSSSEN, Andrea. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- JAGUARIBE, Beatriz. *Fins de século-cidade e cultura no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- LEVI-STRAUSS, C. *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- RIO, João. *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2007.

## **Resumo**

A cidade do Rio de Janeiro, descrita nas imagens de João do Rio e as cidades imaginárias de Ítalo Calvino no seu livro *Cidades invisíveis* são os objetos desse ensaio. Em uma análise comparativa mostraremos como realidade e imaginação se confundem nas narrativas e como através de seus textos os autores demonstram, cada um a seu modo, o grande amor que sentem pelas suas cidades.

## **Palavras-chave**

Cidade – Rio de Janeiro – Narrativas sobre as cidades.

## **Abstract**

The city of Rio de Janeiro, described in João do Rio of images and imaginary cities by Italo Calvino in his book *Invisible Cities* are the objects of this essay. In a comparative analysis show how reality and imagination merge in the narrative and how through their texts the authors demonstrate, each in its own way, the love they feel for their cities.

## **Keywords**

City - Rio de Janeiro - Cities narratives.

# *Joana D`Arc, com a bênção de Dreyer e Bresson ou Joana D`Arc no Rio, segundo Vinicius de Moraes*

Geraldo M. P. Mainenti

## **Introdução**

A proposta deste trabalho é pesquisar a narrativa e a estética na cinematografia de dois importantes cineastas do século XX, o dinamarquês Carl Theodore Dreyer e o francês Robert Bresson, e observar a presença da religiosidade e do sagrado nos filmes que dirigiram, ambos baseados em textos oficiais do julgamento de Joana D`Arc: *A paixão de Joana D`Arc*, de 1928 (Dreyer), e *O processo de Joana D`Arc*, de 1962 (Bresson). As pesquisas bibliográfica e documental desse trabalho concentraram-se em consultas a livros e textos sobre a presença do religioso e do sagrado no cinema de uma maneira geral e, em especial, na obra de Dreyer e Bresson. Foram fontes de consulta, para a elaboração desse trabalho, dissertações e artigos acadêmicos sobre o tema; a cinematografia dos diretores; o livro *Notas sobre o cinematógrafo*, de Robert Bresson; as entrevistas concedidas por Bresson, em maio de 1962, ao jornalista Mário Beunat<sup>1</sup>, da TV francesa RTF, e ao crítico inglês Ian Cameron<sup>2</sup>, logo após o filme *O processo de Joana D`Arc* ganhar o prêmio especial do júri do Festival de Cannes; e ainda, de forma especial, a entrevista concedida – e publicada na edição do jornal *A Manhã*, de 9 de junho de 1942<sup>3</sup> – a Vinicius de Moraes, pela atriz Maria Falconetti (Renée Jeanne Falconetti), quando a intérprete de Joana D`Arc, na versão de Dreyer, visitou o Rio de Janeiro, em 1942, em uma noite de intenso

movimento cultural na cidade, que recebia também, para uma conferência sobre teatro, o escritor Orson Welles – conferência a qual compareceram, juntos, Falconetti e Moares, e que antecedeu a entrevista.

## O sagrado e o cinema

A religião e o sagrado sempre estiveram em evidência no cinema. Jesus Cristo foi o personagem religioso preferido dos diretores, podendo-se destacar, em ordem cronológica: Ferdinand Zecca (*A vida e paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo*, 1905); Sidney Olcott (*Da manjedoura à cruz*, 1912); Cecil B. De Mille (*O rei dos reis*, 1927); Julien Duvivier (*Golghota*, 1934); Nicholas Ray (*Rei dos reis*, 1961); Pier Paolo Pasolini (*O evangelho segundo São Mateus*, 1964); George Stevens (*A maior história de todos os tempos*, 1965); Franco Zeffirelli (*Jesus de Nazaré*, 1977); Martin Scorsese (*A última tentação de Cristo*, 1988); e Mel Gibson (*A paixão de Cristo*, 2004).

Outros importantes diretores deram destaque à temática religiosa em suas obras, entre eles Ingmar Bergman (*A fonte da donzela*, 1959: na Suécia do séc. XVI, pastores de cabra se hospedam, sem saber, na casa dos pais de uma camponesa assassinada por eles, quando ela se dirigia à igreja para cumprir a tradição de iluminá-la com velas; e *O sétimo selo*, 1956: um cavaleiro que volta das Cruzadas desafia a morte para uma partida de xadrez); Roberto Rossellini (*Francisco, arauto de Deus*, 1950: conta a vida de Francisco de Assis. No caso de Rossellini, pode-se dizer que o sagrado está inserido na sua estética; que a referência de sua obra é o sagrado, mesmo no profano, no sacrilégio); Henry King (*A canção de Bernadette*, 1943: a vida de Santa Bernadete, destacando-se as visões de Nossa Senhora, em Lourdes, na França); F. W. Murnau (*Fausto*, 1926: o demônio aposta com um anjo que pode corromper a alma de um homem íntegro, numa luta entre o bem o mal); Ermanno Olmi (*E vene un uomo*, 1965: biografia do Papa João XXIII; e *Cammina Cammina*, 1982: sobre os Reis Magos); e Philip Groning (*O grande silêncio*, 2005: documentário que mostrou o dia a dia dedicado a Deus e às orações da comunidade dos cartuxos, católicos que viviam reclusos na Grand Cha Treuse, nos Alpes franceses). E tantos outros...

Catolicidade no cinema (são muitos os diretores confessadamente católicos, até mesmo nos Estados Unidos, e os que não o são têm relações complexas com o catolicismo). No catolicismo

não vemos uma grande *mise en scène*, assim como no cinema, um culto que substitui as catedrais, como já dizia Elie Faure? O cinema parece caber inteiramente na fórmula de Nietzsche: “em que somos ainda devotos”. Ou melhor, desde os primórdios, o cristianismo e a revolução, a fé cristã e a fé revolucionária foram os dois polos que atraíram a arte das massas. É que a imagem cinematográfica, diferente do teatro, mostrava-nos a vinculação do homem com o mundo. Por isso ela se desenvolve, seja no sentido da transformação do mundo pelo homem, seja na descoberta do mundo interior e superior que é o próprio homem (Deleuze, 1990: 206).

### **Camponesa, heroína, herege... santa Joana**

A personagem abordada neste trabalho, Joana D’Arc, enfeitiçou muitos diretores de cinema. Esteve em destaque, há pouco mais de uma década, em um filme do diretor Luc Besson (*A história de Joana D’Arc*, 1999, interpretada por Milla Jovovich, numa produção franco-americana, que contou com os sofisticados recursos técnicos característicos do cinema contemporâneo globalizado); e, antes, em filmes dirigidos por Georges Méliès (*Joana D’Arc*, 1899, com apenas 19 minutos de duração, preto e branco, mudo, protagonizado por Bleuette Bernon), Cecil Blount DeMille (*Joana, a mulher*, 1916, preto e branco, mudo, com Geraldine Farrar), Victor Fleming (*Joana D’Arc*, 1948, colorido, com Ingrid Bergman), Roberto Rossellini (*Joana D’Arc na fogueira*, 1954, colorido, com Ingrid Bergman) e Otto Preminger (*Santa Joana*, 1957, preto e branco, com Jean Seberg).

A presente pesquisa, no entanto, concentrou-se em dois diretores do século XX, que produziram os filmes tendo como personagem a heroína francesa e, mais especificamente, o julgamento dela pela Santa Inquisição da Igreja Católica: Carl Theodore Dreyer (*A paixão de Joana D’Arc*, 1928, 110 minutos, preto e branco, mudo, protagonizado por Maria Falconetti) e Robert Bresson (*O processo de Joana D’Arc*, 1962, 65 minutos, preto e branco, protagonizado por Florence Delay).

Joana D’Arc nasceu no vilarejo francês de Domrémy (Domrémy-la-Pucelle, como foi rebatizado posteriormente, em homenagem a Joana, “a donzela”), provavelmente em janeiro de 1412 (essa imprecisão é retratada no filme de Dreyer, quando os inquisidores perguntam a Joana a sua idade e ela, vacilante,

conta nos dedos, pensa e repensa, antes de responder sem muita certeza: “19 anos mais ou menos”). Joana teve uma forte formação religiosa, no catolicismo.

Já na segunda metade da Guerra dos Cem Anos, quando a Inglaterra invadiu a França, a jovem camponesa, humilde e analfabeta, passou a ter visões do arcanjo Miguel, que fora enviado por Deus, acompanhado de Santa Margarida e Santa Catarina. Do trio, Joana D’Arc recebeu a ordem divina de libertar a cidade de Orleans, em poder dos ingleses, e coroar Carlos VII rei da França.

Joana estava com cerca de 17 anos, quando, para obedecer a Deus, partiu ao encontro do delfim, na cidade de Chinon, e o convenceu a entregar-lhe o comando de um exército (Twain, 1919: 3-4). Ela lutou bravamente, elevando o moral dos soldados franceses a ponto de retomar a cidade de Orleans e garantir a viagem de Carlos VII até a catedral de Reims, para a coroação (idem: 5).

No ano seguinte, em 1430, na batalha de Compiègne, foi presa e vendida aos ingleses (ibidem: 7), pelos borguinhões, leais ao duque de Borgonha, Felipe, o Belo, e inimigos dos armagnacs (fiéis ao duque de Orleans, Luís, aliado do delfim, por quem Joana D’Arc lutava, em nome de Deus). Luís fora assassinado pelos borguinhões, que tinham ajudado os ingleses a tomar Orleans.

Em janeiro de 1431, o tribunal da Santa Inquisição iniciou o julgamento de Joana D’Arc, acusando-a de heresia e bruxaria, em sessões secretas. Nas mãos do bispo de Beauvais, Pierre Cauchon, que comandou o julgamento e era ligado aos borguinhões, Joana sofreu torturas física e psicológica; chegou a fazer um acordo com o tribunal, para trocar a morte por prisão perpétua, mas voltou atrás e, com a abjuração (renúncia pública e solene de crença ou religião até então professada, de acordo com o dicionário Aulete<sup>4</sup>), foi condenada a queimar na fogueira até a morte. Em 30 de maio de 1431, Joana D’Arc foi executada, na praça do Velho Mercado, em Rouen.

Vinte e cinco anos depois da morte dela, o julgamento foi revisado, por determinação do papa Calisto II, e Joana foi declarada inocente. Quase cinco séculos mais tarde, em 1908, foi beatificada pela Igreja católica e, em 1920, foi canonizada pelo papa Bento XV. Santa Joana D’Arc é a padroeira da França.

Algumas vidas são exemplares, outras não; e entre as exemplares há as que nos convidam a imitá-las, e aquelas que observamos a distância com uma mistura de repulsão, piedade e reverência. É aproximadamente a diferença entre o herói e o santo (se podemos usar este termo mais num sentido estético que religioso). Uma vida tão absurda em seus exageros e no grau de automutilação (Sontag, 1987: 66, apud Paes e Pereira, 2010).

## A Joana D'Arc de Dreyer

A mãe biológica de Carl Dreyer (1889-1968) era sueca e solteira. O nome de batismo dele, Karl Nielsen, foi mudado para Carl Theodore Dreyer, o mesmo do homem que o adotou ainda criança, ao ficar órfão (Nazário, 2010). Dreyer teve uma formação religiosa severa, em meio a uma família dinamarquesa luterana. E essa religiosidade iria se refletir em sua obra, primordialmente em aspectos morais.

Os filmes de Carl Dreyer são baseados em ficção ou em peças de teatro, mas *A paixão de Joana D'Arc* não. Dreyer seguiu a história oficial do julgamento de Joana, pela Inquisição da Igreja Católica, mas sintetizou os 29 interrogatórios efetivamente realizados em apenas um dia. Assim como Robert Bresson, Dreyer deu relevância aos temas religiosos e à epifania e, “depois da fascinação com o julgamento, a fascinação com o suplício constituiu outra tendência recorrente em Dreyer” (Oliveira, 2011: 10). Aponta Sémolué (1961: 158) que “em quase todos os filmes de Dreyer, a morte triunfa. Nos quatro grandes filmes (*A paixão de Joana D'Arc*, *O vampiro*, *Dias de ira* e *A palavra*), além do aspecto da tortura, ela se manifesta sob o aspecto do rito fúnebre”. No documentário *Radiografia da alma*, de Torben Jensen, Dreyer comenta:

A Donzela de Orleans, a trajetória de sua morte. Quanto mais eu me familiarizava com esse material histórico, mais imperativo para mim se tornou recriar o período mais importante na vida dessa moça. Queria que o público sentisse todo aquele poder. Os detalhes dos documentos cobrindo o processo de reabilitação foram necessários. Contudo, o ano em que ocorreram os eventos parecia tão sem importância quanto distinguir entre eles e o tempo presente. Eu queria criar um hino ao triunfo da alma sobre a vida. Minha vontade, meu sentimento, meu pensamento: compreender o misticismo (Dreyer, 1995, apud Oliveira, 2011).

Quando realizou seu primeiro filme como diretor, *O presidente*, em 1918, Dreyer já consolidara a técnica e a sensibilidade de roteirista e montador, na empresa cinematográfica *Nordisk Films*, e já demonstrava o que buscava em sua obra: o real através do natural; cenários simples, *closes* de rostos sem qualquer maquiagem, a destacar a expressão humana. Uma concepção cinematográfica que estaria bem realçada uma década depois, no último filme mudo de sua

cinematografia: *A paixão de Joana D’Arc*, com base nos escritos oficiais do julgamento da heroína francesa.

Pode-se dividir o filme em etapas: a apresentação dela ao Tribunal da Inquisição (Joana sempre em plano inferior ao dos algozes); o cruel interrogatório a que é submetida pelos juízes e o sofrimento estampado em seu rosto); a tortura (apenas os instrumentos aparecem no filme) como única alternativa para a confissão de Joana e, em consequência, a preocupação dos inquisidores de que ela viesse a adoecer e, por consequência, morrer – para os inquisidores, a morte dela jamais poderia ocorrer por uma razão que não fosse a condenação, o castigo imposto pela Santa Inquisição; a comunhão da qual ela não participa, por estar em pecado, devido à não confissão de seus crimes – ela resiste, ainda assim; a assinatura, em público, do acordo para não ser excomungada e, dessa forma, escapar da fogueira, sendo condenada à prisão perpétua; a volta atrás no acordo, a abjuração; a comunhão e, na sequência, o caminho para o suplício; e, finalmente, o suplício e a revolta popular, por causa de sua morte.

Em *A paixão de Joana D’Arc*, o sagrado está presente, de forma predeterminada, nos jogos cênicos, e transcende as expressões: sombras formam a cruz; crucifixos em detalhe; a mártir coroada por espinhos; no grande plano, olhares convulsivos, penetrantes, desafiadores, perversos; sacrifício e paixão (a lembrar a paixão de Cristo). “Em ‘A Paixão de Joana D’Arc’, a origem do sagrado está na procura de Deus, mas é sobretudo a partir dos afetos e das emoções expressos pelo grande plano que o espectador faz a experiência do sagrado”, aponta Gil (2012).

A ausência da narrativa lógica se choca com a normalidade cinematográfica da época. Sem som e com legendas e intertítulos para estabelecer o diálogo entre os personagens, Dreyer não se preocupa em produzir planos de contextualização. Há uma quebra na lógica espaço-temporal.

Giles Deleuze faz observações também em relação ao extracampo, em *A paixão de Joana D’Arc*” e em outro filme de Dreyer, *Gertrud*:

O extracampo possui dois aspectos que se misturam: pode designar aquilo que está alhures, ao lado ou em volta; mas também atesta uma presença inquietante, um “alhures radical”. Considerando uma imagem enquanto um sistema fechado, cada um desses aspectos se sobrepõe ao outro segundo a natureza do “fio”. Quando mais grosso o fio, melhor o extracampo cumpre



a primeira função (acrescentar espaço ao espaço). Mas, quando o fio é tênue, ele não se contenta em reforçar o fechamento do quadro, ou em eliminar a relação com o exterior. Ele não garante, evidentemente, uma isolamento completa do sistema relativamente fechado, o que seria impossível. Mas quanto mais tênue for, mais a duração desce no sistema como uma aranha, melhor o extracampo realiza sua outra função, que é a de introduzir o transespacial e o espiritual no sistema que nunca é perfeitamente fechado. Dreyer havia feito disto um método ascético: quanto mais a imagem é espacialmente fechada, reduzida até a duas dimensões, mais ela está apta a se abrir para uma quarta dimensão, que é o tempo, e para uma quinta, que é o Espírito, a decisão espiritual de Joana e Gertrud (Deleuze, 1985: 29-30).

O grande plano expõe, pela aproximação exacerbada e reveladora das mínimas e contundentes expressões do rosto de Falconetti, de um lado, o martírio de Joana e, de outro, a crueldade e torpeza de seus algozes. Plano a plano, rosto a rosto, a história é uma sequência de emoções que saltam aos olhos – e dos olhos –, em fragmentos. “Representar é tornar visível o ausente. Portanto, não é somente evocar, mas substituir, como se a imagem estivesse aí para preencher uma carência, aliviar um desgosto” (Debray apud Barros, 2004: 49).

A expressão da máscara é uma técnica teatral que promove o vínculo entre o personagem e o espectador. Em primeiro plano, os olhos quase sempre arregalados de Falconetti, que ora denotam dor, ora consternação, que ora carregam esperança, ora surpresa, expõem a alma, o interior do personagem.

“A Paixão de Joana d’Arc”, de Carl Dreyer, já não é o tema religioso que toca o espectador, mas a expressão transcendente que se manifesta em todos os grandes planos do filme. Da força do Mal à fragilidade da inocência, nada escapa ao olhar háptico da câmara. O sofrimento de Joana d’ Arc parece projetar-se para além da superfície do ecrã. O grande plano funciona como uma revelação da *alma* e como imagem do desejo. Joana D’Arc procura a voz divina e a Inquisição quer condená-la à morte, por heresia, ou simplesmente pela necessidade de sacrificar uma vítima para reencontrar um território pacífico (interior e exterior). O grande plano é o plano da presença e do contato direto com o espectador.

Carl Dreyer criou uma imagem da natureza humana, no seu extremo sofrimento ou no seu gozo sádico, retirando o artifício estético para reforçar o realismo das emoções (Gil, 2012).

A exigência de closes e planos fechados do rosto expressivo de Maria Falconetti foi seguido à risca pelo fotógrafo Rudolph Maté, um dos grandes nomes do início do expressionismo alemão. Falconetti falaria dessa obsessão de Dreyer pela criação de uma Joana D'Arc exclusiva, quando, em visita ao Rio de Janeiro, em 1942, quando foi entrevistada pelo então cronista do jornal carioca A Manhã, Vinicius de Moraes (ver o texto completo dessa entrevista no Anexo, p. 36):

Sofri muito. Foram cinco meses de tortura. Às vezes brigávamos. Perguntava-lhe: 'Mas m. Dreyer, se o senhor me deixasse um pouco de liberdade para a ação, eu poderia dar alguma coisa de mim mesma... Ele recusava-se, formalmente. Obrigava-me à maior passividade. Filmava coberto por anteparos, para que ninguém me visse e nada me distraísse a atenção do que fazia. Acabada a cena, recolhia-me a uma casa de campo a que só ele tinha ingresso. Falava-me constantemente, incutindo-me a ideia da obra que queria realizar. Era-lhe uma ideia fixa. (...) No dia em que acedi a que me raspassem a cabeça, coisa que ele me pedia sempre, foi de uma extraordinária doçura comigo. Mas nunca o vi tão áspero como quando, desobedecendo a uma ordem expressa sua, dei uma fugida a ver a Joana D'Arc de m. Shaw. Ele soube e correu atrás de mim. Censurou-me amargamente de querer destruir-lhe o trabalho. 'Agora', disse-me, 'vai sair a Joana D'Arc de Shaw, e não a minha!' (Moraes, 1942).

Falconetti nunca mais quis fazer outro filme. Teve propostas para filmar em Hollywood, mas não as aceitou. A Moraes, ela confessou ter acabado o trabalho "num estado de nervos inimaginável." (idem). Ao ver o filme pela primeira vez, ela o detestou. "Não havia nada meu. Era tudo de m. Dreyer. Cinema é isso, é o diretor" (ibidem). E concluiu:

Engraçado. A grande crítica que se fez ao filme foi a sua falta de desenvolvimento, de progressão. Eu própria achei assim, vendo aquelas

figuras em luz e sombra, paradas, lentas. Só mais tarde compreendi que não podia ser de outro modo, que tratava-se de uma visão, de um instante em cinema (Falconetti apud Morais, 1942).

A importância do cinema de Dreyer e a admiração de outros diretores por ele podem ser medidas pelas homenagens que lhe fizeram Jean-Luc Godard e François Truffaut: Godard, quando, em *Viver a vida*, de 1962, a personagem principal vai ao cinema assistir ao filme *A paixão de Joana D'Arc* e Truffaut quando, em *A noite americana*, de 1973, o personagem que o próprio Truffaut interpreta deixa-nos entrever, ao abrir um pacote de livros com os nomes de seus mestres espirituais, o de Dreyer entre eles. Na introdução que fez para o livro de crônicas do crítico de cinema André Bazin, *O cinema da crueldade*, Truffaut revelou toda sua admiração pelo diretor dinamarquês:

Carl Dreyer foi o cineasta da brancura. A religiosidade dos temas escolhidos deu margem à ilusão e não se percebe o suficiente a violência subterrânea de sua obra e de todas as dilacerações que lhe formam as engrenagens. Jean Renoir disse dele: “Dreyer conhece o homem melhor do que um antropólogo”. Como o próprio Renoir, Carl Dreyer valorizou a sinceridade de seus personagens, cujas crenças são mostradas quase sempre em violenta oposição. Onze anos separam a realização de *O Vampiro* e a de *Dias de Ira*; existem treze anos de desemprego entre *A Palavra* e *Gertrud* – decididamente, a carreira de Carl Dreyer não foi muito mais fácil que a de (Eric von) Stroheim. Pelo menos, ele teve a satisfação de exercer sua arte até sua morte, sobrevinda pouco depois da apresentação em Paris de seu último filme, *Gertrud* (Bazin, 1989: 12).

## **A Joana D'Arc de Bresson**

Robert Bresson (1901-1999) estudou filosofia e artes plásticas; foi pintor e roteirista; e, tal como aconteceu com Dreyer, foram fortes as impressões da rigidez da formação religiosa (no caso de Bresson, no catolicismo), em sua cinematografia: carregava o rigor dos jansenistas e muitas de suas crenças, como a predestinação e a graça divina. De acordo com Pereira (2009), “se os valores expressos nas ações humanas não se explicam apenas por culturas

particulares, mas por desígnios sobrenaturais, Bresson encarna, em seus filmes, uma crença religiosa consistente e consagradora da vida” Paes e Pereira (2010), apontam que se podem ser percebidos

(...) ao menos dois níveis em que as religiões se fazem sentir para aquele que crê: o nível fundamental da relação do homem com o mundo, o totalmente outro, algo que se manifesta e é percebido (estética) e o nível pragmático da relação entre os homens, calcado nas leis racionais (moral). Doutrina esta que apresenta, de forma simbólica (do grego *syn-ballein*, “por junto”) um racionalismo mínimo de diferenciação presente nas religiões (e culturas) que utilizam o que chamamos de moral religiosa como categoria de modulação entre opostos, bem e mal, puro e impuro, altivez e baixaza, formas que coabitam o campo humano, mas que unem-se no âmbito da cultura.

A obra de Bresson – especialmente *O processo de Joana D’Arc* – está repleta desses conflitos. “No centro de seus dramas, os personagens debatem-se com a culpa e o pecado, mas vislumbram a redenção (Couto, 2012). Destaca Pereira (2009), que “Deleuze aponta essa presença do bem e do mal como inerentes ao jansenismo bressoniano”:

Em *L’argent*, o devoto Lucien só exerce a caridade em função do falso testemunho e do roubo que cometeu como condição, enquanto que Yvon só se lança no crime a partir da condição do outro. Dir-se-ia que o homem de bem começa necessariamente aí mesmo onde chega o homem do mal (Deleuze, apud Pereira, 2009).

Marcaram profundamente a obra de Bresson, também as lembranças do campo de concentração nazista, em que ficou prisioneiro, na Segunda Guerra Mundial. Ele dirigiu o primeiro longa-metragem, *Anjos do pecado* (*Les Anges du Péché*), em 1943, depois de ser libertado e ainda durante a ocupação da França pelos alemães. Antes da guerra, dirigira, em 1934, uma comédia (a única da cinematografia dele), em preto e branco, com apenas 25 minutos de duração: *Os assuntos públicos* (*Les Affaires Publiques*). Quatro de seus filmes abordam questões relacionadas à prisão: *Diário de um pároco de aldeia* (*Journal*

*d'un Curé de Campagne*, 1951), *Um condenado à morte escapou* (*Un Condamné à Mort s'est Échappé*, 1956) – que se passa, quase que totalmente, em uma prisão nazista –, *Batedor de carteiras* (*Pickpocket*, 1959) e *O processo de Joana D'Arc* (*Le Procès de Jeanne D'Arc*, 1962).

Em *Diário de um pároco de aldeia*, Bresson já pôs em prática, parcialmente, uma de suas concepções revolucionárias: a de trabalhar com um elenco sem atores profissionais. Ele queria, conforme revelou à época, “atingir uma pureza maior, um despojamento maior.” No filme, havia apenas uma atriz profissional: Marie-Monique Arkell, interpretando a baronesa. O objetivo do cineasta seria plenamente alcançado no filme seguinte: *Um condenado à morte escapou*.

Bresson queria em seus filmes modelos, não atores tradicionais. “Um ator precisa sair dele mesmo para se ver no outro. Seus modelos, uma vez que saíram deles mesmos, não poderão mais entrar”, escreveu Bresson (1979), no livro *Notas sobre o Cinematógrafo*, em que expôs suas ideias sobre o cinema, em uma sequência de aforismos. Com modelos, ele poderia distanciar os personagens dos espectadores, pela desdramatização dos personagens, permitindo que deles aflorasse o conteúdo; enquanto os atores, ao usarem as técnicas teatrais de interpretação, se revestiriam do falso: “Nada é mais falso num filme do que esse tom natural do teatro copiando a vida e calcado em sentimentos estudados” (idem). Em entrevista à televisão francesa, em 1962, o diretor revelou que seus “modelos” deveriam ter uma participação única, a qual preferiu chamar de especial:

É melhor que não trabalhem mais de uma vez comigo. Não lhes ensino o rodado no dia anterior, como fazem outros. Creio firmemente que é melhor que não saibam o que fizeram. Com este método aflora o mais profundo de cada um, que não se poderia extrair de um ator, já que normalmente se escondem atrás de sua técnica, atrás de sua arte. Pode-se dizer que o cinema, em vez de ser um teatro fotografado, poderia ser, psicologicamente, um modo de descobrir (Bresson, apud Beunet, 1962).

Ele buscava a neutralidade de expressão, a austeridade interpretativa, a tal ponto que chegou a criticar, em seus aforismos, a direção de Maria Falconetti, por Carl Dreyer, em *A paixão de Joana D'Arc*:

Na falta do verdadeiro, o público se apega ao falso. A maneira expressionista com que Falconetti lançava seus olhos ao céu, no

filme de Dreyer, arrancava lágrimas. (...) Em *O Processo de Joana D'Arc*, eu tentei, sem fazer “teatro” ou “farsa”, encontrar com palavras históricas uma verdade não-histórica (Bresson, 1979).

Minimalista, Bresson buscava um cinema austero, comedido, que esvaziasse as aparências para atingir a interioridade, que utilizasse apenas o estritamente necessário, para que a essência e a surpresa aflorassem das imagens: “É o interior que domina. Eu sei que isso pode parecer paradoxal numa arte que é toda exterior. Mas eu vi filmes em que todo mundo corre e que são lentos. Outros em que os personagens não se agitam e que são rápidos” (idem).

Era, portanto, o cinema sem a influência do teatro que Bresson procurava; não o cinema tradicional (que ele considerava ser o teatro fotografado), mas o que ele chamou de “cinematógrafo”: “Existem dois tipos de filmes: os que empregam os meios do teatro (atores, *mise-en-scène*, etc.) e se servem da câmera a fim de reproduzir; e os que empregam os meios do cinematógrafo e se servem da câmera a fim de criar” (ibidem).

Em *O processo de Joana D'Arc*, o texto que aparece de início informa que Joana “não foi sepultada, virou cinzas. Não há retrato dela, só palavras aos juízes de Rouen”. Na sequência, há um crescente rufar de tambores, enquanto sobem os créditos – é um som que voltará no fim do filme, quando Joana é executada. Segundo (Sémolué, 1993: 119 apud Takayama, 2012), “entre essas salvas de execução capital, são inscritas imagens e palavras, que, também, bateram com golpes duplicados: uma dobra do tempo é aberta e se fecha”. Os sinos tocam e ouvimos a voz da mãe de Joana, que permanece todo o tempo de costas, a dar detalhes do julgamento e da vida da filha, para contextualizar. Bresson justificou, em entrevista ao crítico inglês Ian Cameron (1962), por que decidira não mostrar o rosto da mãe de Joana, na cena: “Não quero que seja um personagem. Ademais, não é no filme. Aparece antes do título”.

Nos filmes de Bresson, a subjetividade está em toda parte: cenas cegas, que apenas sugerem o acontecimento: a cena do assassinato da sentinela, em *Um condenado à morte escapou* e as imagens dos equipamentos de tortura, sem que fosse mostrada explicitamente a tortura, em *O processo de Joana D'Arc*; sons que informam, sem a imagem como testemunha (a cena do ladrão em ação, no hipódromo, em *Batedor de carteiras*); câmera imóvel, à espera da cena, nas quais os personagens entram e saem de quadro, provocando expectativa e suspense (por várias vezes, nos deslocamentos de Joana e de seus carcereiros e inquisidores, em *O processo de Joana D'Arc*). Bresson se propõe a sempre

surpreender o espectador, de quem pretende a máxima atenção. Paes e Pereira (2010), destacam que o cinema de Bresson, tanto quanto o de Pasolini,

(...) proporcionam o esvaziamento do desejo condicionado e, por outra economia de sentidos, a possibilidade do surgimento da *graça* a quem “abre-se” para viver seus filmes: não a posição de espectador, mas um observador que leva tal serenidade de olhar, tal atenção, para participar da vida compartilhada: uma forma de religação do indivíduo com o sagrado em tempos fragmentados por olhos com fome de tudo.

Bresson propõe, em seus aforismos, essa “abertura”, a imersão do espectador, nas imagens de seus filmes: “Cave sua sensação. Olhe o que há dentro. Não a analise com palavras. Traduza-a em imagens irmãs, em sons equivalentes. Quanto mais nítida for, mais seu estilo se afirma (estilo: tudo que não for técnica) (Bresson, 1979).

Como enfatizou Paul Schrader (1972, p. 70), em sua definição do que seria o estilo transcendental de Bresson, que consistiria na busca por minimizar a participação emotiva do espectador durante todo o filme, o que ele denominou como *cotidianidade*, até que Bresson empunha uma *cisão*, algo sem sentido em si, que desemboca no último plano fílmico, um plano achatado, dotado da *estagnação*, “uma cena inerte, imobilizada”, com um crescente de som em imagem simples: o lago onde Mouchette afundou, que dilata e comprime-se como se o tempo estivesse em transe; o jumento Balthazar, combalido, cercado pelas ovelhas, no campo; Michel, atrás das grades, com olhos para Jeane; o abraço de Fontaine a seu companheiro Jost após a fuga; o lenço após a queda da jovem doce; o pilar em chamas após devorar Joana. Bresson restringe a participação emotiva do espectador até o último plano, como se prendesse sua respiração, é então que ela se solta e procura sentido onde não há. Ocorre a certeza do mistério. Um paradoxo que é a própria raiz da noção de graça no ser humano, pois ela só se manifesta quando não há manifestação alguma (Paes e Pereira, 2010: 34).

Quando o jornalista Mario Beunat, perguntou a Bresson, durante entrevista à TV francesa RTF, qual a razão do plano fixo e muito longo do final do filme *O processo de Joana D'Arc*, em que aparece somente o poste com as correntes caídas (Beunat, 1962), o cineasta não poderia ser mais bressoniano em sua resposta: “Para mim, é como uma desapareção milagrosa de Joana”.

### **Considerações finais**

O conjunto cinematográfico de Dreyer e Bresson – o primeiro, de formação luterana, e o outro, católica – tem, em comum, a forte presença de religiosidade e epifania, o que justifica, plenamente, a admiração deles pela personagem histórica Joana D'Arc.

Nos filmes objetos dessa pesquisa, ambos se valeram dos manuscritos oficiais do julgamento de Joana D'Arc. Um e outro “enxugaram os originais do processo”, ainda que de maneira diferente. Dreyer foi mais radical, condensando em apenas um dia a encenação das principais partes dos 29 interrogatórios. Bresson manteve-se mais fiel à estrutura do processo, porém alterou o texto em algumas partes, suprimindo repetições e alguns arcaísmos, mas mantendo o essencial, “para não empobrecer a cor muito particular das réplicas de Joana” (Bresson e Guitton, 1962: 92). Vale destacar que Dreyer não faz referência à virgindade de Joana D'Arc em seu filme, ao passo que Bresson dá ênfase ao fato, que, na história, é relevante do ponto de vista religioso, porque, à época, acreditava-se que o diabo não se aproximava das mulheres virgens – e Joana era acusada pela Igreja Católica de bruxaria, de ser diabólica.

As diferentes concepções cinematográficas de Dreyer e Bresson, porém, ficam evidentes nas palavras do próprio Bresson, em crítica que fez à interpretação teatral que Dreyer impôs à atriz Maria Falconetti, em *A paixão de Joana D'Arc*. A encenação carregada de expressões no filme de Dreyer, contrapõe-se aos gestos automáticos e a rigidez exigidos de seus “modelos” por Bresson, que encontrava, com isso, uma “maneira de resgatar o automatismo da vida real” (Bresson, 1979). Se Falconetti, a Joana de Dreyer, apresenta-se no filme de forma a comover seus inquisidores, a atriz de Bresson, em *O processo de Joana D'Arc*, Florence Delay, faz o inverso: austera, monocórdia, parece, muitas vezes, indiferente a eles.

Para valorizar as expressões de Falconetti, Dreyer usou em abundância o grande plano, em *plongée e contra-plongée*, em busca de maior expressividade, para dramatizar as cenas, valorizar o sofrimento de Joana e reforçar a posi-



ção inferior dela em relação aos algozes. Bresson deu preferência aos planos fechado e, principalmente, médio, com a câmera frontal, à altura da cabeça, algumas vezes em movimentos panorâmicos, criando um distanciamento proposital entre personagem e espectador.

A fragmentação está presente nos dois filmes: partes do corpo, objetos, espaço e imagens, provocando uma certa indeterminação de época. Ambos os diretores tinham esses mesmo objetivo, conforme pode-se constatar no depoimento de Delay, atriz de Bresson, e no do próprio Dreyer: “O ano em que ocorreram os eventos parecia tão sem importância quanto distinguir entre eles e o tempo presente. Eu queria criar um hino ao triunfo da alma sobre a vida. Minha vontade, meu sentimento, meu pensamento: compreender o misticismo (Dreyer, 1995 apud Oliveira, 2011). E no cineasta francês, conforme apontou Florence Delay,

(...) ao limitar, eu diria quase ao encerrar o visível, de modo tão concreto, que os planos se tornam atemporais. O que há para ver numa prisão, em não importe qual prisão? Cantos, paredes, uma cama, uma porta, correntes. Toda a atenção se fixa sobre a liberdade interior da prisioneira, sobre o seu rosto, ou, dizendo de outra maneira, sobre a sua alma (Delay apud Bresson, 2002: 137).

O “cinematógrafo” criativo de Bresson era diferente do cinema expressionista de Dreyer, é certo. Mas havia algo de sagrado a uni-los para sempre.

## Notas

1. Acessível em <http://www.ina.fr/video/I00003697> (1'27")
2. Acessível em <http://www.tijeretazos.net/Cinema/Bresson/Bresson009.htm>
3. Acessível em <http://www.viniciusdemoraes.com.br/pt-br/cinema/entrevista-com-mme-falconetti-grande-interprete-de-joana-darc-do-cineasta-carl-dreyer-bem>
4. Acessível em <http://aulete.uol.com.br/abjuração>

## Referências

- BARROS, José. A cultura da Imagem. In: *Horizonte*. Belo Horizonte, v.2, n.4, p. 49-. 59, 1º sem. 2004.
- BAZIN, André. *O cinema da crueldade*. Trad. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- BRESSON, Robert. *Notas sobre el cinematógrafo*. Trad. Saúl Yurkiévich. Cidade do México: Edições Era, 1979.
- \_\_\_\_\_. *O processo de Joana D'Arc*. Direção de Robert Bresson. Digital. Versatile Disc (65min): DVD, som, preto-e-branco. Legendado, port. Versátil: 1962.
- \_\_\_\_\_. e GUITTON, Jean. Entretien avec Robert Bresson et Jean Guitton. In: *Études cinématographiques*, 18-19, 1962. p. 85-97.
- COUTO, José Geraldo. Robert Bresson, pelo cinema monástico. Artigo: *Carta Capital*, 20/02/2012. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/cultura/robert-bresson-pelo-cinema-monastico/>
- DREYER, Carl T. *Radiografia da alma* (Carl Th. Dreyer: Min Metier). Documentário. Dirigido por Torben Jensen Skjødt, 1995.
- \_\_\_\_\_. *A paixão de Joana D'Arc*. Direção de Carl Theodor Dreyer. Digital Versatile Disc (82 min): DVD, mudo, preto-e-branco. Legendado, port. Magnus Opus: 1928.
- DELEUZE, Gilles. *Cinema 1: a imagem-movimento*. Trad. Stella Senra. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Cinema 2: imagem-tempo*. Trad. Eloísa de Araújo Ribeiro. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- GIL, Inês. O corpo, a origem e o sagrado no Cinema: uma introdução. In: *Didaskália*. Universidade Lusófona, Lisboa: 2012. Disponível em [http://www.snpcultura.org/o\\_corpo\\_a\\_origem\\_e\\_o\\_sagrado\\_no\\_cinema\\_introducao.html](http://www.snpcultura.org/o_corpo_a_origem_e_o_sagrado_no_cinema_introducao.html) ;
- MORAES, Vinicius. Entrevista com Mme. Falconetti, a grande intérprete de Joana D'Arc do cineasta Carl Dreyer, bem como o seu pronunciamento no debate sobre cinema silencioso e cinema falado. *Jornal A Manhã*, 9 de junho de 1942. Acessível em <http://www.viniciusdemoraes.com.br/pt-br/cinema/entrevista-com-mme-falconetti-grande-interprete-de-joana-darc-do-cineasta-carl-dreyer-bem>.

NAZÁRIO, Luiz. *O sagrado no cinema*. *Revista Cult*: 1010. Disponível em <http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/o-sagrado-no-cinema/>.

OLIVEIRA, Roberto A. A religião no cinema de Carl Dreyer. In: *Revista dE-sEnrEdoS* - ISSN 2175-3903 - ano III, n. 11. Teresina, PI: out-dez/2011, p.1-14.

PAES, Daniel Nunes Guimarães e PEREIRA, Miguel Serpa. *Olhar ativo: a Central Católica de Cinema do Rio de Janeiro (1954-1971)*. Dissertação de Mestrado – Departamento de Comunicação Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010. 152p.

PEREIRA, Miguel S. A transgressão e o ritual salvífico no cinema de Robert Bresson. *XIII Encontro Internacional da Sociedade Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual (Socine)* - Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) – out.2009.

SÉMOLUÉ, Jean. Douler, Noblesse Unique ou La Passion Chez Carl Dreyer. In: ESTÈVE, Michel (Org.). *La Passion du Christ comme Thème Cinématographique*. Paris: Études Cinématographiques, n. 10-11, vol. II, Lettres Modernes, 1961.

\_\_\_\_\_ *Bresson ou l'acte pur des métamorphoses*. Paris: Flammarion, 1993.

TAKAYAMA, Luiz R. *Filmar as sensações: cinema e pintura na obra de Robert Bresson*. Tese de Doutorado – Departamento de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

TWAIN, Mark. *Saint Joan of Arc*. New York: Harper & Brothers Publishers, 1919. The Library of Congress, EUA. Disponível em <https://archive.org/details/saintjoanofarc01twai>.

## Resumo

A cinematografia de dois importantes cineastas do século XX, o dinamarquês Carl Theodore Dreyer e o francês Robert Bresson – especialmente a presença da religiosidade e do sagrado em seus filmes – é o foco deste trabalho. Bresson, de formação católica, e Dreyer, luterana, deram relevância, em suas obras, aos temas religiosos e à epifania, o que justifica a admiração deles por Joana D'Arc, personagem dos filmes centrais dessa pesquisa. Ambos filmaram a história da heroína francesa baseados em textos oficiais do julgamento dela. Em *A paixão de Joana D'Arc*, de 1928, de Dreyer, a encenação carregada de expressões, contrapõe-se aos gestos automáticos e à rigidez exigidos de seus “modelos” por Bresson, em *O processo de Joana D'Arc*, de 1962. Se a atriz Maria Falconetti, a Joana de Dreyer, apresenta-se no filme de forma a comover seus inquisidores, a atriz de Bresson, Florence Delay, mostra-se austera, monocórdia, parecendo, muitas vezes, indiferente a eles. Dois caminhos fascinantes, sob as mãos abençoadas de dois mestres.

## Palavras-chave

Religiosidade no cinema – Cinematógrafo - Joana D'Arc - Robert Bresson - Carl Dreyer.

## Abstract

The cinematography of two important filmmakers of the twentieth century, the danish Carl Theodore Dreyer and the french Robert Bresson – especially the presence of religion and the sacred in their films - is the focus of this work. Bresson with catholic formation and Dreyer with Lutheran formation gave relevance in their works in religious themes and epiphany, which justifies their admiration for Joan D'Arc, the central character of the movies focus of this research. Both have filmed the history of the french heroine based on official texts of her trial. In *The Passion of Joan D'Arc*, of 1928, by Dreyer, the staging full of expressions opposes the automatic gestures and rigidity required on their “models” by Bresson in *The Trial of Joan D'Arc* of 1962. If on one hand the actress Maria Falconetti, Joan of Dreyer, presents the film in order to touch her inquisitors, on the other hand the actress of Bresson, Florence Delay, shows herself austere, monotonous, looking often indifferent to them. Two fascinating ways under the blessed hands of two teachers.

## Keywords

Religiosity in the cinema – Cinematographer - Joan D'Arc - Robert Bresson - Carl Dreyer.

## ANEXO

### **Entrevista com mme. Falconetti, a grande intérprete de Joana D'Arc do cineasta Carl Dreyer, bem como o seu pronunciamento no debate sobre cinema silencioso e cinema falado.**

A Manhã, 09 de Junho de 1942.

#### *Vinicius de Moraes*

Quando Augusto Frederico Schmidt me disse que mme. Falconetti se achava no Rio, eu cheguei a tatear por uma cadeira. Porque, no fundo, era como se eu tivesse ouvido qualquer coisa assim: “Você sabe quem está hospedada no Copacabana? Joana D’Arc em pessoa...”.

De fato, para mim não há nenhuma diferença essencial. Para mim Joana D’Arc tem o rosto de Falconetti, a cabeça de Falconetti, os olhos de Falconetti. Li o livro de Delteil sem imagem definida da santa, pois só mais tarde veria o filme de Dreyer. Mas já quando li a plaquette de Bernanos, emprestei à jovem Joana a imagem que Dreyer lhe deu. E na Inglaterra, assistindo à peça de Shaw fiquei inteiramente perturbado com o desequilíbrio que me causou ver Joana encarnada em outra mulher que não Falconetti, tão inferior a Falconetti.

Senti imediatamente que era preciso vê-la, falar com ela. Trásanteontem, passando pelo Amarelinho, dei com Roberto Alvim Correia ingerindo filosoficamente esse mau chá que se serve nos cafés do Rio. Parei para duas palavras. E a conversa, girando em torno de Falconetti, fiquei por perto de uma hora. O nosso Correia tivera a sorte de vê-la interpretando *Phèdre*, em Paris, e disse-me a respeito, com grande admiração. Mas eu nada dei a Falconetti por causa disso. A imagem de Joana D’Arc me perseguia, naqueles monumentais fundos brancos. Nunca haveria outra.

Esperando-a, no salão do Copacabana, senti-me extraordinariamente confuso. “Daqui a um instante”, pensava eu olhando o elevador, “aquela porta vai se abrir, e Joana D’Arc vai surgir dali, as mãos nas soleiras, a indumentária simples de combate, um cinturão rústico, umas botas de cano curto ajustando as calças coladas, a cabeça quase raspada, os olhos dolorosos, o rosto transportado...”. E os grandes detalhes silenciosos, lentos, do filme de Dreyer foram voltando, em sua plástica primitiva, como num poderoso mural.

Não foi assim, é claro. Falconetti surgiu, bem evidente, mas num elegante e simples vestido preto. Vinha acompanhada de seu filho. Reconheci-a imediata-

mente e de longe a cumprimentei. Ela dirigiu-se sorrindo para a minha mesa, inteiramente à vontade, vagamente surpresa com a minha mocidade, que as pessoas em geral veem maior do que realmente é. Estou beirando os trinta. O fato é que disse-lhe essas – duas ou três coisas essenciais que despertam numa mulher uma impressão muito melhor da inteligência de um homem que não importa que títulos literários ou científicos. Falei-lhe do meu reconhecimento pela sua interpretação; de sua beleza inesquecível; e de como essa beleza se transportara integral para seu filho, aquele menino de 11 anos que ali estava.

Não se passava meia hora e estávamos num táxi rumando à última conferência que Orson Welles dava, na cidade, sobre teatro. Falconetti mostrara-se interessada em ouvir o que Orson Welles dizia sobre uma arte que lhe é tão familiar. Avisei-lhe que provavelmente só pegaríamos o finzinho, pois a hora já ia pelas sete e meia. Mas ela quis arriscar assim mesmo. E a boa sorte fê-la assistir, pelo que me disseram, à melhor parte da palestra: a parte interpretativa. Orson falava de Shakespeare, recitando-lhe trechos. Depois disputou-se com duas ou três pessoas da assistência, defendendo a primazia da linha do poeta em teatro, num excelente confronto com Racine. Falconetti aplaudiu. Terminado o *entretien* apresentei o Cidadão Kane a Joana D’Arc, com grande surpresa daquele, que se mostrou por um instante emocionado. Foi, posso lhes garantir, um bom momento para mim. Falconetti sentiu a rápida e tensa mudança de expressão no rosto de Orson Welles quando lhe disse ao ouvido: “Chega aqui, é favor; quero apresentar a você a Joana D’Arc de Dreyer, a Falconetti...”. Vi-a sinceramente desvanecida.

Fiquei para jantar com ela, quem não ficaria? E foi ao jantar que ela me contou sobre o filme, de como um dia lhe haviam batido à porta e entrara esse homem que se sentara a seu lado, conversara meia hora com ela e lhe dissera que nunca faria a sua Joana D’Arc com outra mulher, embora tivesse compromissos para um teste com a própria Pitöeff. E de como realmente a ocasião chegara, e Dreyer lhe falara do que ia ser o seu filme: o momento supremo de uma criatura, o quadro fundamental de uma vida de mulher. Não amava especialmente a Joana d’Arc. Queria, sim, revelar uma mulher. Para isso precisava de toda a sua atenção, de toda a sua dedicação, de sua renúncia absoluta. Fê-la chorar como experiência. E avisou-lhe que ela precisaria viver chorando, que não veria ninguém, que só trataria com ele, que precisaria da sua obediência absoluta...

“Sofri muito”, disse mme. Falconetti. “Foram cinco meses de tortura. Às vezes brigávamos. Perguntava-lhe: ‘Mas m. Dreyer, se o senhor me deixasse um pouco de liberdade para a ação, eu poderia dar alguma coisa de mim mesma...

“Ele recusava-se formalmente. Obrigava-me à maior passividade. Filmava

coberto por anteparos, para que ninguém me visse e nada me distraísse a atenção do que fazia. Acabada a cena, recolhia-me a uma casa de campo a que só ele tinha ingresso. Falava-me constantemente, inculcando-me a ideia da obra que queria realizar. Era-lhe uma ideia fixa.

“Não foi à toa que enlouqueceu. Está internado. No dia em que acedi a que me raspassem a cabeça, coisa que ele me pedia sempre, foi de uma extraordinária doçura comigo. Mas nunca o vi tão áspero como quando, desobedecendo a uma ordem expressa sua, dei uma fugida a ver a Joana D’Arc de m. Shaw. Ele soube e correu atrás de mim. Censurou-me amargamente de querer destruir-lhe o trabalho. ‘Agora’, disse-me, ‘vai sair a Joana D’Arc de Shaw, e não a minha!’”

“Nunca mais quis fazer outro filme”, suspirou ela. “Tive propostas para Hollywood, mas não as aceitei. Acabei o trabalho num estado de nervos inimaginável. Ao ver o filme pela primeira vez, detestei-o. Não havia nada meu. Era tudo de m. Dreyer. Cinema é isso, é o diretor. Engraçado”, sorriu-se, “a grande crítica que se fez ao filme foi a sua falta de desenvolvimento, de progressão. Eu própria achei assim, vendo aquelas figuras em luz e sombra, paradas, lentas. Só mais tarde compreendi que não podia ser de outro modo, que tratava-se de uma visão, de um instante em cinema”.

Falamos sobre cinema. Contei-lhe o desenvolvimento do debate que se trava nesta coluna e pedi-lhe um pronunciamento. Falconetti sorriu:

“Dizer que eu...”

Mas seu alheamento durou pouco. Recobrou-se:

“Sou pelo silêncio. Meu pronunciamento, não o creio de muito valor. Sou uma atriz de teatro. Mas no que posso julgar, estou de acordo com o ponto de vista. O silêncio é o mais fundamental. Não é possível imaginar uma Joana D’Arc sonora ou falada, nem fazê-la melhor. Estou certa que m. Dreyer diria o mesmo no seu debate. Sabe de uma coisa, tudo o que é *décor* é pouco importante. O artista que usa disso como meio de expressão, esse não vai longe, já transigiu.”

Mme. Falconetti disse mais. Disse coisas muito importantes sobre cinema e teatro, colocando-se sempre dentro de um recato perfeito no julgamento dessas artes. Batera palmas ao ouvir Orson Welles pronunciar que “no actor can beat a good line” (nenhum ator pode com uma boa linha). Isso me bastava. Ao me despedir dela apertei-lhe afetuosamente as mãos que Dreyer sujara de esterco para filmar. Seu rosto que nunca conheceu maquilagem em cinema traduzia um agradecimento. Tive vontade de dizer-lhe como era belo e eterno na minha lembrança seu rosto de Joana D’Arc...

# Porto Maravilha: *branding* como amálgama de um espaço neoliberal

*Maria Helena Carmo dos Santos*

## **Introdução**

Há muito as cidades têm sido objeto de intervenções, de representações sociais, de estudos das mais variadas áreas do conhecimento. Filósofos, geógrafos, sociólogos, urbanistas, arquitetos têm olhado para a cidade seja para questioná-la sobre o que seria ou deveria ser, seja para analisar as modificações que ela vem sofrendo ao longo de centenas de anos, porque elas ocorrem e quais suas consequências para a sociedade.

Entre os séculos XV e XIX, a cidade passa por grandes transformações: destrói tudo o que “obstaculizava as dinâmicas dos negócios” (Cacciari, 2010: 26), consolida “o poder político num único centro nacional” (Mumford, 2004: 387) e, com o capitalismo no século XVII, há um estímulo à expansão urbana, principalmente por causa dos mercadores, financistas e senhores de terra (idem: 445) – talvez o momento em que o novo sistema econômico começa a exercer influência nos recentes Estados nacionais. Seguindo a perspectiva histórica do desenvolvimento das cidades, Mumford traz à tona um fato para se compreender como o solo urbano começou a ser apropriado no século XII, o que provavelmente poderia apontar para um olhar mais “estratégico” de ocupação da cidade, pelo menos do ponto de vista do “investimento privado”:



O traçado de uma cidade tem relação com as necessidades dos negócios (...) a unidade fundamenta não é mais a vizinhança ou o recinto fechado, mas o lote de edificação individual, cujo valor pode ser medido em termos de frente em metros: isso favorece um retângulo com uma frente estreita e grande profundidade, que proporciona um mínimo de luz e ar aos edifícios, particularmente às moradias (...) vantajosas para o especulador em imóveis, para o construtor comercial e para o advogado. Os lotes favoreciam o bloco retangular de construção, que mais uma vez tornou-se a unidade de ampliação da cidade (Mumford, 2004: 457).

Se na cidade grega e romana a centralidade está no espaço vazio, respectivamente na ágora e no fórum, na medieval, os mercados e mercadorias foram integrados e instalados no centro, na praça do mercado, ou seja, a centralidade urbana acolhe produtos e as pessoas (Lefebvre, 2011: 129), proibindo acesso àqueles que ameaçam a função econômica. Para o autor, a cidade capitalista criou o centro de consumo para o qual eram atraídos comércios raros, produtos e gêneros de luxo e onde o consumidor também consumia o espaço (idem: 130). Seria então o prenúncio de que o espaço, de forma embrionária sendo convertido em mercadoria, iria se tornar na atual cidade-mercadoria, aquela que precisa se (re) posicionar de forma estratégica no cenário global para atrair investimentos, negócios, turistas?

Neste artigo, propomos o seguinte recorte: refletir sobre como a área portuária da cidade do Rio de Janeiro, esquecida, degradada por décadas, renasce como Porto Maravilha, tomando como ponto de partida a “promessa” governamental de transformar o Rio em uma nova cidade (*site* Cidade Olímpica) através do projeto Cidade Olímpica, e como esse discurso oficial é publicizado por uma gestão de *branding* da área do porto e, por extensão, da cidade do Rio de Janeiro.

## **De porto a Porto Maravilha**

As histórias do Brasil, da cidade do Rio de Janeiro e de seu porto se fundem ao longo dos séculos. Segundo Santos e Lenzi (2005), mesmo antes da fundação do Rio de Janeiro, em 1565, o “porto” já era considerado um lugar estratégico devido às características geográficas, informação que constava nos documentos portugueses do início do século XVI, o que o tornava um importante local de ligação entre o Rio da Prata e os postos negreiros da África (idem, 2005).

No século XVIII, o porto do Rio incorpora uma nova função com a transferência da capital do Brasil Colônia de Salvador para o Rio de Janeiro: a de exportador de metais preciosos, principalmente ouro, dando início ao segundo ciclo econômico. Por essa razão, transferiu-se o mercado de escravos do Centro da cidade (Rua Direita, atual Primeiro de Março) para o Valongo cujo cais se converteu em polo central do comércio de escravos (Cardoso; Vaz; Albernaz e Pechman, 1997: 29).

Com o fim do tráfico de escravos, as instalações portuárias passaram a comercializar açúcar e, principalmente, café. Com o aumento da produção e exportação do “ouro negro” ocorreu um novo processo de urbanização e melhorias, como aterros na rua da praia da Saúde, na Prainha e no Valongo (Pinheiro; Rahba; Santos e Lenzi, 2005). No entanto, o início do processo de decadência da zona portuária muito se deve à perda de maior porto exportador do Brasil, em 1890, para a cidade de Santos, embora tenha permanecido como principal porto importador e distribuidor do país (Cardoso; Vaz; Albernaz e Pechman, 1997: 120). Parte vital da atividade econômica da cidade e do Brasil por quase quatro séculos, o porto atraía milhares de brasileiros negros (principalmente com o fim da escravidão e crise do café) para trabalho braçal, que se estabeleciam a princípio na Saúde, antigo Valongo, onde a moradia era barata (ibidem, 2005). Bairros pobres e insalubres, Saúde e Prainha enfrentaram o epicentro da primeira grande epidemia de febre amarela no Rio de Janeiro, tendo sido a área, em 1904, um dos palcos mais importantes para o episódio conhecido como a Revolta da Vacina<sup>1</sup> (Santos e Lenzi, 2005: 131).

Maior porto importador do Brasil à época do governo de Pereira Passos (1902-1906), a sua modernização representava um papel fundamental no equilíbrio das contas federais. Naquele momento, segundo Abreu (1987: 19), “era preciso também criar uma nova capital, um espaço que simbolizasse concretamente a importância do país como principal produtor de café do mundo, que expressasse os valores e os *modi vivendi* cosmopolitas e modernos das elites econômica e política nacionais”.

Era, portanto, uma política de governo a nível municipal e federal que, ao mesmo tempo em que se embelezava a cidade e se atacava a insalubridade crônica da capital federal e se “preparava a direção de expansão do uso residencial para burguesia urbana” (Pinheiro e Rabha, 2004: 46), enfrentava outra questão: era urgente a modernização do porto, afinal era um importante motor da economia nacional agrário-exportadora. Em geral, o período Passos representa “a superação efetiva da forma e das contradições da cidade colonial

escravista e o início de sua transformação em espaço adequado às exigências do modo de produção capitalista (Abreu, 1987: 67).

Nos anos 1960, a exemplo de outros portos tradicionais, com o fim do “cais de linha” e o crescimento do porto de Santos, o porto do Rio perde importância no comércio marítimo brasileiro (Atrás do porto existe uma cidade, 2009: 27). E, na década de 1970, com a construção do Viaduto da Perimetral, os bairros portuários ficaram ainda mais apartados da cidade (Ferreira, 2012). Com o passar do tempo, após o porto do Rio perder o *status* de circulação de produtos exportados e importados, a área e o entorno sofreram um longo processo de degradação e de esvaziamento populacional. Com o Projeto Porto Maravilha, que toma forma após a cidade do Rio de Janeiro ser escolhida como sede da Olimpíada 2016, quer se construir uma nova história para a região portuária.

Assim como aconteceu em Baltimore, Barcelona, Cidade do Cabo, Buenos Aires, Roterdã e Hong Kong, o principal objetivo do projeto é a recuperação urbanística e socioeconômica de uma região abandonada e decadente, apesar de alto poder de renovação (Góes, 2010: 7) a partir de investimentos em infraestrutura, habitação, comércio, indústria, mas também em cultura e entretenimento<sup>2</sup>, como AquaRio, o maior aquário marinho da América Latina; o Museu de Arte do Rio de Janeiro (MAR), o Museu do Amanhã (inauguração prevista para julho de 2015); e o novo prédio da Biblioteca Nacional, cujo projeto “valoriza os vínculos entre o edifício e a praça-esplanada resultante da reurbanização do Porto, justamente na inflexão do cais, na posição em que ele se abre à cidade”<sup>3</sup>. Para o presidente da Cdurp<sup>4</sup>, o novo prédio “será mais uma atração do corredor cultural formado pelo novo passeio público”<sup>5</sup> em construção na Avenida Rodrigues Alves, que ligará a Praça XV ao Armazém 8 do Cais do Porto. De acordo com o discurso oficial, o projeto Porto Maravilha vai ao encontro às políticas de requalificação urbana que parecem privilegiar “o tempo livre à disposição dos cidadãos que, deste modo, reivindicam um correspondente espaço público” (Ferreira e Indovina, 1999: 10), em uma “releitura” da cidade que já teve em seu porto uma importante centralidade.

Intervenções urbanísticas de grande impacto fazem parte do Projeto Porto Maravilha, como mudanças viárias<sup>6</sup>, como a criação de uma nova rota, a Binário do Porto<sup>7</sup>, a demolição do elevador da Perimetral<sup>8</sup>, a transformação da Avenida Rodrigues Alves em via expressa e a reurbanização de 70 km de vias. O empreendimento promete mudar totalmente “o conceito de mobilidade urbana na Região Portuária (...), privilegia o transporte público coletivo, valoriza a ideia de morar perto do trabalho, cria mais espaços para o pedestre,

implanta 17 km em ciclovias, contempla recursos de acessibilidade e integra os sistemas de meios de locomoção na área”<sup>9</sup>.

Com grandes eventos sendo realizados no Rio de Janeiro, como Copa do Mundo e Olimpíada, o discurso político acredita que “o porto do Rio está prestes a se transformar em um novo paradigma para o país, dessa vez integrado ao movimento das cidades mundiais” (Paes, 2010: 5) e a região portuária em “dinâmicos centros irradiadores de desenvolvimento econômico, social e cultural” (idem). Para marcar o contexto atual, o Porto Maravilha parece antecipar o que é e será: “maravilha”, como se uma metonímia da “Cidade Maravilhosa”<sup>10</sup>. Estratégias de *branding*, incluindo a própria denominação do projeto, estão em andamento, como *site* institucional, revista, folhetos e perfil no Facebook, além do Facebook Cidade Olímpica, uma vez que a requalificação da área portuária faz parte do discurso oficial em relação ao legado dos Jogos Olímpicos 2016.

### **Porto Maravilha: uma lógica neoliberal de (re)ordenamento urbano**

As áreas portuárias/fluviais sempre tiveram um papel estratégico na história das cidades. De vários portos partiram centenas de desbravadores que se lançavam em busca de conquistas de territórios ou rotas de mercado, no princípio por produtos raros e matéria-prima (madeira e minério), depois, com a Revolução Industrial, por produtos manufaturados. Atualmente, além do processo de carga e descarga, o fluxo de serviços transformou as áreas portuárias e bairros arredores em espaços de turismo, lazer e negócios. Isso reflete o que Milton Santos (2006: 161) denominou meio técnico-científico-informacional, em que, ao mesmo tempo em que há aumento da importância dos capitais fixos (estradas, pontes, etc.) e dos capitais constantes (maquinário, veículos, sementes especializadas, etc.), cresce o número e a importância dos fluxos (incluindo os financeiros). Na etapa anterior do meio geográfico, o espaço torna-se mecanizado, uma artificialização do entorno natural, em que inexistia a mediação homem e natureza.

A partir da invenção das máquinas há uma nova territorialização do espaço geográfico por meio de estradas de ferro, rodovias, fábricas, por exemplo, gerando um afastamento do meio natural. Produzido em razão do comércio (Santos, 2006: 237), colonizadora e capitalista, o meio técnico desenraizaria a cultura local, que “cede” às influências desse espaço que se expande. Atualmente, na etapa técnico-científico-informacional, os territórios são menos

“nacionais” e mais “globais” e a relação produção, circulação e consumo de mercadorias fica ainda mais fluida com as redes de comunicação sob a forma de cabos submarinos, satélites e antenas, tornando possível o controle e sincronização da produção e circulação de mercadorias em fábricas distantes da sede das empresas e a garantia do consumo em nível global. Mais uma vez, devido à mudança mundial de uma economia industrial, que molda esse período técnico, para uma economia baseada na informação, do período técnico-científico-informacional, surgem novos desafios para as cidades para que elas enfrentem a terceirização da economia, a desindustrialização e o “deslocamento” (Guala, 2007: 19).

Na cidade como centro mundial, a economia dominante é a metropolitana (Mumford, 2004: 567), sendo que, no começo do século XXI, as indústrias culturais moldam as políticas econômicas em diversas áreas urbanas, em uma potencial aceleração do entretenimento de massa que surgiu no século anterior (Kotkin, 2012: 21). Nos países avançados, as cidades apoiariam suas perspectivas futuras em centros culturais e de entretenimento, rumo a um papel mais efêmero (idem). Surgem, como consequência desse processo, conceitos efêmeros da cidade, como “Rio, capital da moda”, “Cidade Olímpica”. Os grandes eventos são, ao mesmo tempo, resultados e promotores dessa economia mais fluida ou fragmentada (Sennet, 2006) em que o turismo e a cultura exercem uma importância fundamental, criando nova oportunidade de trabalho e de consumo, redefinindo o próprio modelo de desenvolvimento (Guala, 2007: 19). Para Guala, as antigas cidades portuárias passam pela recuperação de suas áreas abandonadas, revitalizando-as com aquários e centros de ciência para que sejam competitivas internacionalmente e atraíam investimentos.

Áreas muito valorizadas, que chamam atenção do capital, elas dependem que o Estado continue desempenhando um forte papel diretivo (Sennet, 2006: 149). Ao Estado cabe verificar as modificações necessárias para o uso do solo, distintas das originais de um porto ativo economicamente. Santos enfatiza que o espaço é mais valorizado e, portanto, garante uma rentabilidade maior caso duas condições se apresentem, sempre mediadas pelo Estado: 1. de ordem técnica, ou seja, equipamentos, infraestrutura, acessibilidade; e 2. organizacional, a exemplo de leis locais, impostos, relações trabalhistas, por exemplo (2006: 166), o que favorece às parcerias público-privadas, como ocorre com o projeto de requalificação do Porto do Rio.

Próximas aos centros metropolitanos, como em outras grandes cidades, no Rio de Janeiro, a área do porto tem área altamente valorizada, que pode

ser direcionada para aproveitamentos múltiplos, ao mesmo tempo em que modernizam e reciclam galpões e armazéns, marcas da paisagem já construída, transformando-as em equipamentos voltadas ao lazer, à cultura e ao comércio, como tem sido a prática em várias outras cidades (Porto do Rio, 2001: 15). O discurso oficial da Prefeitura do Rio de Janeiro, desde o início de documentos que abordam o interesse em recuperar a região portuária indica uma “adesão” a um sistema globalizado, em que há uma ampliação do “sistema-mundo” de todos os lugares e de todos os indivíduos (Santos, 2005: 145), sendo o mundo, um conjunto de possibilidades, cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares (idem: 147).

Palco de modificações ao longo do tempo, as cidades vêm sendo planejadas mais próximas ao discurso empresarial do que ao dos interesses de cidadão. Palavras como estratégia, global, produto, mercadoria são recorrentes no discurso político das cidades que se querem lançar como mundiais, estando, portanto, subjugadas ao olhar imperativo capitalista ou uma percepção neoliberal do espaço urbano. O espaço antes obsoleto, em ruínas e sem uso precisa ter um desempenho produtivo. Para isso, esse espaço há de se especializar seja em decorrência de suas virtualidades naturais, realidade técnica ou vantagem de ordem social (Santos, 2006: 166). Santos destaca que essa “guerra de lugares” por mais investimentos, por uma recolocação no cenário mundial se torna mais “dramática quando está em jogo os empregos”. Entretanto, é possível, sim, dizer que essa “guerra de lugares” envolve intervenções urbanas, como as das zonas portuárias, com alto potencial de retorno de investimentos, revestidas por um discurso de *branding* urbano que visa a diferenciar e potencializar a imagem de uma cidade frente a outras.

Se por um lado as cidades têm de se apresentar economicamente atraentes para se (re) inserir globalmente, por outro, precisam considerar quais atributos locais podem ser incorporados à imagem que se deseja construir e projetar no exterior. Bourdin (2001: 36) defende que o local se apresenta na “construção comum do sentido que faz o vínculo social” e o local herdado, como uma genealogia que contribui para uma compreensão do social e de que como esse passado age com o presente, deve ser repensado porque se constitui em um nível de integração das ações e dos atores, dos grupos e das trocas (idem: 56). O patrimônio, então, seria uma produção local, revelando a autenticidade desse território. O local se projetaria na diferença. Nessa bipolaridade entre o global e local, ou como sugere Santos, nessa tensão entre o mundo e o lugar (2005: 154), haveria uma oposição entre o “aqui-cidade” e o “outras cidades” que

se compõem, se retroalimentam, se interdependem continuamente. É uma tensão constante na bolsa de valores das cidades em que os ativos tangíveis da cidade-empresa, quer dizer, os bens “concretos” de sua propriedade, como o uso do solo, imóveis (capital físico e financeiro) e os intangíveis (imagem, marca, capacidade de comunicação com investidores, percepção) compõem o nível de atratividade ou risco da cidade.

Buscar forma de (re) ordenação do espaço urbano se apresenta como uma possibilidade de apresentar a investidores os ativos tangíveis e intangíveis da cidade. E a reconversão das “frentes de água” tem sido, nas duas últimas décadas, uma solução de (re) invenção das cidades. Teixeira (1999: 79-81) faz um levantamento sobre três modelos de reconversão desses espaços. No modelo americano, caracterizado pelas parcerias público-privadas incorporadas ao planejamento urbano, as intervenções são “monofuncionais, muitas vezes desenraizadas”, e têm foco no turismo, lazer e recreação, nas quais aquários, centros de convenções, hotéis e marinas são destaques dos espaços construídos. O segundo modelo reproduz o modelo americano para Europa, Ásia e Austrália, com alto grau de artificialismo, terceirização e medidas de desregulamentação e flexibilização da gestão urbana para atrair investimentos em uma das formas principais do capital custear e orientar os projetos de reurbanização e reformas financiadas pela iniciativa privada (Jacobs, 2000: 326). Teixeira alerta que esse processo de financiamento e gestão a nível global tem provocado, em alguns casos, a transformação de formas arquitetônicas em um “cocktail de referências históricas e contemporâneas, incharacterístico e sem identidade” (idem: 108), comprometendo a necessária legibilidade destacada por Lynch (1999: 3) em que “as partes devem ser reconhecidas e organizadas em um modelo coerente”. No terceiro, há uma participação dos agentes locais na definição de regeneração e reestruturação dos quarteirões centrais e pericentrais, que incluem, principalmente, medidas de habitação (Ibid.: 81).

Analisando-se o projeto Porto Maravilha, identifica-se que a opção adotada é uma mescla do americano e o de reprodução desse modelo: de um lado o planejamento urbano empresarial, com as parcerias público-privadas e alguns equipamentos voltados para o turismo e lazer, como o AquaRio e hotéis; do outro uma desregulamentação e flexibilização do uso do solo urbano, tanto para atrair investimentos quanto para permitir outras ocupações que não sejam restritas às atividades portuárias.

Segundo Fix (2011), a desregulamentação realizada principalmente a partir da década de 1980 coloca a aproximação do imobiliário com o mercado

de capitais em outro patamar de especulação<sup>11</sup>, ou seja, há uma expansão da lógica financeira no espaço urbano que ocorre graças a vários agentes, como as políticas setoriais (habitação e infraestrutura), e à regulamentação dos setores financeiro e imobiliário, como se percebe na nota divulgada pela jornalista Flávia Oliveira:

Incentivos no Porto do Rio foram prorrogados. Nova lei dá mais três anos para empreendimentos da região pedirem isenção de IPTU, ITBI e ISS à prefeitura (...) R\$ 798 milhões – foi o valor dos serviços de construção civil movimentados na área do Porto no 2º semestre de 2012. É a cifra que está sujeita à isenção de ISS. Foi equivalente a 12,8% do movimento do setor na cidade (Oliveira, 2013: 26).

E na mudança de gabarito residencial: “Porto terá o maior prédio residencial da cidade – edifício de 40 andares e 1.330 apartamentos fará parte do conjunto que será construído para as Olimpíadas” (Bastos, 2012: 17).

Essa lógica de financeirização do espaço urbano torna-se mais explícita com a criação e venda de fundos imobiliários:

Os primeiros fundos imobiliários para varejo foram constituídos apenas em 1999, como o Shopping Pátio Higienópolis e o JK Financial Center. A oferta para varejo estava relacionada ao saturamento do mercado de flats que ocorreu na época. Os pequenos investidores, os mesmos que participam da incorporação de flats, poderiam ser atraídos pelos fundos, de acordo com depoimentos de agentes econômicos envolvidos (Fix, 2011: 152).

Semelhante ao processo de financiamento do Shopping Pátio Higienópolis e do JK Financial Center, o projeto do porto é gerenciado pela Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (Cdurp), com operação financeira articulada pela Prefeitura do Rio de Janeiro e por meio da criação do Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha (FIIPM), especialmente para a negociação dos Cepacs<sup>12</sup>. De acordo com o *site* Porto Maravilha<sup>13</sup>, em 13 de junho de 2011, os 6,4 milhões de Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepacs) foram arrematados em lote único, o que garantiu recursos para todas as obras e serviços da operação ur-



bana Porto Maravilha. Isso exemplifica a influência do capital financeiro no desenvolvimento do espaço urbano:

A máquina imobiliária de crescimento local mobilizou-se para a produção de bases hospedeiras para o capital financeiro e pressionou o Estado a capturar fundos públicos nas chamadas parcerias público-privadas. A combinação entre fundo público e massas de capital concentradas transformou, ainda que parcialmente, o padrão de urbanização brasileiro nas últimas décadas (Fix, 2011; 243).

A Caixa Econômica Federal, gestora do Fundo Imobiliário Porto Maravilha, tem a exclusividade para vender os Cepacs. De acordo com a mesma matéria (Magalhães, 2012), “as duas primeiras Trump Towers começam a ser erguidas no segundo semestre de 2013, com previsão de conclusão até os Jogos Olímpicos de 2016. As outras três torres serão construídas *conforme a demanda do mercado*” (grifo da autora). É o capitalismo conquistando espaço por meio da especulação imobiliária em uma grande obra urbana (Lefebvre, 1999).

Esse uso do solo urbano, cada vez menos público e mais privado, exemplificando um nível de capitalização ou financialização das atividades (Santos, 2005: 49), aparece na cobertura midiática. Na matéria de O Globo (Rocha; Pontes e Magalhães, 2013: 9), afirma-se que “com seis vagas para cruzeiros dispostos de forma que causa grande impacto na paisagem, a obra visa atender a compromissos internacionais assumidos para as Olimpíadas de 2016”, o que parece justificar o projeto controverso das docas do porto.

Associado aos Jogos Olímpicos, o Porto Maravilha representa um produto de uma cidade neoliberal que segue uma nova forma de urbanismo que surgiu nas décadas de 1960 e 70 (Greenberg, 2008: 24): o (re) desenvolvimento de áreas centrais como destinos urbanos de entretenimento (idem: 29). Para a autora, o papel assumido pelos governos municipais, o de uma governança corporativa das cidades, faz com que o *branding*<sup>14</sup> também migre do meio corporativo para o urbano. Como “multinacionais do século XXI” (Borja e Castells, 1997: 123), as cidades precisam seguir uma lógica de gestão, em que palavras como eficiência, produtividade, planejamento assumem importância no vocabulário da administração urbana. É a linguagem das organizações, do mercado incorporado à cidade, transformando-a em um produto competitivo regional, nacional e/ou internacionalmente para ser consumido por locais e turistas. Por essa nova ótica de ver as cidades, mais do que gerir o seu

dia a dia das cidades, a questão é: como atrair mais investimentos e turistas, diferenciando-as de outras já inseridas no mercado de consumo global e outras que estão construindo a sua inserção. Temos, portanto, de um lado, uma gestão urbana empresarial, que busca articular interesses públicos e privados, e de outro, mas de forma articulada e fundamental ao processo, o de planejar estratégias de *branding* que projetem a marca da cidade local e globalmente.

### **Considerações finais**

Ao que tudo indica o *branding* passa a ser “o” discurso da cidade neoliberal que intenciona sua projeção internacional a partir da construção de uma narrativa ficcional em torno do seu espaço urbano. Se uma política de requalificação da zona portuária segue uma fórmula global neoliberal em que o solo urbano tem um alto valor de mercado e é, portanto, (hiper) valorizado, conjugando uma série de intervenções – viárias, de infraestrutura, de re (construção) de novas paisagens, de cenários arquitetônicos, a tentativa de traduzir isso em forma de discurso é por meio de uma gestão de *branding* urbano.

Parece-nos possível pensar que o *branding* contribuiria para a composição de um discurso da psicosfera (cf. Santos, 2005) da região portuária da cidade do Rio de Janeiro ao produzir um sentido que estimule um (novo) imaginário para o lugar, agora “maravilhoso”. Essa visibilidade midiática da qual depende o *branding* torna o projeto Porto Maravilha um acontecimento para cidade do Rio de Janeiro, apoiado em um grande evento igualmente midiático, a Olimpíada de 2016.

Ancorado por um discurso em que tenta projetar o Porto do Rio de Janeiro como um local de ordem técnica (cf. Santos, 2006: 166), com uma excelente infraestrutura e acessibilidade, com um novo sistema viário para toda região, e organizacional (idem), com a flexibilização de leis locais, que altera o uso do solo, e impostos, o porto se apresenta como um lugar potencialmente rentável ou, como denomina Santos (ibidem: 166), com produtividade espacial, capaz de atrair investimentos. Mas, nessa disputa pela atenção global, que pode viabilizar a recuperação da área que até algum tempo atrás era degradada e sem valor de uso, o discurso do *branding* parece ser fundamental para manter o Rio de Janeiro em vantagem competitiva a outras cidades mundiais.

## Notas

1. No meio de um grande processo de reurbanização e de saneamento da capital da República, foi instituída a lei de vacinação obrigatória, estopim para uma revolta da população, já insatisfeita com a política do “bota-abaixo” do governo Pereira Passos que reconfigurou o centro da cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.ccms.saude.gov.br/revolta/revolta.html>>. Acesso em 18 de jan. 2015.
2. Disponível em: <[http://www2.rio.rj.gov.br/smu/compur/pdf/projeto\\_porto\\_maravilha.pdf](http://www2.rio.rj.gov.br/smu/compur/pdf/projeto_porto_maravilha.pdf)>, p. 9. Acesso em 18 jan. 2015.
3. Disponível em: <<http://portomaravilha.com.br/materias/novo-projeto/n-p.aspx>>. Acesso em 18 jan. 2015.
4. Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro, empresa de economia mista, controlada pela Prefeitura, que tem como principais funções implementar e gerir a concessão de obras e serviços públicos na região, além da administrar os recursos patrimoniais e financeiros referentes ao projeto. Disponível em: <<http://portomaravilha.com.br/web/sup/OperUrbanaApresent.aspx>>. Acesso em 11 jan. 2015.
5. Idem.
6. Apresentação do vídeo institucional do Porto Maravilha. Disponível em: <<http://portomaravilha.com.br/web/sup/OperUrbanaApresent.aspx>>. Acesso em 11 jan. 2015.
7. A Via Binária ou Binária do Porto substituirá a Perimetral e ligará a Rodoviária Novo Rio, a Avenida Rio Branco e a Rua Primeiro de Março às alças do Viaduto do Gasômetro. Serão 3,5 km de extensão, com seis faixas e várias saídas como alternativa para a distribuição do trânsito. A construção de dois túneis faz parte desta etapa das obras: o Túnel da Saúde, próximo à Cidade do Samba, com 80 metros de extensão e o Túnel 450 anos, próximo à Rua Primeiro de Março, com 1.480 metros.
8. A demolição do elevador da Perimetral, construído em 1974 para desafogar o trânsito na região central da cidade e ligar, não foi consenso entre urbanistas e população em geral. Recentemente, a campanha #riosemperimetral foi lançada no site Cidade Olímpica. São frequentes mensagens que mostram a nova paisagem sem o elevador.
9. Série Mobilidade Urbana. Disponível em <<http://portomaravilha.com.br/materias/mobilidade-urbana/m-u.aspx>>. Acesso em 11 fev. 2015.
10. As belezas naturais já eram destaque nos relatos dos primeiros viajantes e colonizadores. No início do século XX, escritores descreviam a cidade como “Éden Tropical”. A poetisa francesa Jeanne Catulle-Mendès teria sido a primeira pessoa a utilizar o termo “Cidade Maravilhosa” em uma série de poemas depois de visitar a cidade. Há ainda fontes que sugerem que o escritor Coelho Neto teria criado a alcunha em 1908. A expressão ainda seria nome do programa “Crônicas da Cidade Maravilhosa”, da Rádio Mayrink Veiga antes de se tornar popular com a marchinha “Cidade Maravilhosa”, cantada pela primeira vez por Aurora Miranda em um concurso de marchinhas de carnaval em 1935. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/pdf/18-1/8-18-1.pdf>>. Acesso em 11 fev. 2015.
11. Para Fix (2011: 30), o caso norte-americano é exemplar da tendência de transformação da terra em ativo financeiro puro e este foi (e continua sendo) modelo para novos arranjos institucionais no Brasil.

12. Certificado de Potencial Adicional de Construção, o CEPAC é um instrumento de captação de recursos para financiar obras públicas. Segundo o *site* do BMF Bovespa, “o investidor interessado compra, do poder municipal, o direito de construir além dos limites normais em áreas que receberão ampliação da infraestrutura urbana”. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/mercados/fundos/cepacs/cepacs.aspx?idioma=pt-br>. Acesso em: 30 jan. 2015.
13. Disponível em <http://portomaravilha.com.br/materias/cepacs/c.aspx>. Acesso em: 30 jan. 2015.
14. Branding significa “dotar produtos e serviços com o poder de uma marca. Está totalmente relacionado a criar diferenças. Para colocar uma marca em um produto, é necessário ensinar aos consumidores quem é o produto batizando-o, utilizando outros elementos de marca que ajudem a identificá-lo bem como a que ele se presta e por que o consumidor deve se interessar por ele”, de acordo com Kotler (2005: 269-270).

## Referências

- ABREU, Maurício de A. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IphanRio, Zahar, 1987.
- ATRÁS do Porto existe uma Cidade – Porto Maravilha. Rio de Janeiro, 2009.
- BASTOS, Isabela. Porto terá o maior prédio residencial do Rio. O Globo, Rio de Janeiro, 3 jun. 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/porto-tera-maior-predio-residencial-do-rio-5110899>>. Acesso em: 5 jan. 2015.
- BOURDIN, Alain. *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- CACCIARI, Massimo. *A cidade*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2010.
- CARDOSO, Elisabeth Dezouart; VAZ, Lilian Fessler; ALBERNAZ, Maria Paula e PECHMAN, Roberto Moses. *História dos Bairros – Saúde, Gamboa e Santo Cristo*. Rio de Janeiro: Ed. Index, 1987.
- DOSSIÊ de Candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos 2016. Disponível em: <[http://www.rio2016.com/sites/default/files/parceiros/dossie\\_de\\_candidatura\\_v1.pdf](http://www.rio2016.com/sites/default/files/parceiros/dossie_de_candidatura_v1.pdf)>. Acesso em: 5 jan. 2015.
- FERREIRA, Álvaro. O porto e o bonde no início do século XX e no início do século XXI: novas exclusões? *Simpósio Internacional Globalización, innovación y construcción de redes técnicas urbanas em America e Europa, 1890-1930*. Universidad de Barcelona, Facultad Geografía e História, 23-26 de enero 2012.
- FERREIRA, Vítor Matias e INDOVINA, Francesco (Orgs.) *A cidade da Expo'98: uma reconversão na frente ribeirinha de Lisboa?* Lisboa: Editorial Bizâncio, 1999.

- FIX, M. de A. B. *Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário do Brasil*. 2011. 288 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2011.
- GÓES, Felipe. A Cidade Maravilhosa cria um porto à sua altura. In: ANDREATTA, Verena. *Porto Maravilha Rio de Janeiro + 6 casos de sucesso de revitalização portuária*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010. p. 7 a 9.
- GREENBERG, Miriam. *Branding New York. How a city in crisis was sold to the world*. New York: Routledge, 2008.
- GUALA, Chito. *Mega eventi: modelli e storie di rigenerazione urbana*. Roma: Carocci, 2007.
- JACOBS, Jacobs. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- KOTKIN, Joel. *A cidade: uma história global*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- KOTLER, Philip. *Marketing Essencial: conceitos, estratégias e casos*. 1ª edição. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2005.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MAGALHÃES, L. E. Grupo de Donald Trump anuncia investimento bilionário no Rio. O Globo, Rio de Janeiro, 18 dez. 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/grupo-de-donald-trump-anuncia-investimento-bilionario-no-rio-7085404>>. Acesso em: 5 nov. 2014.
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- OLIVEIRA, Flávia. Incentivos no porto do Rio foram prorrogados. O Globo, Rio de Janeiro, Caderno negócios e Cia, p. 26, 10 jan. 2013. Disponível em: <[http://portal.newsnet.com.br/portal/certisign/pdf.jsp?cod\\_not=489300](http://portal.newsnet.com.br/portal/certisign/pdf.jsp?cod_not=489300)>. Acesso em: 5 jan. 2015.
- PAES, Eduardo. Apresentação. In: ANDREATTA, Verena. *Porto Maravilha: Rio de Janeiro + 6 casos de sucesso de revitalização portuária*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011. p. 5.
- PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas e RABHA, Nina Maria de Carvalho. *Porto do Rio de Janeiro: construindo a modernidade*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial, 2004.
- PORTO DO RIO. Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Urbanismo, Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2001.
- ROCHA, C.; PONTES, F. e MAGALHÃES, L. E. Docas despreza opinião de urbanistas sobre impactos de píer em Y e anuncia início das obras.

O Globo, Rio de Janeiro, 15 de maio 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/docas-despreza-opinio-de-urbanistas-sobre-impactos-de-pier-em-e-anuncia-inicio-das-obras-8392208>>. Acesso em: 5 jan. 2015.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2006.

\_\_\_\_\_. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, Núbia Melhem e LENZI, Maria Isabel. *O porto e a cidade*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

SENNET, Richard. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

TEIXEIRA, Miguel Branco. Reconversão de áreas urbanas em frentes de água. In: *A cidade da Expo'98: uma reconversão na frente ribeirinha de Lisboa?* Lisboa: Editorial Bizâncio, 1999.

## **Resumo**

As cidades enfrentam um cenário internacional que parece exigir que elas se (re)posicionem como produtos para garantir uma inserção em um mercado competitivo por investimentos e turistas. Neste trabalho, propomos estudar o Porto Maravilha e como este projeto propõe um novo olhar para a região portuária do Rio de Janeiro a partir de estratégias de *branding* urbano.

## **Palavras-chave**

Porto Maravilha - Rio de Janeiro – *Branding*.

## **Abstract**

Cities have been facing an international scenario that seems to require them to (re)position themselves as products to ensure their insertion into a competitive market for investment and tourists. In this article, we propose to study Porto Maravilha and how this project aims to promote a new perspective to Rio de Janeiro port from by making use of urban branding strategies.

## **Keywords**

Porto Maravilha - Rio de Janeiro – *Branding*.



*Largo do Paço*

## DOSSIÊ RIO EM PROSA E VERSO

### RIO DE TEXTOS - A CIDADE NA PROSA

*Ricardo Benevides*

O leitor da **Comum** encontrará aqui uma pequena seleção de obras de literatura intensamente identificadas com o Rio de Janeiro. Por ocasião dos 450 anos da metrópole, reunimos textos de alguns de nossos maiores artistas das letras que ambientam suas histórias na cidade – ou têm nela seu “personagem” – e contribuem para *escrevê-la*.

Eis uma noção já bastante aceita na contemporaneidade: a urbe pode ser mais do que fisicamente seus espaços supõem. Ela também é “construída” a partir de suas representações nas artes, nos relatos do povo, fixada no imaginário coletivo de seus habitantes. A contribuição desses escritores é inestimável, não apenas do que diz respeito à criação literária, mas também à cultura e à história do Rio de Janeiro, de maneira mais geral.

Esta geografia carioca é fundamental para compor o cenário no qual o protagonista de José de Alencar empreende sua busca à mulher amada, aquela com quem esteve num ônibus saindo do Andaraí. *Cinco minutos* é seu primeiro romance, publicado ao longo de 1856 como folhetim, no Diário do Rio de Janeiro – no qual Alencar trabalhou como redator-chefe –, e depois em livro. Nas reviravoltas do enredo, o herói romântico procura refúgio na Tijuca, região da cidade que, no século XIX, possuía baixíssima densidade populacional e preservava as características de sua área mais arborizada, que incluía o Alto da Boa Vista e a floresta de mesmo nome. O protagonista a descreve: “O aspecto desta natureza quase virgem, esse céu brilhante, essa



luz esplêndida, caindo em cascatas de ouro sobre as encostas dos rochedos, serenou-me completamente o espírito”.

A Tijuca daqueles tempos também fascinaria Aluísio Azevedo, n’*O livro de uma sogra*, quando se dá o reencontro de dois amigos na chácara de um deles, onde “adivinhou-se logo, desde o portão da rua, haver ali todo o conforto e regalo que nos podem proporcionar os maravilhosos arrabaldes do Rio de Janeiro”. Eles cogitam passeios à Gávea, à Vista Chinesa, e mencionam alguns dos mais marcantes cartões-postais da cidade de São Sebastião, como o Pão de Açúcar e a Baía de Guanabara.

Mas é sobre o Centro do Rio que encontraremos, provavelmente, a maior quantidade de passagens literárias, considerando sua importância histórica e sua dimensão política por volta dos 1800. O bairro que fervilhava por conta de sua vida cultural intensa, também possuía um caráter residencial. Em *Memórias de um sargento de milícias*, Manuel Antônio de Almeida cita a Rua da Vala – atualmente a Rua Uruguaiana – como o lugar onde se podia ver pessoas com esteiras colocadas à soleira da porta para contemplar “um desses luars magníficos que só fazem no Rio de Janeiro”. Em seu único romance escrito, entre 1852 e 1853, as ruas do Centro, como a da Quitanda e do Ouvidor, revelam um povo que, até então, parecia não ter espaço na literatura brasileira: os mais pobres.

Já no século XX, ao descrever Policarpo Quaresma como “antes de tudo um brasileiro”, sem predileção por uma região ou característica local, pode-se ter a ideia de que Lima Barreto o desvincula de sua cidade natal. Mas está lá, na obra, a “beleza da Guanabara”, este lugar onde o personagem ganha vida, toma o bonde e frequenta padarias francesas no entorno do bairro de São Januário. Acima de tudo, há a admiração evidente de Policarpo pelo poeta Ricardo Coração dos Outros, um violonista cuja fama começa a se estabelecer com a “estima geral da alta sociedade suburbana”, honrando “as melhores famílias do Méier, Piedade e Riachuelo”, para depois passar “à cidade, propriamente”, sendo reconhecido em “São Cristóvão e em breve (ele o esperava) Botafogo”.

Nos romances de Machado de Assis, conhecido como o bruxo do Cosme Velho, a cidade é tão presente que chega a ser impossível descontextualizar seus enredos dos logradouros cariocas. Como em *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881), o personagem volta ao Rio e encontra o “lugar da infância, a rua, a torre, o chafariz da esquina, a mulher de mantilha, o preto do ganho, as coisas e cenas da meninice, buriladas na memória. Nada menos que uma

renascença”. Ou em *Dom Casmurro* (1899), quando Bentinho constrói no Engenho Novo uma casa semelhante à da sua infância, na Rua Mata-cavalos – que hoje corresponde à rua do Riachuelo. Em diversas passagens, veremos outras ruas emblemáticas – rua do Senado, rua dos Inválidos, várias – compondo um quadro muito peculiar para recriar o Rio na obra machadiana.

Todos os textos selecionados são reproduções parciais de suas obras. A intenção é provocar a curiosidade do leitor da **Comum** em conhecê-los na íntegra, a partir deste novo olhar sobre a relação entre os autores e a cidade do Rio de Janeiro. A exceção é a crônica que fecha esta seleção, *A alma encantadora das ruas*, de João do Rio. Ali se vê a síntese quase perfeita sobre como uma cidade pode ser viva e multifacetada em sua recriação artística.

Boa leitura.



*Aqueduto da Carioca*

## **JOSÉ DE ALENCAR (1829-1877)**

### ***CINCO MINUTOS***

Texto de referência. Porto Alegre: LP&M, 2001.

#### **AD...**

##### **I**

É uma história curiosa a que lhe vou contar, minha prima.  
Mas é uma história e não um romance.

Há mais de dois anos, seriam seis horas da tarde, dirigi-me ao Rocio para tomar o ônibus de Andaraí.

Sabe que sou o homem menos pontual que há neste mundo; entre os meus imensos defeitos e as minhas poucas qualidades, não conto a pontualidade, essa virtude dos reis e esse mau costume dos ingleses.

Entusiasta da liberdade, não posso admitir de modo algum que um homem se escravize ao seu relógio e regule as suas ações pelo movimento de uma pequena agulha de aço ou pelas oscilações de uma pêndula.

Tudo isto quer dizer que, chegando ao Rocio, não vi mais ônibus algum; o empregado a quem me dirigi respondeu:

— Partiu há cinco minutos.

Resignei-me e esperei pelo ônibus de sete horas. Anoiteceu.

Fazia uma noite de inverno fresca e úmida; o céu estava calmo, mas sem estrelas. A hora marcada chegou o ônibus e apressei-me a ir tomar o meu lugar.

Procurei, como costume, o fundo do carro, a fim de ficar livre das conversas monótonas dos recebedores, que de ordinário têm sempre uma anedota insípida a contar ou uma queixa a fazer sobre o mau estado dos caminhos.

O canto já estava ocupado por um monte de sedas, que deixou escapar-se um ligeiro farfalhar, conchegando-se para dar-me lugar.

Sentei-me; prefiro sempre o contato da seda à vizinhança da casimira ou do pano.

O meu primeiro cuidado foi ver se conseguia descobrir o rosto e as formas que se escondiam nessas nuvens de seda e de rendas.

Era impossível.

Além de a noite estar escura, um maldito véu que caía de um chapeuzinho de palha não me deixava a menor esperança.

Resignei-me e assentei que o melhor era cuidar de outra coisa.

Já o meu pensamento tinha-se lançado a galope pelo mundo da fantasia, quando de repente fui obrigado a voltar por uma circunstância bem simples.

Senti no meu braço o contato suave de um outro braço que me parecia macio e aveludado como uma folha de rosa.

Quis recuar, mas não tive ânimo; deixei-me ficar na mesma posição e cismeiquei que estava sentado perto de uma mulher que me amava e que se apoiava sobre mim.

Pouco a pouco fui cedendo àquela atração irresistível e reclinando-me insensivelmente; a pressão tornou-se mais forte; senti o seu ombro tocar de leve o meu peito; e a minha mão impaciente encontrou uma mãozinha delicada e mimosa, que se deixou apertar a medo.

Assim, fascinado ao mesmo tempo pela minha ilusão e por este contato voluptuoso, esqueci-me, a ponto que, sem saber o que fazia, inclinei a cabeça e coleiquei os meus lábios ardentes nesse ombro, que estremecia de emoção.

Ela soltou um grito, que foi tomado naturalmente como susto causado pelos solavancos do ônibus, e refugiou-se no canto.

Meio arrependido do que tinha feito, voltei-me como para olhar pela portinhola do carro, e, aproximando-me dela, disse-lhe quase ao ouvido:

— Perdão!

Não respondeu; conchegou-se ainda mais ao canto.

Tomeiquei uma resolução heroica.

— Vou descer, não a incomodarei mais.

Ditas estas palavras rapidamente, de modo que só ela ouvisse, inclinei-me para mandar parar.

Mas senti outra vez a sua mãozinha, que apertava docemente a minha, como para impedir-me de sair.

Está entendido que não resisti e que me deixei ficar; ela conservava-se sempre longe de mim, mas tinha-me abandonado a mão, que eu beijava respeitosa e respeitosamente.

De repente veio-me uma ideia. Se fosse feia! se fosse velha! se fosse uma e outra coisa!

Fiquei frio e comecei a refletir.

Esta mulher, que sem me conhecer me permitia o que só se permite ao homem que se ama, não podia deixar com efeito de ser feia e muito feia.

Não lhe sendo fácil achar um namorado de dia, ao menos agarrava-se a este, que de noite e às cegas lhe proporcionara o acaso.

É verdade que essa mão delicada, essa espádua aveludada... Ilusão! Era a disposição em que eu estava!

A imaginação é capaz de maiores esforços ainda.

Nesta marcha, o meu espírito em alguns instantes tinha chegado a uma convicção inabalável sobre a fealdade de minha vizinha.

Para adquirir a certeza renovei o exame que tentara a princípio: porém, ainda desta vez, foi baldado; estava tão bem envolvida no seu mantelete e no seu véu, que nem um traço do rosto traía o seu incógnito.

Mais uma prova! Uma mulher bonita deixa-se admirar e não se esconde como uma pérola dentro da sua ostra.

Decididamente era feia, enormemente feia!

Nisto ela fez um movimento, entreabrindo o seu mantelete, e um bafejo suave de aroma de sândalo exalou-se.

Aspirei voluptuosamente essa onda de perfume, que se infiltrou em minha alma como um eflúvio celeste.

Não se admire, minha prima; tenho uma teoria a respeito dos perfumes.

A mulher é uma flor que se estuda, como a flor do campo, pelas suas cores, pelas suas folhas e sobretudo pelo seu perfume.

Dada a cor predileta de uma mulher desconhecida, o seu modo de trajar e o seu perfume favorito, vou descobrir com a mesma exatidão de um problema algébrico se ela é bonita ou feia.

De todos estes indícios, porém, o mais seguro é o perfume; e isto por um segredo da natureza, por uma lei misteriosa da criação, que não sei explicar.

Por que é que Deus deu o aroma mais delicado à rosa, ao heliotrópio, à

violeta, ao jasmim, e não a essas flores sem graça e sem beleza, que só servem para realçar as suas irmãs?

É decerto por esta mesma razão que Deus só dá à mulher linda esse tato delicado e sutil, esse gosto apurado, que sabe distinguir o aroma mais perfeito...

Já vê, minha prima, porque esse odor de sândalo foi para mim como uma revelação.

Só uma mulher distinta, uma mulher de sentimento, sabe compreender toda a poesia desse perfume oriental, desse hatchiss do olfato, que nos embala nos sonhos brilhantes das Mil e uma Noites, que nos fala da Índia, da China, da Pérsia, dos esplendores da Ásia e dos mistérios do berço do sol.

O sândalo é o perfume das odaliscas de Stambul e das huris do profeta; como as borboletas que se alimentam de mel, a mulher do Oriente vive com as gotas dessa essência divina.

Seu berço é de sândalo; seus colares, suas pulseiras, o seu leque, são de sândalo; e, quando a morte vem quebrar o fio dessa existência feliz, é ainda em uma urna de sândalo que o amor guarda as suas cinzas queridas.

Tudo isto me passou pelo pensamento como um sonho, enquanto eu aspirava ardentemente essa exalação fascinadora, que foi a pouco e pouco desvanecendo-se.

Era bela!

Tinha toda a certeza; desta vez era uma convicção profunda e inabalável.

Com efeito, uma mulher de distinção, uma mulher de alma elevada, se fosse feia, não dava sua mão a beijar a um homem que podia repeli-la quando a conhecesse; não se expunha ao escárnio e ao desprezo.

Era bela!

Mas não a podia ver, por mais esforços que fizesse.

O ônibus parou; uma outra senhora ergueu-se e saiu.

Senti a sua mão apertar a minha mais estreitamente; vi uma sombra passar diante de meus olhos no meio do ruge-ruge de um vestido, e quando dei acôrdo de mim, o carro rodava e eu tinha perdido a minha visão.

Ressoava-me ainda ao ouvido uma palavra murmurada, ou antes suspirada quase imperceptivelmente:

— Non ti scordar di me! ...

Lancei-me fora do ônibus; caminhei à direita e à esquerda; andei como um louco até nove horas da noite.

Nada!

## II

Quinze dias se passaram depois de minha aventura.

Durante este tempo é escusado dizer-lhe as extravagâncias que fiz. Fui todos os dias a Andaraí no ônibus das sete horas, para ver se encontrava a minha desconhecida; indaguei de todos os passageiros se a conheciam e não obtive a menor informação.

Estava a braços com uma paixão, minha prima, e com uma paixão de primeira força e de alta pressão, capaz de fazer vinte milhas por hora.

Quando saía, não via ao longe um vestido de seda preta e um chapéu de palha que não lhe desse caça, até fazê-lo chegar à abordagem.

No fim descobria alguma velha ou alguma costureira desjeitosa e continuava tristemente o meu caminho, atrás dessa sombra impalpável, que eu procurava havia quinze longos dias, isto é, um século para o pensamento de um amante.

Um dia estava em um baile, triste e pensativo, como um homem que ama uma mulher e que não conhece a mulher que ama.

Recostei-me a uma porta e daí via passar diante de mim uma miríade brilhante e esplêndida, pedindo a todos aqueles rostos indiferentes um olhar, um sorriso, que me desse a conhecer aquela que eu procurava.

Assim preocupado, quase não dava fé do que se passava junto de mim, quando senti um leque tocar meu braço, e uma voz que vivia no meu coração, uma voz que cantava dentro de minha alma, murmurou:

— Non ti scordar di me!...

Voltei-me.

Corri um olhar pelas pessoas que estavam junto de mim, e apenas vi uma velha que passeava pelo braço de seu cavalheiro, abanando-se com um leque.

— Será ela, meu Deus? pensei horrorizado.

E, por mais que fizesse, os meus olhos não se podiam destacar daquele rosto cheio de rugas.

A velha tinha uma expressão de bondade e de sentimento que devia atrair a simpatia; mas naquele momento essa beleza moral, que iluminava aquela fisionomia inteligente, pareceu-me horrível e até repugnante.

Amar quinze dias uma sombra, sonhá-la bela como um anjo, e por fim encontrar uma velha de cabelos brancos, uma velha coquette e namoradeira!

Não, era impossível! Naturalmente a minha desconhecida tinha fugido antes que eu tivesse tempo de vê-la.

Essa esperança consolou-me; mas durou apenas um segundo.

A velha falou e na sua voz eu reconheci, apesar de tudo, apesar de mim mesmo, o timbre doce e aveludado que ouvira duas vezes.

Em face da evidência não havia mais que duvidar. Eu tinha amado uma velha, tinha beijado a sua mão enrugada com delírio, tinha vivido quinze dias de sua lembrança.

Era para fazer-me enlouquecer ou rir; não me ri nem enlouqueci, mas fiquei com um tal tédio e um aborrecimento de mim mesmo que não posso exprimir.

Que peripécias, que lances, porém, não me reservava ainda esse drama, tão simples e obscuro!

Não distingui as primeiras palavras da velha logo que ouvi a sua voz; foi só passado o primeiro espanto que percebi o que dizia.

— Ela não gosta de bailes.

— Pois admira, replicou o cavalheiro; na sua idade!

— Que quer! não acha prazer nestas festas ruidosas e nisto mostra bem que é minha filha.

A velha tinha uma filha e isto podia explicar a semelhança extraordinária da voz. Agarrei-me a esta sombra, como um homem que caminha no escuro.

Resolvi-me a seguir a velha toda a noite, até que ela se encontrasse com sua filha: desde este momento era o meu fanal, a minha estrela polar.

A senhora e o seu cavalheiro entraram na saleta da escada. Separado dela um instante pela multidão, ia segui-la.

Nisto ouço uma voz alegre dizer da saleta:

— Vamos, mamã!

Corri, e apenas tive tempo de perceber os folhos de um vestido preto, envolto num largo burnous de seda branca, que desapareceu ligeiramente na escada.

Atravessei a saleta tão depressa como me permitiu a multidão, e, pisando calos, dando encontrões à direita e à esquerda, cheguei enfim à porta da saída,

O meu vestido preto sumiu-se pela portinhola de um cupê, que partiu a trote largo.

Voltei ao baile desanimado; a minha única esperança era a velha; por ela podia tomar informações, saber quem era a minha desconhecida, indagar o seu nome e a sua morada, acabar enfim com este enigma, que me matava de emoções violentas e contrárias.

Indaguei dela.

Mas como era possível designar uma velha da qual eu só sabia pouco mais ou menos a idade?



Todos os meus amigos tinham visto muitas velhas, porém não tinham olhado para elas.

Retirei-me triste e abatido, como um homem que se vê em luta contra o impossível.

De duas vezes que a minha visão me tinha aparecido, só me restavam uma lembrança, um perfume e uma palavra!

Nem sequer um nome!

A todo momento parecia-me ouvir na brisa da noite essa frase do Trovador, tão cheia de melancolia e de sentimento, que resumia para mim toda uma história.

Desde então não se representava uma só vez esta ópera que eu não fosse ao teatro, ao menos para ter o prazer de ouvi-la repetir.

A princípio, por uma intuição natural, julguei que ela devia, como eu, admirar essa sublime harmonia de Verdi, que devia também ir sempre ao teatro.

O meu binóculo examinava todos os camarotes com uma atenção meticulosa; via moças bonitas ou feias, mas nenhuma delas me fazia palpitar o coração.

Entrando uma vez no teatro e passando a minha revista costumada, descobri finalmente na terceira ordem sua mãe, a minha estrela, o fio de Ariadne que me podia guiar neste labirinto de dúvidas.

A velha estava só, na frente do camarote, e de vez em quando voltava-se para trocar uma palavra com alguém sentado no fundo.

Senti uma alegria inefável.

O camarote próximo estava vazio; perdi quase todo o espetáculo a procurar o cambista incumbido de vendê-lo. Por fim achei-o e subi de um pulo as três escadas.

O coração queria saltar-me quando abri a porta do camarote e entrei.

Não me tinha enganado; junto da velha vi um chapeuzinho de palha com um véu preto rocegado, que não me deixava ver o rosto da pessoa a quem pertencia.

Mas eu tinha adivinhado que era ela; e sentia um prazer indefinível em olhar aquelas rendas e fitas, que me impediam de conhecê-la, mas que ao menos lhe pertenciam.

Uma das fitas do chapéu tinha caído do lado do meu camarote, e, em risco de ser visto, não pude suster-me e beijei-a a furto.

Representava-se a Traviata e era o último ato; o espetáculo ia acabar, e eu ficaria no mesmo estado de incerteza.

Arrastei as cadeiras do camarote, tossi, deixei cair o binóculo, fiz um barulho insuportável, para ver se ela voltava o rosto.

A plateia pediu silêncio; todos os olhos procuraram conhecer a causa do rumor; porém ela não se moveu; com a cabeça meio inclinada sobre a coluna, em uma lânguida inflexão, parecia toda entregue ao encanto da música.

Tomei um partido.

Encostei-me à mesma coluna e, em voz baixa, balbuciei estas palavras:

— Não me esqueço!

Estremeceu e, baixando rapidamente o véu, conchegou ainda mais o largo burnous de cetim branco.

Cuidei que ia voltar-se, mas enganei-me; esperei muito tempo, e debalde.

Tive então um movimento de despeito e quase de raiva; depois de um mês que eu amava sem esperança, que eu guardava a maior fidelidade à sua sombra, ela me recebia friamente.

Revoltei-me.

— Compreendo agora, disse eu em voz baixa e como falando a um amigo que estivesse a meu lado, compreendo porque ela me foge, por que conserva esse mistério; tudo isto não passa de uma zombaria cruel, de uma comédia, em que eu faço o papel de amante ridículo. Realmente é uma lembrança engenhosa! Lançar em um coração o germe de um amor profundo; alimentá-lo de tempos a tempos com uma palavra, excitar a imaginação pelo mistério; e depois, quando esse namorado de uma sombra, de um sonho, de uma ilusão, passear pelo salão a sua figura triste e abatida, mostrá-lo a suas amigas como uma vítima imolada aos seus caprichos e escarnecer do louco! É espirituoso! O orgulho da mais vaidosa mulher deve ficar satisfeito!

Enquanto eu proferia estas palavras, repassadas de todo o fel que tinha no coração, a Charton modulava com a sua voz sentimental essa linda ária final da Traviata, interrompida por ligeiros acessos de uma tosse seca.

Ela tinha curvado a cabeça e não sei se ouvia o que eu lhe dizia ou o que a Charton cantava; de vez em quando as suas espáduas se agitavam com um tremor convulsivo, que eu tomei injustamente por um movimento de impaciência.

O espetáculo terminou, as pessoas do camarote saíram e ela, levantando sobre o chapéu o capuz de seu manto, acompanhou-as lentamente.

Depois, fingindo que se tinha esquecido de alguma coisa, tornou a entrar no camarote e estendeu-me a mão.

— Não saberá nunca o que me fez sofrer, disse-me com a voz trêmula.

Não pude ver-lhe o rosto; fugiu, deixando-me o seu lenço impregnado

desse mesmo perfume de sândalo e todo molhado de lágrimas ainda quentes.

Quis segui-la; mas ela fez um gesto tão suplicante que não tive ânimo de desobedecer-lhe.

Estava como dantes; não a conhecia, não sabia nada a seu respeito; porém ao menos possuía alguma coisa dela; o seu lenço era para mim uma relíquia sagrada.

Mas as lágrimas? Aquele sofrimento de que ela falava?

O que queria dizer tudo isto?

Não compreendia; se eu tinha sido injusto, era uma razão para não continuar a esconder-se de mim. Que queria dizer este mistério, que parecia obrigada a conservar?

Todas estas perguntas e as conjeturas a que elas davam lugar não me deixaram dormir.

Passei uma noite de vigília a fazer suposições, cada qual mais desarrazoada.

### III

Recolhendo-me no dia seguinte, achei em casa uma carta.

Antes de abri-la conheci que era dela, porque lhe tinha imprimido esse suave perfume que a cercava como uma auréola.

Eis o que dizia:

“Julga mal de mim, meu amigo; nenhuma mulher pode escarnecer de um nobre coração como o seu.

“Se me oculto, se fujo, é porque há uma fatalidade que a isto me obriga. E só Deus sabe quanto me custa este sacrifício, porque o amo!

“Mas não devo ser egoísta e trocar sua felicidade por um amor desgraçado.

“Esqueça-me.

Reli não sei quantas vezes esta carta, e, apesar da delicadeza de sentimento que parecia ter ditado suas palavras, o que para mim se tornava bem claro é que ela continuava a fugir-me.

Essa assinatura era a mesma letra que marcava o seu lenço e à qual eu, desde a véspera, pedia de balde um nome!

Fosse qual fosse esse motivo que ela chamava uma fatalidade e que eu supunha ser apenas escrúpulo, senão uma zombaria, o melhor era aceitar o seu conselho e fazer por esquecê-la.

Refleti então friamente sobre a extravagância da minha paixão e assentei que com efeito precisava tomar uma resolução decidida.

Não era possível que continuasse a correr atrás de um fantasma que se esvaecia quando ia tocá-lo.

Aos grandes males os grandes remédios, como diz Hipócrates. Resolvi fazer uma viagem.

Mandei selar o meu cavalo, meti alguma roupa em um saco de viagem, embrulhei-me no meu capote e saí, sem me importar com a manhã de chuva que fazia.

Não sabia para onde iria. O meu cavalo levou-me para o Engenho-Velho e eu daí me encaminhei para a Tijuca, onde cheguei ao meio-dia, todo molhado e fatigado pelos maus caminhos.

Se algum dia se apaixonar, minha prima, aconselho-lhe as viagens como um remédio soberano e talvez o único eficaz.

Deram-me um excelente almoço no hotel; fumei um charuto e dormi doze horas, sem ter um sonho, sem mudar de lugar.

Quando acordei, o dia despontava sobre as montanhas da Tijuca.

Uma bela manhã, fresca e rociada das gotas de orvalho, desdobrava o seu manto de azul por entre a cerração, que se desvanecia aos raios do sol.

O aspecto desta natureza quase virgem, esse céu brilhante, essa luz esplêndida, caindo em cascatas de ouro sobre as encostas dos rochedos, serenou-me completamente o espírito.

Fiquei alegre, o que havia muito tempo não me sucedia.

O meu hóspede, um inglês franco e cavalheiro, convidou-me para acompanhá-lo à caça; gastamos todo o dia a correr atrás de duas ou três marrecas e a bater as margens da Restinga.

Assim passei nove dias na Tijuca, vivendo uma vida estúpida quanto pode ser: dormindo, caçando e jogando bilhar.

Na tarde do décimo dia, quando já me supunha perfeitamente curado e estava contemplando o sol, que se escondia por detrás dos montes, e a lua, que derramava no espaço a sua luz doce e acetinada, fiquei triste de repente.

Não sei que caminho tomavam as minhas ideias; o caso é que daí a pouco descia a serra no meu cavalo, lamentando esses nove dias, que talvez me tivessem feito perder para sempre a minha desconhecida.

Acusava-me de infidelidade, de traição; a minha fatuidade dizia-me que eu devia ao menos ter-lhe dado o prazer de ver-me.

Que importava que ela me ordenasse que a esquecesse?

Não me tinha confessado que me amava, e não devia eu resistir e vencer essa fatalidade, contra a qual ela, fraca mulher, não podia lutar?

Tinha vergonha de mim mesmo; achava-me egoísta, cobarde, irrefletido, e revoltava-me contra tudo, contra o meu cavalo que me levava à Tijuca, e o meu hóspede, cuja amabilidade ali me havia demorado.

Com esta disposição de espírito cheguei à cidade, mudei de traje e ia sair, quando o meu moleque me deu uma carta.

Era dela.

Causou-me uma surpresa misturada de alegria e de remorso:

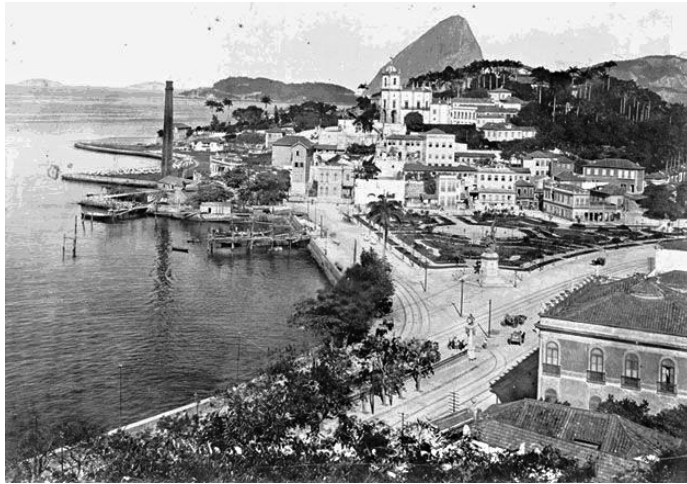
“Meu amigo.

“Sinto-me com coragem de sacrificar o meu amor à sua felicidade; mas ao menos deixe-me o consolo de amá-lo.

“Há dois dias que espero debalde vê-lo passar e acompanhá-lo de longe com um olhar! Não me queixo; não sabe nem deve saber em que ponto de seu caminho o som de seus passos faz palpitar um coração amigo.

“Parto hoje para Petrópolis, donde voltarei breve; não lhe peço que me acompanhe, porque devo ser-lhe sempre uma desconhecida, uma sombra escura que passou um dia pelos sonhos dourados de sua vida.

“Entretanto eu desejava vê-lo ainda uma vez, apertar a sua mão e dizer-lhe adeus para sempre.



*Bairro da Glória*

**MANUEL ANTONIO DE ALMEIDA (1831-1861)**

***MEMÓRIAS DE UM SARGENTO DE MILÍCIAS***

Texto de referência: Fundação Biblioteca Nacional - Departamento Nacional do Livro.

**TOMO I  
CAPÍTULO I  
ORIGEM, NASCIMENTO E BATIZADO**

Era no tempo do rei.

Uma das quatro esquinas que formam as ruas do Ouvidor e da Quitanda, cortando-se mutuamente, chamava-se nesse tempo — O canto dos meirinhos —; e bem lhe assentava o nome, porque era aí o lugar de encontro favorito de todos os indivíduos dessa classe (que gozava então de não pequena consideração). Os meirinhos de hoje não são mais do que a sombra caricata dos meirinhos do tempo do rei; esses eram gente temível e temida, respeitável e respeitada; formavam um dos extremos da formidável cadeia judiciária que envolvia todo o Rio de Janeiro no tempo em que a demanda era entre nós um elemento de vida: o extremo oposto eram os desembargadores. Ora, os extremos se tocam, e estes, tocando-se, fechavam o círculo dentro do qual

se passavam os terríveis combates das citações, provarás, razões principais e finais, e todos esses trejeitos judiciais que se chamava o processo.

Daí sua influência moral.

Mas tinham ainda outra influência, que é justamente a que falta aos de hoje: era a influência que derivava de suas condições físicas. Os meirinhos de hoje são homens como quaisquer outros; nada têm de imponentes, nem no seu semblante nem no seu trajar, confundem-se com qualquer procurador, escrevente de cartório ou contínuo de repartição. Os meirinhos desse belo tempo não, não se confundiam com ninguém; eram originais, eram tipos: nos seus semblantes transluzia um certo ar de majestade forense, seus olhares calculados e sagazes significavam chicana. Trajavam sisuda casaca preta, calção e meias da mesma cor, sapato afivelado, ao lado esquerdo aristocrático espadim, e na ilharga direita penduravam um círculo branco, cuja significação ignoramos, e coroavam tudo isto por um grave chapéu armado. Colocado sob a importância vantajosa destas condições, o meirinho usava e abusava de sua posição. Era terrível quando, ao voltar uma esquina ou ao sair de manhã de sua casa, o cidadão esbarrava com uma daquelas solenes figuras, que, desdobrando junto dele uma folha de papel, começava a lê-la em tom confidencial! Por mais que se fizesse não havia remédio em tais circunstâncias senão deixar escapar dos lábios o terrível — Dou-me por citado. — Ninguém sabe que significação fatalíssima e cruel tinham estas poucas palavras! eram uma sentença de peregrinação eterna que se pronunciava contra si mesmo; queriam dizer que se começava uma longa e afadigosa viagem, cujo termo bem distante era a caixa da Relação, e durante a qual se tinha de pagar importe de passagem em um sem-número de pontos; o advogado, o procurador, o inquiridor, o escrivão, o juiz, inexoráveis Carontes, estavam à porta de mão estendida, e ninguém passava sem que lhes tivesse deixado, não um óbolo, porém todo o conteúdo de suas algibeiras, e até a última parcela de sua paciência.

Mas voltemos à esquina. Quem passasse por aí em qualquer dia útil dessa abençoada época veria sentado em assentos baixos, então usados, de couro, e que se denominavam — cadeiras de campanha — um grupo mais ou menos numeroso dessa nobre gente conversando pacificamente em tudo sobre que era lícito conversar: na vida dos fidalgos, nas notícias do Reino e nas astúcias policiais do Vidigal. Entre os termos que formavam essa equação meirinhhal pregada na esquina havia uma quantidade constante, era o Leonardo-Pataca. Chamavam assim a uma rotunda e gordíssima personagem

de cabelos brancos e carão avermelhado, que era o decano da corporação, o mais antigo dos meirinhos que viviam nesse tempo. A velhice tinha-o tornado moleirão e pachorrento; com sua vagareza atrasava o negócio das partes; não o procuravam; e por isso jamais saía da esquina; passava ali os dias sentado na sua cadeira, com as pernas estendidas e o queixo apoiado sobre uma grossa bengala, que depois dos cinquenta era a sua infalível companhia. Do hábito que tinha de queixar-se a todo o instante de que só pagassem por sua citação a módica quantia de 320 réis, lhe viera o apelido que juntavam ao seu nome.

Sua história tem pouca coisa de notável. Fora Leonardo algibebe em Lisboa, sua pátria; aborrecera-se porém do negócio, e viera ao Brasil. Aqui chegando, não se sabe por proteção de quem, alcançou o emprego de que o vemos empossado, e que exercia, como dissemos, desde tempos remotos. Mas viera com ele no mesmo navio, não sei fazer o quê, uma certa Maria da hortalixa, quitandeira das praças de Lisboa, saloia rechonchuda e bonita. O Leonardo, fazendo-se-lhe justiça, não era nesse tempo de sua mocidade mal-apegoado, e sobretudo era maganão. Ao sair do Tejo, estando a Maria encostada à borda do navio, o Leonardo fingiu que passava distraído por junto dela, e com o ferrado sapatão assentou-lhe uma valente pisadela no pé direito. A Maria, como se já esperasse por aquilo, sorriu-se como envergonhada do gracejo, e deu-lhe também em ar de disfarce um tremendo beliscão nas costas da mão esquerda. Era isto uma declaração em forma, segundo os usos da terra: levaram o resto do dia de namoro cerrado; ao anoitecer passou-se a mesma cena de pisadela e beliscão, com a diferença de serem desta vez um pouco mais fortes; e no dia seguinte estavam os dois amantes tão extremosos e familiares, que pareciam sê-lo de muitos anos.

Quando saltaram em terra começou a Maria a sentir certos enojos: foram os dois morar juntos: e daí a um mês manifestaram-se claramente os efeitos da pisadela e do beliscão; sete meses depois teve a Maria um filho, formidável menino de quase três palmos de comprimento, gordo e vermelho, cabeludo, esperneador e chorão; o qual, logo depois que nasceu, mamou duas horas seguidas sem largar o peito. E este nascimento é certamente de tudo o que temos dito o que mais nos interessa, porque o menino de quem falamos é o herói desta história.

Chegou o dia de batizar-se o rapaz: foi madrinha a parteira; sobre o padrinho houve suas dúvidas: o Leonardo queria que fosse o Sr. juiz; porém teve de ceder a instâncias da Maria e da comadre, que queriam que fosse



o barbeiro de defronte, que afinal foi adotado. Já se sabe que houve nesse dia função: os convidados do dono da casa, que eram todos dalém-mar, cantavam ao desafio, segundo seus costumes; os convidados da comadre, que eram todos da terra, dançavam o fado. O compadre trouxe a rabeça, que é, como se sabe, o instrumento favorito da gente do ofício. A princípio o Leonardo quis que a festa tivesse ares aristocráticos, e propôs que se dançasse o minuete da corte. Foi aceita a ideia, ainda que houvesse dificuldade em se encontrarem pares. Afinal levantaram-se uma gorda e baixa matrona, mulher de um convidado; uma companheira desta, cuja figura era a mais completa antítese da sua; um colega do Leonardo, miudinho, pequenino, e com fumaças de gaiato, e o sacristão da Sé, sujeito alto, magro e com pretensões de elegante. O compadre foi quem tocou o minuete na rabeça; e o afilhadinho, deitado no colo da Maria, acompanhava cada arcada com um guincho e um esperneio. Isto fez com que o compadre perdesse muitas vezes o compasso, e fosse obrigado a recomeçar outras tantas.

Depois do minuete foi desaparecendo a cerimônia, e a brincadeira aferventou, como se dizia naquele tempo. Chegaram uns rapazes de viola e machete: o Leonardo, instado pelas senhoras, decidiu-se a romper a parte lírica do divertimento. Sentou-se num tamborete, em um lugar isolado da sala, e tomou uma viola. Fazia um belo efeito cômico vê-lo, em trajes do ofício, de casaca, calção e espadim, acompanhando com um monótono zunzum nas cordas do instrumento o garganteado de uma modinha pátria. Foi nas saudades da terra natal que ele achou inspiração para o seu canto, e isto era natural a um bom português, que o era ele. A modinha era assim:

Quando estava em minha terra,  
Acompanhado ou sozinho,  
Cantava de noite e de dia  
Ao pé dum copo de vinho!

Foi executada com atenção e aplaudida com entusiasmo; somente quem não pareceu dar-lhe todo o apreço foi o pequeno, que obsequiou o pai como obsequiara ao padrinho, marcando-lhe o compasso a guinchos e esperneios. À Maria avermelharam-se-lhe os olhos, e suspirou.

O canto do Leonardo foi o derradeiro toque de rebate para esquentar-se a brincadeira, foi o adeus às cerimônias. Tudo daí em diante foi burburinho, que depressa passou à gritaria, e ainda mais depressa à algazarra, e não

foi ainda mais adiante porque de vez em quando viam-se passar através das rótulas da porta e janelas umas certas figuras que denunciavam que o Vidigal andava perto.

A festa acabou tarde; a madrinha foi a última que saiu, deitando a bênção ao afilhado e pondo-lhe no cinto um raminho de arruda.

## TOMO II CAPÍTULO VIII NOVOS AMORES

Chegaram todos depois de longo caminhar, e quando já brilhava nos céus um desses luares magníficos que só fazem no Rio de Janeiro, a uma casa da rua da Vala. Naqueles tempos uma noite de luar era muito aproveitada, ninguém ficava em casa; os que não saíam a passeio sentavam-se em esteiras às portas, e ali passavam longas horas em descantes, em ceias, em conversas, muitos dormiam a noite inteira ao relento.

Como os nossos conhecidos já tinham dado um grande passeio, adotaram o expediente das esteiras à porta, e continuaram assim pela noite em diante a súa em que haviam gasto o dia, pois aquilo que Leonardo vira nos Cajueiros, e em que também tomara parte, era o final de uma patuscada que havia começado ao amanhecer, de uma dessas romarias consagradas ao prazer, que eram então tão comuns e tão estimadas. Agora devemos dar ao leitor conhecimento da nova gente, no meio da qual se acha o nosso Leonardo. Se nós pudéssemos socorrer aqui do amigo José Manuel, sem dúvida nos desfolharia ele toda a árvore genealógica dessa família a quem o amigo do Leonardo chamava a sua gente: porém contentem-se os leitores com o presente sem indagar o passado. Saibam pois que a família era composta de duas irmãs, ambas viúvas, ou que pelo menos diziam sê-lo, uma com três filhos e outra com três filhas; passando qualquer das duas dos seus quarenta e tantos; ambas gordas e excessivamente parecidas. Os três filhos da primeira eram três formidáveis rapagões de 20 anos para cima, empregados todos no Trem; as três filhas da segunda eram três raparigas desempenadas, orçando pela mesma idade dos primos, e bonitas cada uma no seu gênero. Uma delas já os leitores conhecem; é Vidinha, a cantora de modinhas; era solteira como uma de suas irmãs; a última era também solteira, porém não como estas duas. O amigo do Leonardo que explique o que isso quer dizer,

e explicando dará também a conhecer o que era ele próprio na família. Os mais que se achavam presentes eram pela maior parte vizinhos que se reuniam para aquelas súcias, que eram tradicionais na família.

Quando chegaram à casa, o amigo do Leonardo tomou as duas velhas de parte, e começou a conversar com elas, sem dúvida a respeito do Leonardo, pois que o olhavam todos três durante a conversa; e mesmo quem tivesse o ouvido atilado teria escutado às velhas estas palavras:

— Coitado do moço!...

— Ora, vejam que pai de más entranhas!...

Outro qualquer que tivesse mais idade, ou antes, falando claro, mais juízo e outra educação, envergonhar-se-ia talvez muito de achar-se na posição em que se achava o Leonardo, porém ele nem nisso pensava, e o que é mais, nem mais pensava naquilo que até então lhe não saía da cabeça, isto é, em Luizinha de um lado e José Manuel do outro: agora não via senão os olhos negros e brilhantes, e os alvos dentes de Vidinha; não ouvia senão o eco da modinha que ela cantara. Estava pois embebido num êxtase contemplativo.

No mais pensaria quando lhe restasse tempo.

Mal se haviam todos sentado em uma larga esteira junto à soleira da porta sobre a calçada, o Leonardo propôs logo que se cantasse uma nova modinha.

— Qual... respondeu Vidinha acompanhando este qual da sua costumada risada; estou já tão cansada... que nem posso!

— Ora... ora... disseram umas poucas de vezes. Além do costume das risadas tinha Vidinha um outro, e era o de começar sempre tudo que tinha a dizer por um qual muito acentuado; respondeu ainda portanto:

— Qual... pois se eu também já cantei tudo que sabia. Qual, meu Deus! nem eu posso mais!

— Ainda não cantou a minha favorita, disse um dos presentes. — Nem a minha, disse outro.

— Eu também, acrescentou outro, ainda não lhe pedi aquela cá do peito.

— Qual, meu Deus! onde é que isto vai parar!

— Ora, mana, não se faça de boa.

— Ai, criatura, disse uma das velhas, quereis que vos reze um responso para cantardes uma modinha?

Leonardo, vendo a sua causa advogada por tantas vozes, conservou-se calado. Tentados mais alguns meios, e feitas mais algumas negaças, Vidinha decidiu-se, e tomando a viola cantou, segundo a indicação de uma das velhas, o seguinte:

Duros ferros me prenderam  
No momento de te ver;  
Agora quero quebrá-los,  
É tarde não pode ser.

Este último passo acabou de desorientar completamente o Leonardo: ainda bem não tinham expirado as últimas notas do canto, e já, passando-lhe rápido pela mente um turbilhão de ideias, admirava-se ele de como é que havia podido inclinar-se por um só instante a Luizinha, menina sensaborona e esquisita, quando haviam no mundo mulheres como Vidinha.

Decididamente estava apaixonado por esta última.

O leitor não se deve admirar disto, pois não temos cessado de repetir-lhe que o Leonardo herdara de seu pai aquela grande cópia de fluido amoroso que era a sua principal característica. Com esta herança parece porém que tinha ele tido também uma outra, e era a de lhe sobrevir sempre uma contrariedade em casos semelhantes. José Manuel fora o primeiro; vejamos agora qual era, ou antes quem era a segunda.

Se o leitor pensou no que há pouco dissemos, isto é, que naquela família haviam três primos e três primas, e se agora acrescentarmos que moravam todos juntos, deve ter cismado alguma coisa a respeito. Três primos e três primas, morando na mesma casa, todos moços... não há nada mais natural; um primo para cada prima, e está tudo arranjado. Cumpre porém ainda observar que o amigo do Leonardo tomara conta de uma das primas, e que deste modo vinha a haver três primos para duas primas, isto é, o excesso de um primo. À vista disto o negócio já se torna mais complicado. Pois para encurtar razão, saiba-se que havia dois primos pretendentes a uma só prima, e essa era Vidinha, a mais bonita de todas; sabia-se mais que um era atendido e outro desprezado: logo, o amigo Leonardo terá desta vez de lutar com duas contrariedades em vez de uma. Mas por ora de nada sabia ele, e entregava-se tranquilo às suas emoções sem se lembrar do que qualquer se lembraria, que entre primos e primas há assim um certo direito mútuo em negócio de amor, que muito prejudica a qualquer pretendente externo. Gastaram grande parte da noite ali sentados, e trataram de recolher-se já muito tarde.

O amigo do Leonardo, a quem daqui em diante trataremos pelo seu próprio nome de Tomaz com o apelido — da Sé — ambos herdados de seu pai, declarou que o seu amigo ficava ali por aquela noite, por já ser muito tarde; quis assim poupar-lhe um vexame, e mostrou nisto ser bom amigo.

Agora que o nosso Leonardo está instalado em quartel seguro, vamos ocupar-nos de alguma coisa de importante que havíamos deixado suspensa.



*Vista Aérea - 1906*

**MACHADO DE ASSIS (1839-1908)**  
**DOM CASMURRO**

Texto de referência: *Obras Completas de Machado de Assis*, vol. I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. Publicado originalmente pela Editora Garnier, Rio de Janeiro, 1899.

**CAPÍTULO PRIMEIRO**  
**DO TÍTULO**

Uma noite destas, vindo da cidade para o Engenho Novo, encontrei no trem da Central um rapaz aqui do bairro, que eu conheço de vista e de chapéu. Cumprimentou-me, sentou-se ao pé de mim, falou da Lua e dos ministros, e acabou recitando-me versos. A viagem era curta, e os versos pode ser que não fossem inteiramente maus. Sucedeu, porém, que, como eu estava cansado, fechei os olhos três ou quatro vezes; tanto bastou para que ele interrompesse a leitura e metesse os versos no bolso.

— Continue, disse eu acordando.

— Já acabei, murmurou ele.

— São muito bonitos.

Vi-lhe fazer um gesto para tirá-los outra vez do bolso, mas não passou do gesto; estava amuado. No dia seguinte entrou a dizer de mim nomes feios, e acabou alcunhando-me Dom Casmurro. Os vizinhos, que não gostam dos meus hábitos reclusos e calados, deram curso à alcunha, que afinal pegou.

Nem por isso me zanguei. Conteí a anedota aos amigos da cidade, e eles, por graça, chamam-me assim, alguns em bilhetes: “Dom Casmurro, domingo vou jantar com você”.

— “Vou para Petrópolis, Dom Casmurro; a casa é a mesma da Renânia; vê se deixas essa caverna do Engenho Novo, e vai lá passar uns quinze dias comigo”.

— “Meu caro Dom Casmurro, não cuide que o dispenso do teatro amanhã; venha e dormirá aqui na cidade; dou-lhe camarote, dou-lhe chá, dou-lhe cama; só não lhe dou moça”.

Não consultes dicionários. Casmurro não está aqui no sentido que eles lhe dão, mas no que lhe pôs o vulgo de homem calado e metido consigo. Dom veio por ironia, para atribuir-me fumos de fidalgo. Tudo por estar cochilando! Também não achei melhor título para a minha narração; se não tiver outro daqui até ao fim do livro, vai este mesmo. O meu poeta do trem ficará sabendo que não lhe guardo rancor. E com pequeno esforço, sendo o título seu, poderá cuidar que a obra é sua. Há livros que apenas terão isso dos seus autores; alguns nem tanto.

## CAPÍTULO II DO LIVRO

Agora que expliquei o título, passo a escrever o livro. Antes disso, porém, digamos os motivos que me põem a pena na mão.

Vivo só, com um criado. A casa em que moro é própria; fi-la construir de propósito, levado de um desejo tão particular que me vexa imprimi-lo, mas vá lá. Um dia, há bastantes anos, lembrou-me reproduzir no Engenho Novo a casa em que me criei na antiga Rua de Mata-cavalos, dando-lhe o mesmo aspecto e economia daquela outra, que desapareceu. Construtor e pintor entenderam bem as indicações que lhes fiz: é o mesmo prédio assobradado, três janelas de frente, varanda ao fundo, as mesmas alcovas e salas. Na principal destas, a pintura do teto e das paredes é mais ou menos igual, umas grinaldas de flores miúdas e grandes pássaros que as tomam nos bicos, de espaço a espaço. Nos quatro cantos do teto as figuras das estações, e ao centro das paredes os medalhões de César, Augusto, Nero e Massinissa, com os nomes por baixo... Não alcanço a razão de tais personagens. Quando fomos para a casa de Mata-cavalos, já ela estava assim decorada; vinha do

decênio anterior. Naturalmente era gosto do tempo meter sabor clássico e figuras antigas em pinturas americanas. O mais é também análogo e parecido. Tenho chacarinha, flores, legume, uma casuarina, um poço e lavadouro. Uso louça velha e mobília velha. Enfim, agora, como outrora, há aqui o mesmo contraste da vida interior, que é pacata, com a exterior, que é ruidosa.

O meu fim evidente era atar as duas pontas da vida, e restaurar na velhice a adolescência. Pois, senhor, não consegui recompor o que foi nem o que fui. Em tudo, se o rosto é igual, a fisionomia é diferente. Se só me faltassem os outros, vá; um homem consola-se mais ou menos das pessoas que perde; mais falta eu mesmo, e esta lacuna é tudo. O que aqui está é, mal comparando, semelhante à pintura que se põe na barba e nos cabelos, e que apenas conserva o hábito externo, como se diz nas autópsias; o interno não aguenta tinta. Uma certidão que me desse vinte anos de idade poderia enganar os estranhos, como todos os documentos falsos, mas não a mim. Os amigos que me restam são de data recente; todos os antigos foram estudar a geologia dos campos-santos. Quanto às amigas, algumas datam de quinze anos, outras de menos, e quase todas crêem na mocidade. Duas ou três fariam crer nela aos outros, mas a língua que falam obriga muita vez a consultar os dicionários, e tal frequência é cansativa.

Entretanto, vida diferente não quer dizer vida pior; é outra coisa. A certos respeitos, aquela vida antiga aparece-me despida de muitos encantos que lhe achei; mas é também exato que perdeu muito espinho que a fez molesta, e, de memória, conservo alguma recordação doce e feiticeira. Em verdade, pouco apareço e menos falo. Distrações raras. O mais do tempo é gasto em hortar, jardinar e ler; como bem e não durmo mal.

Ora, como tudo cansa, esta monotonia acabou por exaurir-me também. Quis variar, e lembrou-me escrever um livro. Jurisprudência, filosofia e política acudiram-me, mas não me acudiram as forças necessárias. Depois, pensei em fazer uma História dos Subúrbios, menos seca que as memórias do padre Luís Gonçalves dos Santos, relativas à cidade; era obra modesta, mas exigia documentos e datas, como preliminares, tudo árido e longo. Foi então que os bustos pintados nas paredes entraram a falar-me e a dizer-me que, uma vez que eles não alcançavam reconstituir-me os tempos idos, pegasse da pena e contasse alguns. Talvez a narração me desse a ilusão, e as sombras viessem perpassar ligeiras, como ao poeta, não o do trem, mas o do Fausto: *Aí vindes outra vez, inquietas sombras?...*

Fiquei tão alegre com esta ideia, que ainda agora me treme a pena na

mão. Sim, Nero, Augusto, Massinissa, e tu, grande César, que me incitas a fazer os meus comentários, agradeço-vos o conselho, e vou deitar ao papel as reminiscências que me vierem vindo. Deste modo, viverei o que vivi, e assentarei a mão para alguma obra de maior tomo. Eia, comecemos a evocação por uma célebre tarde de novembro, que nunca me esqueceu. Tive outras muitas, melhores, e piores, mas aquela nunca se me apagou do espírito. É o que vais entender, lendo.

## CAPÍTULO LXVII UM PECADO

Já agora não tiro a doente da cama sem contar o que se deu comigo. Ao cabo de cinco dias, minha mãe amanheceu tão transtornada que ordenou me mandassem buscar ao seminário. Em vão tio Cosme:

— Mana Glória, você assusta-se sem motivo, a febre passa...

— Não! não! mandem buscá-lo! Posso morrer, e a minha alma não se salva, se Bentinho não estiver ao pé de mim.

— Vamos assustá-lo.

— Pois não lhe digam nada, mas vão buscá-lo, já, já, não se demorem.

Cuidaram fosse delírio; mas, não custando nada trazer-me, José Dias foi incumbido do recado. Entrou tão atordoado que me assustou. Contou particularmente ao reitor o que havia, e recebi licença para ir a casa. Na rua, íamos calados, ele não alterando o passo do costume, — a premissa antes da consequência, a consequência antes da conclusão, — mas cabisbaixo e suspirando, eu temendo ler no rosto dele alguma notícia dura e definitiva. Só me falara na doença, como negócio simples; mas o chamado, o silêncio, os suspiros podiam dizer alguma coisa mais. O coração batia-me com força, as pernas bambeavam-me, mais de uma vez cuidei cair...

O anseio de escutar a verdade complicava-se em mim com o temor de a saber. Era a primeira vez que a morte me aparecia assim perto, me envolvia, me encarava com os olhos furados e escuros. Quanto mais andava aquela Rua dos Barbonos, mais me aterrava a ideia de chegar a casa, de entrar, de ouvir os prantos, de ver um corpo defunto... Oh! eu não poderia nunca expor aqui tudo o que senti naqueles terríveis minutos. A rua, por mais que José Dias andasse superlativamente devagar, parecia fugir-me debaixo dos pés, as casas voavam de um e outro lado, e uma corneta que nessa ocasião



tocava no quartel dos Municipais Permanentes ressoava aos meus ouvidos como a trombeta do juízo final.

Fui, cheguei aos Arcos, entrei na Rua de Mata-cavalos. A casa não era logo ali, mas muito além da dos Inválidos, perto da do Senado. Três ou quatro vezes, quisera interrogar o meu companheiro, sem ousar abrir a boca; mas agora, já nem tinha tal desejo. Ia só andando, aceitando o pior, como um gesto do destino, como uma necessidade da obra humana, e foi então que a Esperança, para combater o Terror, me segredou ao coração, não estas palavras, pois nada articulou parecido com palavras, mas uma ideia que poderia ser traduzida por elas: “Mamãe defunta, acaba o seminário”.

Leitor, foi um relâmpago. Tão depressa alumiu a noite, como se esvaiu, e a escuridão fez-se mais cerrada, pelo efeito do remorso que me ficou. Foi uma sugestão da luxúria e do egoísmo. A piedade filial desmaiou um instante, com a perspectiva da liberdade certa, pelo desaparecimento da dívida e do devedor; foi um instante, menos que um instante, o centésimo de um instante, ainda assim o suficiente para complicar a minha aflição com um remorso.

José Dias suspirava. Uma vez olhou para mim tão cheio de pena que me pareceu haver-me adivinhado, e eu quis pedir-lhe que não dissesse nada a ninguém, que eu ia castigar-me, etc. Mas a pena trazia tanto amor, que não podia ser pesar do meu pecado; mas então era sempre a morte de minha mãe... Senti uma angústia grande, um nó na garganta, e não pude mais, chorei de uma vez.

— Que é, Bentinho?

— Mamãe...?

— Não! não! Que ideia é essa? O estado dela é gravíssimo, mas não é mal de morte, e Deus pode tudo. Enxugue os olhos, que é feio um mocinho da sua idade andar chorando na rua. Não há de ser nada, uma febre... As febres, assim como dão com força, assim também se vão embora... Com os dedos, não; onde está o lenço?

Enxuguei os olhos, posto que de todas as palavras de José Dias uma só me ficasse no coração; foi aquele gravíssimo. Vi depois que ele só queria dizer grave, mas o uso do superlativo faz a boca longa, e, por amor do período, José Dias fez crescer a minha tristeza. Se achares neste livro algum caso da mesma família, avisa-me, leitor, para que o emende na segunda edição; nada há mais feio que dar pernas longuíssimas a ideias brevíssimas. Enxuguei os olhos, repito, e fui andando, ansioso agora por chegar a casa, e pedir perdão a minha mãe do ruim pensamento que tive. Enfim, chegamos, entramos,

subi trêmulo os seis degraus da escada, e daí a pouco, debruçado sobre a cama, ouvia as palavras ternas de minha mãe que me apertava muito as mãos, chamando-me seu filho. Estava queimando, os olhos ardiam nos meus, toda ela parecia consumida por um vulcão interno. Ajoelhei-me ao pé do leito, mas como este era alto, fiquei longe das suas carícias:

— Não, meu filho, levanta, levanta!

Capitu, que estava na alcova, gostou de ver a minha entrada, os meus gestos, palavras e lágrimas, segundo me disse depois; mas não suspeitou naturalmente todas as causas da minha aflição. Entrando no meu quarto, pensei em dizer tudo a minha mãe, logo que ela ficasse boa, mas esta ideia não me mordida, era uma veleidade pura, uma ação que eu não faria nunca, por mais que o pecado me doesse. Então, levado do remorso, usei ainda uma vez do meu velho meio das promessas espirituais, e pedi a Deus que me perdoasse e salvasse a vida de minha mãe, e eu lhe rezaria dois mil padre-nossos. Padre que me lê, perdoa este recurso; foi a última vez que o empreguei. A crise em que me achava, não menos que o costume e a fé, explica tudo. Eram mais dois mil; onde iam os antigos? Não paguei uns nem outros, mas saindo de almas cândidas e verdadeiras tais promessas são como a moeda fiduciária, — ainda que o devedor as não pague, valem a soma que dizem.

### **CAPÍTULO XCIII UM AMIGO POR UM DEFUNTO**

Quanto à outra pessoa que teve a força obliterativa, foi o meu colega Escobar que no domingo, antes do meio-dia, veio ter a Mata-cavalos. Um amigo supria assim um defunto, e tal amigo que durante cerca de cinco minutos esteve com a minha mão entre as suas, como se me não visse desde longos meses.

— Você janta comigo, Escobar?

— Vim para isto mesmo.

Minha mãe agradeceu-lhe a amizade que me tinha, e ele respondeu com muita polidez, ainda que um tanto atado, como se carecesse de palavra pronta. Já viste que não era assim, a palavra obedecia-lhe, mas o homem não é sempre o mesmo em todos os instantes. O que ele disse, em resumo, foi que me estimava pelas minhas boas qualidades e aprimorada educação; no seminário todos me queriam bem, nem podia deixar de ser assim, acres-

centou. Insistia na educação, nos bons exemplos, “na doce e rara mãe” que o céu me deu... Tudo isso com a voz engasgada e trêmula.

Todos ficaram gostando dele. Eu estava tão contente como se Escobar fosse invenção minha. José Dias desfechou-lhe dois superlativos, tio Cosme dois capotes, e prima Justina não achou tacha que lhe pôr; depois, sim, no segundo ou terceiro domingo, veio ela confessar-nos que o meu amigo Escobar era um tanto metedigo e tinha uns olhos policiais a que não escapava nada.

— São os olhos dele, expliquei.

— Nem eu digo que sejam de outro.

— São olhos refletidos, opinou tio Cosme.

— Seguramente, acudiu José Dias; entretanto, pode ser que a senhora D. Justina tenha alguma razão. A verdade é que uma coisa não impede outra, e a reflexão casa-se muito bem à curiosidade natural. Parece curioso, isso parece, mas...

— A mim parece-me um mocinho muito sério, disse minha mãe. — Justamente! confirmou José Dias para não discordar dela.

Quando eu referi a Escobar aquela opinião de minha mãe (sem lhe contar as outras, naturalmente), vi que o prazer dele foi extraordinário. Agradeceu, dizendo que eram bondades, e elogiou também minha mãe, senhora grave, distinta e moça, muito moça... Que idade teria?

— Já fez quarenta, respondi eu vagamente por vaidade.

— Não é possível! exclamou Escobar. Quarenta anos! Nem parece trinta; está muito moça e bonita. Também a alguém há de você sair, com esses olhos que Deus lhe deu; são exatamente os dela. Enviuvou há muitos anos?

Contei-lhe o que sabia da vida dela e de meu pai. Escobar escutava atento, perguntando mais, pedindo explicação das passagens omissas ou só escuras. Quando eu lhe disse que não me lembrava nada da roça, tão pequenino viera, contou-me duas ou três reminiscências dos seus três anos de idade, ainda agora frescas. E não contávamos voltar à roça?

— Não, agora não voltamos mais. Olhe, aquele preto que ali vai passando, é de lá. Tomás!

— Nhonhô!

Estávamos na horta da minha casa, e o preto andava em serviço; chegou-se a nós e esperou.

— É casado, disse eu para Escobar. Maria onde está?

— Está socando milho, sim, senhor.

— Você ainda se lembra da roça, Tomás?

— Alembra, sim, senhor.

— Bem, vá-se embora.

Mostrei outro, mais outro, e ainda outro, este Pedro, aquele José, aquele outro Damião...

— Todas as letras do alfabeto, interrompeu Escobar.

Com efeito, eram diferentes letras, e só então reparei nisto; apontei ainda outros escravos, alguns com os mesmos nomes, distinguindo-se por um apelido, ou da pessoa, como João Fulo, Maria Gorda, ou de nação como Pedro Benguela, Antônio Moçambique...

— E estão todos aqui em casa? perguntou ele.

— Não, alguns andam ganhando na rua, outros estão alugados. Não era possível ter todos em casa. Nem são todos os da roça; a maior parte ficou lá.

— O que me admira é que D. Glória se acostumassem logo a viver em casa da cidade, onde tudo é apertado; a de lá é naturalmente grande.

— Não sei, mas parece. Mamãe tem outras casas maiores que esta; diz porém que há de morrer aqui. As outras estão alugadas. Algumas são bem grandes, como a da Rua da Quitanda...

— Conheço essa; é bonita.

— Tem também no Rio Comprido, na Cidade-Nova, uma no Catete...

— Não lhe hão de faltar tetos, concluiu ele sorrindo com simpatia.

Caminhamos para o fundo. Passamos o lavadouro; ele parou um instante aí, mirando a pedra de bater roupa e fazendo reflexões a propósito do asseio; depois continuamos. Quais foram as reflexões não me lembra agora; lembra-me só que as achei engenhosas, e ri, ele riu também. A minha alegria acordava a dele, e o céu estava tão azul, e o ar tão claro, que a natureza parecia rir também conosco. São assim as boas horas deste mundo. Escobar confessou esse acordo do interno com o externo, por palavras tão finas e altas que me comoveram; depois, a propósito da beleza moral que se ajusta à física, tornou a falar de minha mãe, “um anjo dobrado”, disse ele.

## CAPÍTULO CII DE CASADA

Imagina um relógio que só tivesse pêndulo, sem mostrador, de maneira que não se vissem as horas escritas. O pêndulo iria de um lado para outro, mas nenhum sinal externo mostraria a marcha do tempo. Tal foi aquela semana da Tijuca.

De quando em quando, tornávamos ao passado e divertíamos-nos em relembra as nossas tristezas e calamidades, mas isso mesmo era um modo de não sairmos de nós. Assim vivemos novamente a nossa longa espera de namorados, os anos da adolescência, a denúncia que está nos primeiros capítulos, e ríamos de José Dias que conspirou a nossa desunião, e acabou festejando o nosso consórcio. Uma ou outra vez, falávamos em descer, mas as manhãs marcadas eram sempre de chuva ou de sol, e nós esperávamos um dia encoberto, que teimava em não vir.

Não obstante, achei que Capitu estava um tanto impaciente por descer. Concordava em ficar, mas ia falando do pai e de minha mãe, da falta de notícias nossas, disto e daquilo, a ponto que nos arrufamos um pouco. Perguntei-lhe se já estava aborrecida de mim.

— Eu?

— Parece.

— Você há de ser sempre criança, disse ela fechando-me a cara entre as mãos e chegando muito os olhos aos meus. Então eu esperei tantos anos para aborrecer-me em sete dias? Não, Bentinho; digo isto porque é realmente assim, creio que eles podem estar desejosos de ver-nos e imaginar alguma doença; e confesso, pela minha parte, que queria ver papai.

— Pois vamos amanhã.

— Não; há de ser com tempo encoberto, redarguiu rindo.

Peguei-lhe no riso e na palavra, mas a impaciência continuou, e descemos com sol.

A alegria com que pôs o seu chapéu de casada, e o ar de casada com que me deu a mão para entrar e sair do carro, e o braço para andar na rua, tudo me mostrou que a causa da impaciência de Capitu eram os sinais exteriores do novo estado. Não lhe bastava ser casada entre quatro paredes e algumas árvores; precisava do resto do mundo também. E quando eu me vi embaixo, pisando as ruas com ela, parando, olhando, falando, senti a mesma coisa. Inventava passeios para que me vissem, me confirmassem

e me invejassem. Na rua, muitos voltavam a cabeça curiosos, outros paravam, alguns perguntavam: “Quem são?” e um sabido explicava: “Este é o Doutor Santiago, que casou há dias com aquela moça, D. Capitolina, depois de uma longa paixão de crianças; moram na Glória, as famílias residem em Mata-cavalos.” E ambos os dois: “É uma mocetona!”

## **MEMÓRIAS PÓSTUMAS DE BRÁS CUBAS**

### **MACHADO DE ASSIS**

Texto de referência: *Obra Completa*, Machado de Assis, Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994. Publicado originalmente em folhetins, a partir de março de 1880, na *Revista Brasileira*.

## **CAPÍTULO XXII**

### **VOLTA AO RIO**

Jumento de uma figa, cortaste-me o fio às reflexões. Já agora não digo o que pensei dali até Lisboa, nem o que fiz em Lisboa, na península e em outros lugares da Europa, da velha Europa, que nesse tempo parecia remoçar. Não, não direi que assisti às alvoradas do romantismo, que também eu fui fazer poesia efetiva no regaço da Itália; não direi coisa nenhuma. Teria de escrever um diário de viagem e não umas memórias, como estas são, nas quais só entra a substância da vida.

Ao cabo de alguns anos de peregrinação, atendi às súplicas de meu pai: — “Vem, dizia ele na última carta; se não vieres depressa, acharás tua mãe morta!” Esta última palavra foi para mim um golpe. Eu amava minha mãe; tinha ainda diante dos olhos as circunstâncias da última bênção que ela me dera, a bordo do navio. “Meu triste filho, nunca mais te verei”, soluçava a pobre senhora apertando-me ao peito. E essas palavras ressoavam-me agora, como uma profecia realizada.

Note-se que eu estava em Veneza, ainda recendente aos versos de lord Byron; lá estava, mergulhado em pleno sonho, revivendo o pretérito, crendo-me na Sereníssima República. É verdade; uma vez aconteceu-me perguntar ao locandeiro se o doge ia a passeio nesse dia. — Que doge, signor mio? Caí em mim, mas não confessei a ilusão; disse-lhe que a minha pergunta era um gênero de charada americana; ele mostrou compreender, e acrescentou que gostava muito das charadas americanas. Era um locandeiro. Pois deixei tudo isso, o locandeiro, o doge, a Ponte dos Suspiros, a gôndola, os versos do lorde, as damas do Rialto, deixei tudo e disparei como uma bala na direção do Rio de Janeiro.

Vim... Mas não; não alonguemos este capítulo. Às vezes, esqueço-me a escrever, e a pena vai comendo papel, com grave prejuízo meu, que sou autor.

Capítulos compridos quadram melhor a leitores pesadões; e nós não somos um público in-folio, mas in-12, pouco texto, larga margem, tipo elegante, corte dourado e vinhetas... Não, não alonguemos o capítulo.

### **CAPÍTULO XXIII**

#### **TRISTE, MAS CURTO**

Vim. Não nego que, ao avistar a cidade natal, tive uma sensação nova. Não era efeito da minha pátria política; era-o do lugar da infância, a rua, a torre, o chafariz da esquina, a mulher de mantilha, o preto do ganho, as coisas e cenas da meninice, buriladas na memória. Nada menos que uma renascença. O espírito, como um pássaro, não se lhe deu da corrente dos anos, arrepiou o vôo na direção da fonte original, e foi beber da água fresca e pura, ainda não mesclada do enxurro da vida.

Reparando bem, há aí um lugar-comum. Outro lugar-comum, tristemente comum, foi a consternação da família. Meu pai abraçou-me com lágrimas. — Tua mãe não pode viver, disse-me. Com efeito, não era já o reumatismo que a matava, era um cancro no estômago. A infeliz padecia de um modo cru, porque o cancro é indiferente às virtudes do sujeito; quando rói, rói; roer é o seu ofício. Minha irmã Sabina, já então casada com o Cotrim, andava a cair de fadiga. Pobre moça! dormia três horas por noite, nada mais. O próprio tio João estava abatido e triste. D. Eusébia e algumas outras senhoras lá estavam também, não menos tristes e não menos dedicadas.

— Meu filho!

A dor suspendeu por um pouco as tenazes; um sorriso alumiou o rosto da enferma, sobre o qual a morte batia a asa eterna. Era menos um rosto do que uma caveira: a beleza passara, como um dia brilhante; restavam os ossos, que não emagrecem nunca. Mal poderia conhecê-la; havia oito ou nove anos que nos não víamos. Ajoelhado, ao pé da cama, com as mãos dela entre as minhas, fiquei mudo e quieto, sem ousar falar, porque cada palavra seria um soluço, e nós temíamos avisá-la do fim. Vão temor! Ela sabia que estava prestes a acabar; disse-mo; verificamo-lo na seguinte manhã.

Longa foi a agonia, longa e cruel, de uma crueldade minuciosa, fria, repisada, que me encheu de dor e estupefação. Era a primeira vez que eu via morrer alguém. Conhecia a morte de outiva; quando muito, tinha-a visto já petrificada no rosto de algum cadáver, que acompanhei ao cemitério, ou



trazia-lhe a ideia embrulhada nas amplificações de retórica dos professores de coisas antigas, — a morte aleivosa de César, a austera de Sócrates, a orgulhosa de Catão. Mas esse duelo do ser e do não ser, a morte em ação, dolorida, contraída, convulsa, sem aparelho político ou filosófico, a morte de uma pessoa amada, essa foi a primeira vez que a pude encarar. Não chorei; lembra-me que não chorei durante o espetáculo: tinha os olhos estúpidos, a garganta presa, a consciência boquiaberta. Quê? uma criatura tão dócil, tão meiga, tão santa, que nunca jamais fizera verter uma lágrima de desgosto, mãe carinhosa, esposa imaculada, era força que morresse assim, tratada, mordida pelo dente tenaz de uma doença sem misericórdia? Confesso que tudo aquilo me pareceu obscuro, incongruente, insano...

Triste capítulo; passemos a outro mais alegre.

## CAPÍTULO CXLI OS CÃES

— Mas, enfim, que pretendes fazer agora? perguntou-me Quincas Borba, indo pôr a xícara vazia no parapeito de uma das janelas.

— Não sei; vou meter-me na Tijuca; fugir aos homens. Estou envergonhado, aborrecido. Tantos sonhos, meu caro Borba, tantos sonhos, e não sou nada.

— Nada! interrompeu-me Quincas Borba com um gesto de indignação.

Para distrair-me, convidou-me a sair; saímos para os lados do Engenho Velho. Íamos a pé, filosofando as coisas. Nunca me há de esquecer o benefício desse passeio. A palavra daquele grande homem era o cordial da sabedoria. Disse-me ele que eu não podia fugir ao combate; se me fechavam a tribuna, cumpria-me abrir um jornal. Chegou a usar uma expressão menos elevada, mostrando assim que a língua filosófica podia, uma ou outra vez, retemperar-se no calão do povo. Funda um jornal, disse-me ele, e “desmancha toda esta igrejainha”.

— Magnífica ideia! Vou fundar um jornal, vou escachá-los, vou...

— Lutar. Podes escachá-los ou não; o essencial é que lutes. Vida é luta. Vida sem luta é um mar morto no centro do organismo universal.

Daí a pouco demos com uma briga de cães; fato que aos olhos de um homem vulgar não teria valor. Quincas Borba fez-me parar e observar os cães. Eram dois. Notou que ao pé deles estava um osso, motivo da guerra, e não deixou de chamar a minha atenção para a circunstância de que o osso

não tinha carne. Um simples osso nu. Os cães mordiam-se, rosnavam, com o furor nos olhos... Quincas Borba meteu a bengala debaixo do braço, e parecia em êxtase.

— Que belo que isto é! dizia ele de quando em quando.

Quis arrancá-lo dali, mas não pude; ele estava arraigado ao chão, e só continuou a andar, quando a briga cessou inteiramente, e um dos cães, mordido e vencido, foi levar a sua fome a outra parte. Notei que ficara sinceramente alegre, posto contivesse a alegria, segundo convinha a um grande filósofo. Fez-me observar a beleza do espetáculo, lembrou o objeto da luta, concluiu que os cães tinham fome; mas a privação do alimento era nada para os efeitos gerais da filosofia. Nem deixou de recordar que em algumas partes do globo o espetáculo mais é grandioso: as criaturas humanas é que disputam aos cães os ossos e outros manjares menos apetecíveis; luta que se complica muito, porque entra em ação a inteligência do homem, com todo o acúmulo de sagacidade que lhe deram os séculos, etc.



*Arcos da Lapa*

## **ALUÍSIO AZEVEDO (1857-1913)**

### *O LIVRO DE UMA SOGRA*

Texto de referência - Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional – Departamento Nacional do Livro.

De volta da minha última peregrinação à Europa, depois de cinco anos de saudades do Brasil, foi que, pela primeira vez, senti todo o peso e toda a tristeza do meu isolamento e pensei com menos repugnância na hipótese de casar. Foi a primeira vez e também a última que semelhante veleidade me passou pelo espírito; daí a vinte e quatro horas tinha resolvido ficar eternamente solteiro.

Estava então com trinta e cinco anos. Dessa vez, como sempre me sucedia ao pensar no casamento, veio-me logo à ideia o meu amigo Leandro, e vou dizer por quê. Leandro de Oviedo era, entre os meus companheiros da primeira juventude, o único que se conservou fiel à nossa amizade. Os outros tinham todos desaparecido; alguns simplesmente do Rio de Janeiro ou do Brasil, mas, ai! a melhor parte havia já desertado deste mundo, para nunca mais voltar.

Leandro foi sempre um rapaz bem equilibrado: coração generoso, caráter sério, inteligência regular, sobriedade nos costumes e tino para arranjar a vida. Do nosso grupo era ele o mais moço e também o mais forte e bem

apessoado. Tinha excelente educação física, adquirida num colégio da Inglaterra; conhecimento perfeito da esgrima e jogos de exercício; destreza na montaria e plena confiança nos seus músculos.

Ainda não contava ele vinte anos quando o conheci, e a nossa intimidade foi apenas interrompida pelas minhas viagens. Fui eu o confidente da grande paixão que o levou a casar, quatro anos depois, com uma encantadora rapariga, filha da velha mais fantástica, mais diabólica, mais sogra, que até hoje tenho visto.

A fúria, para consentir nesse casamento, aferrou-se às mais leoninas exigências; impôs condições as mais humilhantes para o futuro genro. Já me não lembro ao justo quais foram elas, posso afiançar porém que eram todas originais e ridículas. Havia uma, entre tais cláusulas, de que nunca me esqueci, a da assinatura de certo documento, em que o desgraçado pedia à polícia não responsabilizasse ninguém pela sua morte, caso ele aparecesse assassinado de um dia para outro.

Mas Leandro estava irremediavelmente perdido de amores; e a moça era muito rica, e ele o que se pode chamar pobre. Não havia para onde fugir; sujeitou-se a tudo e – casou.

Ainda porém não tinha desfrutado o primeiro mês da sua lua-de-mel, e já a sogra achava meios e modos de interrompê-la, separando-o violentamente da noiva. E daí em diante o casal nunca mais teve ocasião de absoluta felicidade. O demônio da velha parecia não poder ver o genro ao lado da filha, e o pobre rapaz, que amava cada vez mais apaixonadamente a esposa, não lograva um segundo de ventura junto desta, sem ver surgir logo entre eles o terrível espetro. Não os deixava um instante sossegados, não os perdia de vista um só momento, rondava-os, fariscava-lhes os passos, como se vigiasse a rapariga contra um estranho mal-intencionado; perseguia o genro só pelo gostinho de atormentá-lo; contrariava-o nas suas mais justas pretensões de marido, azedando-lhe a existência, intrometendo-se na sua vida íntima, desunindo-o da mulher, sobre quem conservava os mais despóticos direitos.

Causava-me ele verdadeira compaixão.

Um dia vi-o entrar por minha casa, desesperado, aflito, e atirar-se a uma cadeira, soluçando. Sem que lhe apanhasse uma só palavra das muitas que os seus soluços retalhavam, consegui, de dois dos seus monossílabos mais estrangulados, perfazer a de “Sogra”, e exclamei-lhe desabridamente:

— Mas com um milhão de raios! por que não te livras por uma vez dessa víbora?!

— Livrar-me, como?! De que modo?! perguntou-me o infeliz entre dois arquejos.

— Ora, como?! De que modo?! Seja lá como for! Foge, ou torce-lhe o pescoço! Atira-a no meio da baía! Sacode-a do alto do Pão de Açúcar!

— Impossível! Amo loucamente minha mulher, e minha mulher adora a mãe! Não consentiria em separar-se dela, nem mo perdoaria, se o tentasse! Histórias!

— Além de que, sabes qual é hoje a minha posição na Praça do Rio de Janeiro; não é das piores! mas sabes também que só agora começo a colher o resultado de enormes sacrifícios feitos para obtê-la!... Pois bem, tudo o que sou, devo a minha sogra! O capital é dela! O crédito foi ela quem mo deu! Um rompimento seria a minha ruína completa!

— Oh, diabo!

— É o que te digo! Vê tu que posição a minha!

— Então, meu amigo, só te restam os extremos — resignação ou... suicídio! Ele, ao que parece, resignou-se.

Um ano depois encontramos-nos em Paris.

Olá! bradei-lhe. — Fugiste...

— Qual! Estou de passeio. Minha sogra mandou-me passear...

— Expulsou-te de casa?...

— Não. Mandou-me passear por algum tempo. Eu volto...

— Ah! compreendo! quer que a filha se distraia um pouco pela Europa.

Dou-te os meus parabéns!

— Não! vim só.

— Hein?! E tua mulher?

— Ficou.

— E tua sogra acompanha-te?...

— Ah! não!

Fiz-lhe, intrigado, ainda algumas perguntas, a que ele respondeu com reserva, procurando evitá-las. Percebi que me não queria falar francamente, talvez por medo do ridículo, e não insisti.

Jantamos em companhia um do outro, e desde então pegamos de ver-nos todos os dias. Fizemos juntos uma viagem à Suíça, e a nossa amizade revigorou-se com essa jornada; ficamos inseparáveis até que ele, meses depois, deixou a Europa para tornar ao Brasil.

E eu, agora, aqui no Rio de Janeiro, ao acordar da primeira noite, passada no detestável Freitas-Hotel, senti cair-me em cima, com o peso de mil arrobas, todo o negrume da minha solidão. A ideia da solidão fez-me pensar em Leandro.

É verdade! Que fim teria ele levado?...

Vou vê-lo! deliberei, saltando da cama.

Procurei o endereço da sua atual residência. “Tijuca. Alto da Serra”. Era longe, mas o dia estava magnífico. Por que pois não ir? Enquanto lá estivesse disfarçaria ao menos o meu tédio de celibatário. Leandro era afinal o meu melhor amigo; além do que, apetecia-me à curiosidade saber notícias do seu casamento e da sua fenomenal sogra. Não nos víamos havia quatro anos. Como seria agora a sua existência? Que fim teria ele dado ao demônio da bruxa?...

Vesti-me, almocei, saí, dei um passeio pela rua do Ouvidor e tomei o tramway da Tijuca. Na raiz da serra procurei informações sobre a casa de Leandro; deram-nas na mesma cocheira que me alugou uma vitória para lá subir.

Às cinco e meia da tarde entrava na residência do meu amigo. Uma deliciosa chácara, com o seu cottage ao fundo, na fralda da montanha, escondido entre árvores floríferas e cercado por um jardim de rosas e camélias. Adivinhava-se logo, desde o portão da rua, haver ali todo o conforto e regalo que nos podem proporcionar os maravilhosos arrabaldes do Rio de Janeiro. Toquei o tímpano na varanda. Fizeram-me entrar para a sala de espera; não mandei o meu cartão intencionalmente, e, quando Leandro chegou e deu comigo, soltou uma sincera exclamação de prazer.

Atiramo-nos nos braços um do outro.

— Que bela surpresa! – bradou ele. – Não sabia que tinhas chegado!

— Cheguei ontem. E tu como vais por aqui? A senhora como está? E tua sogra, que fim levou?

— Minha mulher não está aí. Saiu na minha ausência com os filhos e com o velho César. Não sei para onde foram... Mas vai entrando! vai entrando!

— Estão esparecendo naturalmente por aí perto, avengei, passando para a sala de visitas.

— Talvez, mas talvez não. Não sei! Pode ser que voltem já e pode ser que se demorem. Desconfio que foram fazer uma viagem...

— Como? Pois tu não sabes se tua mulher foi fazer uma viagem, ou se está passeando pela vizinhança da casa?... Ora esta!

— Não, filho, não sei. Temos uma vida muito especial. Ela às vezes me foge, ou eu lhe fujo. Levamos três, quatro dias fora, uma semana, um mês até, longe um do outro, visitando parentes e amigos, ou simplesmente passeando, viajando...

Calei-me, por falta absoluta de palavras, e comecei a desconfiar que a sogra afinal acabara por derreter os miolos do meu pobre amigo. Era de

esperar! Depois de uma pausa, aproximei-me dele e perguntei-lhe, em voz soturna, olhando para os lados:

— E a serpente?...

— Que serpente?!

— Ora, qual há se ser? A fúria infernal, o diabo de saias, tua sogra!

— Coitada!

E Leandro soltou um grande suspiro.

Escancarei os olhos e a boca, sem compreender.

— Coitada!... repetiu ele, com um novo suspiro. Já não existe...ah! infelizmente já não existe!...

Recuei aterrado; senti o sangue gelar-se-me nas veias. Que estava eu ouvindo, meu Deus? que estava dizendo o mísero rapaz? Oh! agora já não havia a menor dúvida – era um caso perdido!

— Regenerou-se afinal... interroguei-lhe, fingindo sangue-frio, e sem me aproximar muito desta vez.

— Não zombes, meu amigo! A memória de minha sogra é hoje para mim tão sagrada, ou mais, do que a memória de minha própria mãe!...

— Mas, espera! quantas sogras então tiveste tu?... perguntei-lhe receando também já um pouco pelo meu juízo.

— Uma só.

— E essa, a que te referes agora, é aquela mesma, a célebre? aquele terror, aquela moléstia, aquele mal que te roia a existência? aquele diabo, a quem devias o implacável inferno em que te vi espernear de desespero?...

— A mesma, Leão. Simplesmente eu, nesse tempo, era injusto...

— Aquela que, só pelo gostinho de contrariar, se metia entre ti e tua mulher, cortando-lhes no meio as carícias e perturbando-lhes o amor?...

— Não a compreendia nessa época. O imbecil era eu!

— Aquela, que te trazia suspensa sobre a cabeça uma ameaça de morte?...

— Fazia-o, porque era adoravelmente boa!

— Aquela, que te não permitiu fosses o dono do primeiro beijo de teu filho?...

— É verdade, a mesma!

— Aquela fúria?

— Era uma santa!

E ficou muito sério, com o rosto compungido e contrito.

Até hoje ainda não sei como não caí para trás, fulminado.

Meti as mãos nos bolsos das calças, abri as pernas à marinheira, ferrei o olhar no tapete do chão, apertei os lábios, arregacei as sobranceiras, e embatuei.

Sim, senhor!...

Estava preparado para ver, sem me alterar, o meu estimável amigo Leandro de Oviedo atirar as mãos para o chão e pôr-se a percorrer a sala de pernas para o ar.

Que digo? Poderia ver sem pestanejar, o retrato da própria sogra de Leandro desprender-se do seu caixilho dourado, e vir dar-lhe um beijo, ou dançar um fandango entre nós dois.

Naquele instante nada me causaria abalo!

Mas, ao fim do jantar, reanimado por um velho e generoso Barbera, pedi ao meu paradoxal amigo que me explicasse o milagre daquela sua tão absoluta inversão de pontos de vista. Sempre queria ouvir!

— Não te darei uma palavra e terás a mais satisfatória explicação do mistério, disse-me ele. Dormes aqui, não é verdade? Dormes decerto!

— Mas...

— Podias até passar alguns dias comigo. Isto por cá é muito aprazível nesta época. Onde estás morando?

— No Freitas.

— Ora! Não te largo esta semana! Seria desumanidade deixar-te ir! Hospedado no Freitas!...

— Mas é que... não contava com isto... Vou sem dúvida incomodar tua família...

— Qual! Minha família não sei quando virá... Tu agora não tens ainda com certeza o que fazer... De resto não ficas totalmente preso: podes ir à cidade quando quiseres; trazer de lá ou mandar buscar o que precisares. Olha! aqui pelo menos estás livre de qualquer febre! e podemos dar magníficos passeios, a cavalo e de carro, pela Floresta, à Vista Chinesa, à Gávea. Amanhã mostro-te as minhas estrebarias; se ainda conservas gosto pelo gênero, encontrarás o que ver.

Confessei-me vencido, mesmo porque sentia já a curiosidade excitada.

Jogamos à noite uma partida de bilhar e, às onze horas, na ocasião de recolher à câmara que me destinaram, exigi de Leandro a prometida explicação do milagre.

Entra para o teu quarto, que lá te levarei, respondeu ele, afastando-se.

E pouco depois voltava, trazendo com todo o carinho um pequeno estojo de ébano. Abriu-o defronte de mim com uma chavezinha de prata, e tirou de dentro um livro preciosamente encadernado.

Mostrou-me o livro, em silêncio, cheio de gestos e desvelos religiosos. Na capa, entre guarnições de ouro e pedras finas, havia um delicadíssimo



esmalte, retratando em miniatura o busto da sogra. Estava a primor, com o seu distinto e singelo penteado de cabelos brancos, com as suas lunetas de cristal, e com aquele sutil sorriso malicioso, que lhe conheci noutro tempo.

— Não poderia dar-te maior prova de amizade, do que te confiando este sagrado tesouro, disse-me Leandro.

— É um manuscrito de minha sogra. Começa a lê-lo hoje antes de dormir, e depois, quando o tenhas concluído, conversaremos a respeito da mãe de minha mulher... Tomei nas mãos, cuidadosamente, a sedutora relíquia, examinei-a deveras intrigado, depu-la de novo no seu estojo, agradei a Leandro o obséquio, impaciente por vê-lo pelas costas.

Logo que me pilhei sozinho, fiz em três tempos a toilette, aninhei-me na cama, cheguei para perto da luz do velador, e, com uma volúpia repassada da mais legítima curiosidade, abri a primeira página e comecei a leitura.

Mal sabia eu que grande influência ia exercer esse manuscrito sobre minha vida... E como hoje posso publicá-lo, não ponho nisso a menor dúvida. É o que se segue.



*Pão de Açúcar*

**LIMA BARRETO (1881-1922)**

***O TRISTE FIM DE POLICARPO QUARESMA***

Texto de referência: Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional – Departamento Nacional do Livro.

**PRIMEIRA PARTE**  
**I**  
**A LIÇÃO DE VIOLÃO**

Como de hábito, Policarpo Quaresma, mais conhecido por Major Quaresma, bateu em casa às quatro e quinze da tarde. Havia mais de vinte anos que isso acontecia. Saindo do Arsenal de Guerra, onde era subsecretário, bongava pelas confeitarias algumas frutas, comprava um queijo, às vezes, e sempre o pão da padaria francesa.

Não gastava nesses passos nem mesmo uma hora, de forma que, às três e quarenta, por aí assim, tomava o bonde, sem erro de um minuto, ia pisar a soleira da porta de sua casa, numa rua afastada de São Januário, bem exatamente às quatro e quinze, como se fosse a aparição de um astro, um eclipse, enfim um fenômeno matematicamente determinado, previsto e predito.

A vizinhança já lhe conhecia os hábitos e tanto que, na casa do Capitão Cláudio, onde era costume jantar-se aí pelas quatro e meia, logo que o viam passar, a dona gritava à criada: “Alice, olha que são horas; o Major Quaresma já passou.”

E era assim todos os dias, há quase trinta anos. Vivendo em casa própria e tendo outros rendimentos além do seu ordenado, o Major Quaresma podia levar um trem de vida superior aos seus recursos burocráticos, gozando, por parte da vizinhança, da consideração e respeito de homem abastado.

Não recebia ninguém, vivia num isolamento monacal, embora fosse cortês com os vizinhos que o julgavam esquisito e misantropo. Se não tinha amigos na redondeza, não tinha inimigos, e a única desafeição que merecera fora a do Doutor Segadas, um clínico afamado no lugar, que não podia admitir que Quaresma tivesse livros: “Se não era formado, para quê? Pedantismo!”

O subsecretário não mostrava os livros a ninguém, mas acontecia que, quando se abriam as janelas da sala de sua livraria, da rua poder-se-iam ver as estantes pejadas de cima a baixo.

Eram esses os seus hábitos; ultimamente, porém, mudara um pouco; e isso provocava comentários no bairro. Além do compadre e da filha, as únicas pessoas que o visitavam até então, nos últimos dias, era visto entrar em sua casa, três vezes por semana e em dias certos, um senhor baixo, magro, pálido, com um violão agasalhado numa bolsa de camurça. Logo pela primeira vez o caso intrigou a vizinhança. Um violão em casa tão respeitável! Que seria?

E, na mesma tarde, uma das mais lindas vizinhas do major convidou uma amiga, e ambas levaram um tempo perdido, de cá pra lá, a palmilhar o passeio, esticando a cabeça, quando passavam diante da janela aberta do esquisito subsecretário.

Não foi inútil a espionagem. Sentado no sofá, tendo ao lado o tal sujeito, empunhando o “pinho” na posição de tocar, o major, atentamente, ouvia: “Olhe, major, assim.” E as cordas vibravam vagarosamente a nota ferida; em seguida, o mestre aduzia: “É ‘ré’, aprendeu?”.

Mais não foi preciso pôr na carta; a vizinhança concluiu logo que o major aprendia a tocar violão.

Mas que cousa? Um homem tão sério metido nessas malandragens!

Uma tarde de sol – sol de março, forte e implacável – aí pelas cercanias das quatro horas, as janelas de uma erva rua de São Januário povoaram-se rápida e repentinamente, de um e de outro lado. Até da casa do general

vieram moças à janela! Que era? Um batalhão? Um incêndio? Nada disto: o Major Quaresma, de cabeça baixa, com pequenos passos de boi de carro, subia a rua, tendo debaixo do braço um violão impudico.

É verdade que a guitarra vinha decentemente embrulhada em papel, mas o vestuário não lhe escondia inteiramente as formas. À vista de tão escandaloso fato, a consideração e o respeito que o Major Policarpo Quaresma merecia nos arredores de sua casa diminuía um pouco. Estava perdido, maluco, diziam. Ele, porém, continuou serenamente nos seus estudos, mesmo porque não percebeu essa diminuição.

Quaresma era um homem pequeno, magro, que usava pince-nez, olhava sempre baixo, mas, quando fixava alguém ou alguma cousa, os seus olhos tomavam, por detrás das lentes, um forte brilho de penetração, e era como se ele quisesse ir à alma da pessoa ou da cousa que fixava. Contudo, sempre os trazia baixos, como se se guiasse pela ponta do cavanhaque que lhe enfeitava o queixo. Vestia-se sempre de fraque, preto, azul, ou de cinza, de pano listrado, mas sempre de fraque, e era raro que não se cobrisse com uma cartola de abas curtas e muito alta, feita segundo um figurino antigo de que ele sabia com precisão a época.

Quando entrou em casa, naquele dia, foi a irmã quem lhe abriu a porta, perguntando:

– Janta já?

– Ainda não. Espere um pouco o Ricardo que vem jantar hoje conosco.

– Policarpo, você precisa tomar juízo. Um homem de idade, com posição, respeitável, como você é, andar metido com esse seresteiro, um quase capadócio – não é bonito!

O major descansou o chapéu-de-sol – um antigo chapéu-de-sol com a haste inteiramente de madeira, e um cabo de volta, incrustado de pequenos losangos de madreperla – e respondeu:

– Mas você está muito enganada, mana. É preconceito supor-se que todo o homem que toca violão é um desclassificado. A modinha é a mais genuína expressão da poesia nacional e o violão é o instrumento que ela pede. Nós é que temos abandonado o gênero, mas ele já esteve em honra, em Lisboa, no século passado, com o Padre Caldas que teve um auditório de fidalgas. Beckford, um inglês, muito o elogia.

– Mas isso foi em outro tempo; agora...

– Que tem isso, Adelaide? Convém que nós não deixemos morrer as nossas tradições, os usos genuinamente nacionais...

– Bem, Policarpo, eu não quero contrariar você; continue lá com as suas manias.

O major entrou para um aposento próximo, enquanto sua irmã seguia em direção ao interior da casa. Quaresma despiu-se, lavou-se, enfiou a roupa de casa, veio para a biblioteca, sentou-se a uma cadeira de balanço, descansando.

Estava num aposento vasto, com janelas para uma rua lateral, e todo ele era formado de estantes de ferro.

Havia perto de dez, com quatro prateleiras, fora as pequenas com os livros de maior tomo. Quem examinasse vagarosamente aquela grande coleção de livros havia de espantar-se ao perceber o espírito que presidia a sua reunião.

Na ficção, havia unicamente autores nacionais ou tidos como tais: o Bento Teixeira, da Prosopopeia; o Gregório de Matos, o Basílio da Gama, o Santa Rita Durão, o José de Alencar (todo), o Macedo, o Gonçalves Dias (todo), além de muitos outros. Podia-se afirmar que nem um dos autores nacionais ou nacionalizados de oitenta pra lá faltava nas estantes do major. De História do Brasil, era farta a messe: os cronistas, Gabriel Soares, Gândavo; e Rocha Pita, Frei Vicente do Salvador, Armitage, Aires do Casal, Pereira da Silva, Handelman (Geschichte von Brasilien), Melo Moraes, Capistrano de Abreu, Southey, Varnhagen, além de outros mais raros ou menos famosos. Então no tocante a viagens e explorações, que riqueza! Lá estavam Hans Staden, o Jean de Léry, o Saint-Hilaire, o Martius, o Príncipe de Neuwied, o John Mawe, o von Eschwege, o Agassiz, Couto de Magalhães e se se encontravam também Darwin, Freycinet, Cook, Bougainville e até o famoso Pigafetta, cronista da viagem de Magalhães, é porque todos esses últimos viajantes tocavam no Brasil, resumida ou amplamente.

Além destes, havia livros subsidiários: dicionários, manuais, enciclopédias, compêndios, em vários idiomas.

Vê-se assim que a sua predileção pela poética de Porto Alegre e Magalhães não lhe vinha de uma irremediável ignorância das línguas literárias da Europa; ao contrário, o major conhecia bem sofrivelmente francês, inglês e alemão; e se não falava tais idiomas, lia-os e traduzia-os correntemente. A razão tinha que ser encontrada numa disposição particular de seu espírito, no forte sentimento que guiava sua vida. Policarpo era patriota. Desde moço, aí pelos vinte anos, o amor da pátria tomou-o todo inteiro. Não fora o amor comum, palrador e vazio; fora um sentimento sério, grave e absorvente. Nada de ambições políticas ou administrativas; o que Quaresma pensou, ou melhor: o que o

patriotismo o fez pensar foi num conhecimento inteiro do Brasil, levando-o a meditações sobre os seus recursos, para depois então apontar os remédios, as medidas progressivas, com pleno conhecimento de causa.

Não se sabia bem onde nascera, mas não fora decerto em São Paulo, nem no Rio Grande do Sul, nem no Pará. Errava quem quisesse encontrar nele qualquer regionalismo: Quaresma era antes de tudo brasileiro. Não tinha predileção por esta ou aquela parte de seu país, tanto assim que aquilo que o fazia vibrar de paixão não eram só os pampas do Sul com o seu gado, não era o café de São Paulo, não eram o ouro e os diamantes de Minas, não era a beleza da Guanabara, não era a altura da Paulo Afonso, não era o estro de Gonçalves Dias ou o ímpeto de Andrade Neves – era tudo isso junto, fundido, reunido, sob a bandeira estrelada do Cruzeiro.

Logo aos dezoito anos quis fazer-se militar; mas a junta de saúde julgou-o incapaz. Desgostou-se, sofreu, mas não maldisse a Pátria. O ministério era liberal, ele se fez conservador e continuou mais do que nunca a amar a “terra que o viu nascer”. Impossibilitado de evoluir-se sob os dourados do Exército, procurou a administração e dos seus ramos escolheu o militar.

Era onde estava bem. No meio de soldados, de canhões, de veteranos, de papelada inçada de quilos de pólvora, de nomes de fuzis e termos técnicos de artilharia, aspirava diariamente aquele hálito de guerra, de bravura, de vitória, de triunfo, que é bem o hálito da Pátria.

Durante os lazeres burocráticos, estudou, mas estudou a Pátria, nas suas riquezas naturais, na sua história, na sua geografia, na sua literatura e na sua política. Quaresma sabia as espécies de minerais, vegetais e animais, que o Brasil continha; sabia o valor do ouro, dos diamantes exportados por Minas, as guerras holandesas, as batalhas do Paraguai, as nascentes e o curso de todos os rios. Defendia com azedume e paixão a proeminência do Amazonas sobre todos os demais rios do mundo. Para isso ia até ao crime de amputar alguns quilômetros ao Nilo e era com este rival do “seu” rio que ele mais implicava. Ai de quem o citasse na sua frente! Em geral, calmo e delicado, o major ficava agitado e malcriado, quando se discutia a extensão do Amazonas em face da do Nilo.

Havia um ano a esta parte que se dedicava ao tupi-guarani. Todas as manhãs, antes que a “Aurora, com seus dedos rosados abrisse caminho ao louro Febo”, ele se atracava até ao almoço com o Montoya, Arte y diccionario de la lengua guaraní ó más bien tupí, e estudava o jargão caboclo com afinco e paixão. Na repartição, os pequenos empregados, amanuenses e escreventes, tendo notícia desse estudo do idioma tupiniquim, deram não se sabe por

que em chamá-lo – Ubirajara. Certa vez, o escrevente Azevedo, ao assinar o ponto, distraído, sem reparar quem lhe estava às costas, disse em tom chocarreiro: “Você já viu que hoje o Ubirajara está tardando?”.

Quaresma era considerado no Arsenal: a sua idade, a sua ilustração, a modéstia e honestidade de seu viver impunham-no ao respeito de todos. Sentindo que a alcunha lhe era dirigida, não perdeu a dignidade, não prorrompeu em doestos e insultos. Endireitou-se, concentrou o pince-nez, levantou o dedo indicador no ar e respondeu:

– Senhor Azevedo, não seja leviano. Não queira levar ao ridículo aqueles que trabalham em silêncio, para a grandeza e a emancipação da Pátria.

Nesse dia, o major pouco conversou. Era costume seu, assim pela hora do café, quando os empregados deixavam as bancas, transmitir aos companheiros o fruto de seus estudos, as descobertas que fazia, no seu gabinete de trabalho, de riquezas nacionais. Um dia era o petróleo que lera em qualquer parte, como sendo encontrado na Bahia; outra vez, era um novo exemplar de árvore de borracha que crescia no rio Pardo, em Mato Grosso; outra, era um sábio, uma notabilidade, cuja bisavó era brasileira; e quando não tinha descoberta a trazer, entrava pela corografia, contava o curso dos rios, a sua extensão navegável, os melhoramentos insignificantes de que careciam para se prestarem a um franco percurso da foz às nascentes. Ele amava sobremodo os rios; as montanhas lhe eram indiferentes. Pequenas talvez...

Os colegas ouviam-no respeitosos e ninguém, a não ser esse tal Azevedo, se animava na sua frente a lhe fazer a menor objeção, a avançar uma pilhéria, um dito. Ao voltar as costas, porém, vingavam-se da cacetada, cobrindo-o de troças: “Este Quaresma! Que cacete! Pensa que somos meninos de tico-tico... Arre! Não tem outra conversa.”

E desse modo ele ia levando a vida, metade na repartição, sem ser compreendido, e a outra metade em casa, também sem ser compreendido. No dia em que o chamaram de Ubirajara, Quaresma ficou reservado, taciturno, mudo, e só veio falar porque, quando lavavam as mãos num aposento próximo à secretária e se preparavam para sair, alguém suspirando, disse: “Ah! Meu Deus! Quando poderei ir à Europa!” O major não se conteve: levantou o olhar, concertou o pince-nez e falou fraternal e persuasivo: “Ingrato! Tens uma terra tão bela, tão rica, e queres visitar a dos outros! Eu, se algum dia puder, hei de percorrer a minha de princípio ao fim!”

O outro objetou-lhe que por aqui só havia febres e mosquitos; o major contestou-lhe com estatísticas e até provou exuberantemente que o Amazonas tinha um dos melhores climas da terra.

Era um clima caluniado pelos viciosos que de lá vinham doentes...

Era assim o Major Policarpo Quaresma que acabava de chegar à sua residência, às quatro e quinze da tarde, sem erro de um minuto, como todas as tardes, exceto aos domingos, exatamente, ao jeito da aparição de um astro ou de um eclipse.

No mais, era um homem como todos os outros, a não ser aqueles que têm ambições políticas ou de fortuna, porque Quaresma não as tinha no mínimo grau. Sentado na cadeira de balanço, bem ao centro de sua biblioteca, o major abriu um livro e pôs-se a lê-lo à espera do conviva. Era o velho Rocha Pita, o entusiástico Rocha Pita da História da América Portuguesa. Quaresma estava lendo aquele famoso período: “Em nenhuma outra região se mostra o céu mais sereno, nem madrugada mais bela a aurora; o sol em nenhum outro hemisfério tem os raios mais dourados...” mas não pôde ir ao fim. Batiam à porta. Foi abri-la em pessoa.

– Tardei, major? perguntou o visitante.

– Não. Chegaste à hora.

Acabava de entrar em casa do Major Quaresma o Senhor Ricardo Coração dos Outros, homem célebre pela sua habilidade em cantar modinhas e tocar violão. Em começo, a sua fama estivera limitada a um pequeno subúrbio da cidade, em cujos “saraus” ele e seu violão figuravam como Paganini e a sua rabeça em festas de duques; mas, aos poucos, com o tempo, foi tomando toda a extensão dos subúrbios, crescendo, solidificando-se, até ser considerada como cousa própria a eles. Não se julgue, entretanto, que Ricardo fosse um cantor de modinhas aí qualquer, um capadócio. Não: Ricardo Coração dos Outros era um artista a frequentar e a honrar as melhores famílias do Méier, Piedade e Riachuelo. Rara era a noite em que não recebesse um convite. Fosse na casa do Tenente Marques, do Doutor Bulhões ou do “Seu” Castro, a sua presença era sempre requerida, instada e apreciada. O Doutor Bulhões, até, tinha pelo Ricardo uma admiração especial, um delírio, um frenesi e, quando o trovador cantava, ficava em êxtase. “Gosto muito de canto”, dizia o doutor no trem certa vez, “mas só duas pessoas me enchem as medidas: o Tamagno e o Ricardo.” Esse doutor tinha uma grande reputação nos subúrbios, não como médico, pois que nem óleo de rícino receitava, mas como entendido em legislação telegráfica, por ser chefe de seção da Secretaria dos Telégrafos.

Dessa maneira, Ricardo Coração dos Outros gozava da estima geral da alta sociedade suburbana. É uma alta sociedade muito especial e que só é alta nos subúrbios. Compõe-se em geral de funcionários públicos, de pequenos negociantes, de médicos com alguma clínica, de tenentes de diferentes milícias,



nata essa que impa pelas ruas esburacadas daquelas distantes regiões, assim como nas festas e nos bailes, com mais força que a burguesia de Petrópolis e Botafogo. Isto é só lá, nos bailes, nas festas e nas ruas, onde se algum dos seus representantes vê um tipo mais ou menos, olha-o da cabeça aos pés, demoradamente, assim como quem diz: aparece lá em casa que te dou um prato de comida. Porque o orgulho da aristocracia suburbana está em ter todo o dia jantar e almoço, muito feijão, muita carne-seca, muito ensopado – aí, julga ela, é que está a pedra de toque da nobreza, da alta linha, da distinção.

Fora dos subúrbios, na Rua do Ouvidor, nos teatros, nas grandes festas centrais, essa gente míngua, apaga-se, desaparece, chegando até as suas mulheres e filhas a perder a beleza com que deslumbram, quase diariamente, os lindos cavalheiros dos intermináveis bailes diários daquelas redondezas.

Ricardo, depois de ser poeta e o cantor dessa curiosa aristocracia, extravasou e passou à cidade, propriamente. A sua fama já chegava a São Cristóvão e em breve (ele o esperava) Botafogo convidá-lo-ia, pois os jornais já falavam no seu nome e discutiam o alcance de sua obra e da sua poética...

Mas que vinha ele fazer ali, na casa de pessoas de propósitos tão altos e tão severos hábitos? Não é difícil atinar. Decerto, não vinha auxiliar o major nos seus estudos de geologia, de poética, de mineralogia e histórias brasileiras.

Como bem supôs a vizinhança, o Coração dos Outros vinha ali tão-somente ensinar o major a cantar modinhas e a tocar violão. Nada mais e é simples.

De acordo com a sua paixão dominante, Quaresma estivera muito tempo a meditar qual seria a expressão poético-musical característica da alma nacional. Consultou historiadores, cronistas e filósofos e adquiriu certeza que era a modinha acompanhada pelo violão. Seguro dessa verdade, não teve dúvidas: tratou de aprender o instrumento genuinamente brasileiro e entrar nos segredos da modinha. Estava nisso tudo a quo, mas procurou saber quem era o primeiro executor e cantor da cidade e tomou lições com ele. O seu fim era disciplinar a modinha e tirar dela um forte motivo original de arte.

Ricardo vinha justamente dar-lhe lição, mas antes disso, por convite especial do discípulo, ia compartilhar o seu jantar; e fora por isso que o famoso trovador chegou mais cedo à casa do subsecretário.

– Já sabe dar o “ré” sustentado, major? perguntou Ricardo logo ao sentar-se.

– Já.

– Vamos ver.

Dizendo isto, foi desencapotar o seu sagrado violão; mas não houve tempo. Dona Adelaide, a irmã de Quaresma, entrou e convidou-os a irem jantar. A sopa já esfriava na mesa, que fossem!

– O Senhor Ricardo há de nos desculpar, disse a velha senhora, a pobreza do nosso jantar. Eu lhe quis fazer um frango com petit-pois, mas Policarpo não deixou. Disse-me que esse tal petit-pois é estrangeiro e que eu o substituísse por guando. Onde é que se viu frango com guando?

Coração dos Outros aventou que talvez fosse bom, seria uma novidade e não fazia mal experimentar.

– É uma mania de seu amigo, Senhor Ricardo, esta de só querer cousas nacionais, e a gente tem que ingerir cada droga, chi!

– Qual, Adelaide, você tem certas ojerizas! A nossa terra, que tem todos os climas do mundo, é capaz de produzir tudo que é necessário para o estômago mais exigente. Você é que deu para implicar.

– Exemplo: a manteiga que fica logo rançosa.

– É porque é de leite, se fosse como essas estrangeiras aí, fabricadas com gorduras de esgotos, talvez não se estragasse... É isto, Ricardo! Não querem nada da nossa terra...

– Em geral é assim, disse Ricardo.

– Mas é um erro... Não protegem as indústrias nacionais... Comigo não há disso: de tudo que há nacional, eu não uso estrangeiro. Visto-me com pano nacional, calço botas nacionais e assim por diante.

Sentaram-se à mesa. Quaresma agarrou uma pequena garrafa de cristal e serviu dous cálices de parati.

– É do programa nacional, fez a irmã, sorrindo.

– Decerto, e é um magnífico aperitivo. Esses vermouths por aí, drogas! Isto é álcool puro, bom, de cana, não é de batatas ou milho...

Ricardo agarrou o cálice com delicadeza e respeito, levou-o aos lábios e foi como se todo ele bebesse o licor nacional.

– Está bom, hein? indagou o major.

– Magnífico, fez Ricardo, estalando os lábios.

– É de Angra. Agora tu vais ver que magnífico vinho do Rio Grande temos... Qual Borgonha! Qual Bordeaux! Temos no Sul muito melhores...

E o jantar correu assim, nesse tom. Quaresma exaltando os produtos nacionais: a banha, o toucinho e o arroz; a irmã fazia pequenas objeções e Ricardo dizia: “é, é, não há dúvida” – rolando nas órbitas os olhos pequenos, franzindo a testa diminuta que se sumia no cabelo áspero, forçando muito a sua fisionomia miúda e dura a adquirir uma expressão sincera de delicadeza e satisfação.

Acabado o jantar foram ver o jardim. Era uma maravilha; não tinha nem uma flor... Certamente não se podia tomar por tal míseros beijos-de-

-frade, palmas-de-santa-rita, quaresmas lutulentas, manacás melancólicos e outros belos exemplares dos nossos campos e prados. Como em tudo o mais, o major era em jardinagem essencialmente nacional. Nada de rosas, de crisântemos, de magnólias – flores exóticas; as nossas terras tinham outras mais belas, mais expressivas, mais olentes, como aquelas que ele tinha ali.

Ricardo ainda uma vez concordou e os dous entraram na sala, quando o crepúsculo vinha devagar, muito vagaroso e lento, como se fosse um longo adeus saudoso do sol ao deixar a terra, pondo nas cousas a sua poesia dolente e a sua deliquescência.

Mal foi aceso o gás, o mestre de violão empunhou o instrumento, apertou as cravelhas, correu a escala, abaixando-se sobre ele como se o quisesse beijar. Tirou alguns acordes, para experimentar; e dirigiu-se ao discípulo, que já tinha o seu em posição:

– Vamos ver. Tire a escala, major.

Quaresma preparou os dedos, afinou a viola, mas não havia na sua execução nem a firmeza, nem o dengue com que o mestre fazia a mesma operação.

– Olhe, major, é assim.

E mostrava a posição do instrumento, indo do colo ao braço esquerdo estendido, seguro levemente pelo direito; e em seguida acrescentou:

– Major, o violão é o instrumento da paixão. Precisa de peito para falar... É preciso encostá-lo, mas encostá-lo com macieza e amor, como se fosse a amada, a noiva, para que diga o que sentimos... Diante do violão, Ricardo ficava loquaz, cheio de sentenças, todo ele fremindo de paixão pelo instrumento desprezado.

A lição durou uns cinquenta minutos. O major sentiu-se cansado e pediu que o mestre cantasse. Era a primeira vez que Quaresma lhe fazia esse pedido; embora lisonjeado, quis a vaidade profissional que ele, a princípio, se negasse.

– Oh! Não tenho nada novo, uma composição minha.

Dona Adelaide obtemperou então:

– Cante uma de outro.

– Oh! Por Deus, minha senhora! Eu só canto as minhas. O Bilac – conhecem? – quis fazer-me uma modinha, eu não aceitei; você não entende de violão, “seu” Bilac. A questão não está em escrever uns versos certos que digam cousas bonitas; o essencial é achar-se as palavras que o violão pede e deseja. Por exemplo: se eu dissesse, como em começo quis, n’ “O Pé” uma modinha minha: “o teu pé é uma folha de trevo” – não ia com o violão.

Querem ver?

E ensaiou em voz baixa, acompanhado pelo instrumento: o – teu – pé –  
é – uma – fo – lha – de – tre – vo.

– Vejam, continuou ele, como não dá. Agora reparem: o – teu – pé – é –  
uma – uma – ro – sa – de – mir – ra. É outra cousa, não acham?

– Não há dúvida, disse a irmã de Quaresma.

– Cante esta, convidou o major.

– Não, objetou Ricardo. Está velha, vou cantar a “Promessa”, conhecem?

– Não, disseram os dous irmãos.

– Oh! Anda por aí como as “Pombas” do Raimundo.

– Cante lá, Senhor Ricardo, pediu Dona Adelaide.

Ricardo Coração dos Outros por fim afinou ainda uma vez o violão e começou em voz fraca:

Prometo pelo Santíssimo Sacramento

Que serei tua paixão...

– Vão vendo, disse ele num intervalo, quanta imagem, quanta imagem!

E continuou. As janelas estavam abertas. Moças e rapazes começaram a se amontoar na calçada para ouvir o menestrel. Sentindo que a rua se interessava, Coração dos Outros foi apurando a dicção, tomando um ar feroz que ele supunha ser de ternura e entusiasmo; e, quando acabou, as palmas soaram do lado de fora e uma moça entrou procurando Dona Adelaide.

– Senta-te Ismênia, disse ela.

– A demora é pouca.

Ricardo aprumou-se na cadeira, olhou um pouco a moça e continuou a dissertar sobre a modinha. Aproveitando uma pausa, a irmã de Quaresma perguntou à moça:

– Então, quando te casas? Era a pergunta que se lhe fazia sempre. Ela então curvava do lado direito a sua triste cabecinha, coroada de magníficos cabelos castanhos, com tons de ouro, e respondia:

– Não sei... Cavalcanti forma-se no fim do ano e então marcaremos.

Isto era dito arrastado, com uma preguiça de impressionar.

Não era feia a menina, a filha do general, vizinho de Quaresma. Era até bem simpática, com a sua fisionomia de pequenos traços mal desenhados e cobertos de umas tintas de bondade.

Aquele seu noivado durava há anos; o noivo, o tal Cavalcanti, estudava para dentista, um curso de dous anos, mas que ele arrastava há quatro, e

Ismênia tinha sempre que responder à famosa pergunta: – “Então quando se casa?” – “Não sei... Cavalcanti forma-se para o ano e...”.

Intimamente ela não se incomodava. Na vida, para ela, só havia uma coisa importante: casar-se; mas pressa não tinha, nada nela a pedia. Já agarrara um noivo, o resto era questão de tempo.

Após responder a Dona Adelaide, explicou o motivo da visita.

Viera, em nome do pai, convidar Ricardo Coração dos Outros a cantar em casa dela.

– Papai, disse Dona Ismênia, gosta muito de modinhas... É do Norte; a senhora sabe Dona Adelaide, que a gente do Norte aprecia muito. Venham.

E para lá foram.



*Avenida Rio Branco*

## **JOÃO DO RIO (1881-1921)**

### ***A ALMA ENCANTADORA DAS RUAS***

Texto de referência: Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional.

Oh! sim, as ruas têm alma! Há ruas honestas, ruas ambíguas, ruas sinistras, ruas nobres, delicadas, trágicas, depravadas, puras, infames, ruas sem história, ruas tão velhas que bastam para contar a evolução de uma cidade inteira, ruas guerreiras, revoltosas, medrosas, spleenéticas, snobs, ruas aristocráticas, ruas amorosas, ruas covardes, que ficam sem pinga de sangue...

Vede a Rua do Ouvidor. É a fanfarronada em pessoa, exagerando, mentindo, tomando parte em tudo, mas desertando, correndo os taipais das montras à mais leve sombra de perigo. Esse beco inferno de pose, de vaidade, de inveja, tem a especialidade da bravata. E fatalmente oposicionista, criou o boato, o “diz-se...” aterrador e o “fecha-fecha” prudente. Começou por chamar-se Desvio do Mar. Por ela continua a passar para todos os desvios muita gente boa. No tempo em que os seus melhores prédios se alugavam modestamente por dez mil réis, era a Rua do Gadelha. Podia ser ainda hoje a Rua dos Gadelhas, atendendo ao número prodigioso de poetas nefelibatas que a infestam de cabelos e de versos. Um dia resolveu chamar-se do Ouvidor sem que o senado da câmara fosse ouvido. Chamou-se como calunia, e elogio, como insulta e

aplaude, porque era preciso denominar o lugar em que todos falam de lugar do que ouve; e parece que cada nome usado foi como a antecipação moral de um dos aspectos atuais dessa irresponsável artéria da futilidade.

A Rua da Misericórdia, ao contrário, com as suas hospedarias lóbregas, a miséria, a desgraça das casas velhas e a cair, os corredores bafientos, é perpetuamente lamentável. Foi a primeira rua do Rio. Dela partimos todos nós, nela passaram os vice-reis malandros, os gananciosos, os escravos nus, os senhores em redes; nela vicejou a imundície, nela desabotoou a flor da influência jesuítica. Índios batidos, negros presos a ferros, domínio ignorante e bestial, o primeiro balbucio da cidade foi um grito de misericórdia, foi um estertor, um ai! tremendo atirado aos céus. Dela brotou a cidade no antigo esplendor do Largo do Paço, dela decorreram, como de um corpo que sangra, os becos humildes e os coalhos de sangue, que são as praças, ribeirinhas do mar. Mas, soluço de espancado, primeiro esforço de uma porção de infelizes, ela continuou pelos séculos afora sempre lamentável, e tão angustiada e franca e verdadeira na sua dor que os patriotas lisonjeiros e os governos, ninguém, ninguém se lembrou nunca de lhe tirar das esquinas aquela muda prece, aquele grito de mendiga velha: – Misericórdia!

Há ruas que mudam de lugar, cortam morros, vão acabar em certos pontos que ninguém dantes imaginara – a Rua dos Ourives; há ruas que, pouco honestas no passado, acabaram tomando vergonha – a da Quitanda. Essa tinha mesmo a mania de mudar de nome. Chamou-se do Açougue Velho, do Inácio Castanheira, do Sucusarrará, do Tomé da Silva, que sei eu? Até mesmo Canto do Tabaqueiro. Acabou Quitanda do Marisco, mas, como certos indivíduos que organizam o nome conforme a posição que ocupam, cortou o marisco e ficou só Quitanda. Há ruas, guardas tradicionais da fidalguia, que deslizam como matronas conservadoras – a das Laranjeiras; há ruas lúgubres, por onde passais com um arrepio, sentindo o perigo da morte – o Largo do Moura por exemplo. Foi sempre assim. Lá existiu o Necrotério e antes do Necrotério lá se erguia a Forca. Antes da autópsia, o enforcamento. O velho largo macabro, com a alma de Tropmann e de Jack, depois de matar, avaramente guardou anos e anos, para escalpelá-los, para chamá-los, para gozá-los, todos os corpos dos desgraçados que se suicidam ou morrem assassinados. Tresanda a crime, assusta. A Prainha também. Mesmo hoje, aberta, alargada com prédios novos e a trepidação contínua do comércio, há de vos dar uma impressão de vago horror. À noite são mais densas as sombras, as luzes mais vermelhas, as figuras maiores. Por que terá

essa rua um aspecto assim? Oh! Porque foi sempre má, porque foi sempre ali o Aljube, ali padeceram os negros dos três primeiros trapiches do sal, porque também ali a força espalhou a morte!

Há entretanto outras ruas, que nascem íntimas, familiares, incapazes de dar um passo sem que todas as vizinhas não saibam. As ruas de Santa Teresa estão nestas condições. Um cavalheiro salta no Curvelo, vai a pé até o França, e quando volta já todas as ruas perguntam que deseja ele, se as suas tenções são puras e outras impertinências íntimas. Em geral, procura-se o mistério da montanha para esconder um passeio mais ou menos amoroso. As ruas de Santa Teresa é descobrir o par e é deitar a rir proclamando aos quatro ventos o acontecimento. Uma das ruas, mesmo, mais leviana e tagarela do que as outras, resolveu chamar-se logo Rua do Amor, e a Rua do Amor lá está na freguesia de S. José. Será exatamente um lugar escolhido pelo Amor, deus decadente? Talvez não. Há também na freguesia do Engenho Velho uma rua intitulada Feliz Lembrança e parece que não a teve, segundo a opinião respeitável da poesia anônima:

Na Rua Feliz Lembrança  
Eu escapei por um triz  
De ser mandado à tábua.  
Ai! que lembrança infeliz  
Tal nome pôr nesta rua!

Há ruas que têm as blandícias de Goriot e de Shylock para vos emprestar a juro, para esconder quem pede e paga o explorador com ar humilde. Não vos lembrais da Rua do Sacramento, da rua dos penhores? Uma aragem fina e suave encantava sempre o ar. Defronte à igreja, casas velhas guardavam pessoas tradicionais. No Tesouro, por entre as grades de ferro, uma ou outra cara desocupada. E era ali que se empenhavam as joias, que pobres entes angustiados iam levar os derradeiros valores com a alma estrangulada de soluços; era ali que refluíam todas as paixões e todas as tristezas, cujo lenitivo dependesse de dinheiro...

Há ruas oradoras, ruas de meeting – o Largo do Capim que assim foi sempre, o Largo de S. Francisco; ruas de calma alegria burguesa, que parecem sorrir com honestidade – a Rua de Haddock Lobo; ruas em que não se arrisca a gente sem volver os olhos para trás a ver se nos veem – a Travessa da Barreira; ruas melancólicas, da tristeza dos poetas; ruas de prazer suspeito próximo do centro urbano e como que dele muito afastadas; ruas de paixão romântica, que pedem virgens loiras e luar.



Qual de vós já passou a noite em claro ouvindo o segredo de cada rua? Qual de vós já sentiu o mistério, o sono, o vício, as ideias de cada bairro?

A alma da rua só é inteiramente sensível a horas tardias. Há trechos em que a gente passa como se fosse empurrada, perseguida, corrida – as ruas em que os passos reboam, repercutem, parecem crescer, clamam, ecoam e, em breve, são outros tantos passos ao nosso encalço. Outras que se envolvem no mistério logo que as sombras descem – o Largo de Paço. Foi esse largo o primeiro esplendor da cidade. Por ali passaram, na pompa dos pálios e dos baldaquins d'ouro e púrpura, as procissões do Enterro, do Triunfo, do Senhor dos Passos; por ali, ao lado da Praia do Peixe, simples vegetação de palhoças, o comércio agitava as suas primeiras elegâncias e as suas ambições mais fortes. O largo, apesar das reformas, parece guardar a tradição de dormir cedo. À noite, nada o reanima, nada o levanta. Uma grande revolução morre no seu bojo como um suspiro; a luz leva a lutar com a treva; os próprios revérberos parece dormitarem, e as sombras que por ali deslizam são trapos da existência almejando o fim próximo, ladrões sem pousada, imigrantes esfaimados... Deixai esse largo, ide às ruelas da Misericórdia, trechos da cidade que lembram o Amsterdão sombrio de Rembrandt. Há homens em esteiras, dormindo na rua como se estivessem em casa. Não nos admiremos. Somos reflexos. O Beco da Música ou o Beco da Fidalga reproduzem a alma das ruas de Nápoles, de Florença, das ruas de Portugal, das ruas da África, e até, se acreditarmos na fantasia de Heródoto, das ruas do antigo Egito. E por quê? Porque são ruas da proximidade do mar, ruas viajadas, com a visão de outros horizontes. Abri uma dessas pocilgas que são a parte do seu organismo. Haveis de ver chineses bêbados de ópio, marinheiros embrutecidos pelo álcool, feiticeiras ululando canções sinistras, toda a estranha vida dos portos de mar. E esses becos, essas betesgas têm a perfídia dos oceanos, a miséria das imigrações, e o vício, o grande vício do mar e das colônias...

Se as ruas são entes vivos, as ruas pensam, têm ideias, filosofia e religião. Há ruas inteiramente católicas, ruas protestantes, ruas livres-pensadoras e até ruas sem religião. Trafalgar Square, dizia o mestre humorista Jerome, não tem uma opinião teológica definitiva. O mesmo se pode dizer da Praça da Concórdia de Paris ou da Praça Tiradentes. Há criatura mais sem miolos que o Largo do Rocio? Devia ser respeitável e austero. Lá, Pedro I, trepado num belo cavalo e com um belo gesto, mostra aos povos a carta da independência, fingindo dar um grito que nunca deu. Pois

bem: não há sujeito mais pândego e menos sério do que o velho ex-Largo do Rocio. Os seus sentimentos religiosos oscilam entre a depravação e a roleta. Felizmente, outras redimem a sociedade de pedra e cal, pelo seu culto e o seu fervor. A Rua Benjamin Constant está neste caso, é entre nós um tremendo exemplo de confusão religiosa. Solene, grave, guarda três templos, e parece dizer com circunspecção e o ar compenetrado de certos senhores de todos nós conhecidos:

– Faço as obras do Coração de Jesus, creio em Deus, nas orações, nos bentinhos e só não sou positivista porque é tarde para mudar de crença. Mas respeito muito e admiro Teixeira Mendes...

Nós, os homens nervosos, temos de quando em vez alucinações parciais da pele, dores fulgurantes, a sensação de um contacto que não existe, a certeza de que chamam por nós. As ruas têm os rolos, as casas mal assombradas, e há até ruas possessas, com o diabo no corpo. Em S. Luís do Maranhão há uma rua sonâmbula muito menos cacete que a ópera célebre do mesmo nome. Essa rua é a Rua de Santa Ana, a lady Macbeth da topografia. Deu-se lá um crime horrível. Às dez horas, a rua cai em estado sonambúlico e é só gritos, clamores: sangue! sangue! Ruas assim ainda mostram o que pensam. Talvez as outras tenham maiores delírios, mas são como os homens normais – guardam dentro do cérebro todos os pensamentos extravagantes. Quem se atreveria a resumir o que num minuto pensa de mal, de inconfessável, o mais honesto cidadão? Entre as ruas existem também as falsas, as hipócritas, com a alma de Tártufo e de Iago. Por isso os grandes mágicos do interior da África Central, que dos sertões adustos levavam às cidades inglesas do litoral sacos d’ouro em pó e grandes macacos tremendos, têm uma cantiga estranha que vale por uma sentença breve de Catão:

O di ti a uê, chê  
F’u, a uá ny  
Odé, odá, bi ejô  
Sa lo dê

Sentença que em eubá, o esperanto das hordas selvagens, quer dizer apenas isto: rua foi feita para ajuntamentos. Rua é como cobra. Tem veneno. Foge da rua!

Mas o importante, o grave, é ser a rua a causa fundamental da diversidade dos tipos urbanos. Não sei se lestes um curioso livro de E. Demolins,

*Comment la route crée le type social.* É uma revolução no ensino da Geografia. “A causa primeira e decisiva da diversidade das raças, diz ele, é a estrada, o caminho que os homens seguirem. Foi a estrada que criou a raça e o tipo social. Os grandes caminhos do globo foram, de qualquer forma, os alambiques poderosos que transformaram os povos. Os caminhos das grandes estepes asiáticas, das tundras siberianas, das savanas da América ou das florestas africanas insensivelmente e fatalmente criaram o tipo tártaro-mongol, o lapão-esquimó, o pele-vermelha, o índio, o negro”.

A rua é a civilização da estrada. Onde morre o grande caminho começa a rua, e, por isso, ela está para a grande cidade como a estrada está para o mundo. Em embrião, é o princípio, a causa dos pequenos agrupamentos de uma raça idêntica. Daí, em muitos sítios da terra as aldeias terem o único nome de rua. Quando aumentam e crescem depois, ou pela devoção da maioria dos habitantes ou por uma impressão de local, acrescentam ao substantivo rua o complemento que das outras as deve diferenciar. Em Portugal esse fato é comum. Há uma aldeia de 700 habitantes no Minho que se chama modestamente Rua de S. Jorge, uma outra no Douro que é a Rua da Lapela, e existem até uma Rua de Cima e uma Rua de Baixo.

Nas grandes cidades a rua passa a criar o seu tipo, a plasmar o moral dos seus habitantes, a inocular-lhes misteriosamente gostos, costumes, hábitos, modos, opiniões políticas. Vós todos deveis ter ouvido ou dito aquela frase:

– Como estas meninas cheiram a Cidade Nova!

Não é só a Cidade Nova, sejam louvados os deuses! Há meninas que cheiram a Botafogo, a Haddock Lobo, a Vila Isabel, como há velhas em idênticas condições, como há homens também. A rua fatalmente cria o seu tipo urbano como a estrada criou o tipo social. Todos nós conhecemos o tipo do rapaz do Largo do Machado: cabelo à americana, roupas amplas à inglesa, lençinho minúsculo no punho largo, bengala de volta, pretensões às línguas estrangeiras, calças dobradas como Eduardo VII e toda a snobopolis do universo. Esse mesmo rapaz, dadas idênticas posições, é no Largo do Estácio inteiramente diverso. As botas são de bico fino, os fatos em geral justos, o lenço no bolso de dentro do casaco, o cabelo à meia cabeleira com muito óleo. Se formos ao Largo do Depósito, esse mesmo rapaz usará lenço de seda preta, forro na gola do paletot, casaquinho curto e calças obedecendo ao molde corrente na navegação aérea – calças à balão.

Esses três rapazes da mesma idade, filhos da mesma gente honrada, às vezes até parentes, não há escolas, não há contactos passageiros, não há aca-

demias que lhes transformem o gosto por certa cor de gravatas, a maneira de comer, as expressões, as ideias – porque cada rua tem um stock especial de expressões, de ideias e de gostos. A gente de Botafogo vai às “primeiras” do Lírico, mesmo sem ter dinheiro. A gente de Haddock Lobo tem dinheiro, mas raramente vai ao Lírico. Os moradores da Tijuca aplaudem Sarah Bernhardt como um prodígio. Os moradores da Saúde amam enternecidamente o Dias Braga. As meninas das Laranjeiras valsam ao som das valsas de Strauss e de Berger, que lembram os cassinos da Riviera e o esplendor dos kursaals. As meninas dos bailes de Catumbi só conhecem as novidades do senhor Aurélio Cavalcante. As conversas variam, o amor varia, os ideais são inteiramente outros, e até o namoro, essa encantadora primeira fase do eclipse do casamento, essa meia ação da simpatia que se funde em desejo, é absolutamente diverso. Em Botafogo, à sombra das árvores do parque ou no grande portão, Julieta espera Romeu, elegante e solitária; em Haddock Lobo, Julieta garruleia em bandos pela calçada; e nas casas humildes da Cidade Nova, Julieta, que trabalhou todo o dia pensando nessa hora fugace, pende à janela o seu busto formoso...

Oh! sim, a rua faz o indivíduo, nós bem o sentimos. Um cidadão que tenha passado metade da existência na Rua do Pau Ferro não se habitua jamais à Rua Marquês de Abrantes! Os intelectuais sentem esse tremendo efeito do ambiente, menos violentamente, mas sentem. Eu conheci um elegante barão da monarquia, diplomata em perpétua disponibilidade, que a necessidade forçara a aceitar de certo proprietário o quarto de um cortiço da Rua Bom Jardim. O pobre homem, com as suas poses à Brummell, sempre de monóculo entalado, era o escândalo da rua. Por mais que saudasse as damas e cumprimentasse os homens, nunca ninguém se lembrava de o tratar senão com desconfiança assustada. O barão sentia-se desesperado e resumira a vida num gozo único: sempre que podia, tomava o bonde de Botafogo, acendia um charuto, e ia por ali altivo, airoso, com a velha redingote abotoada, a “caramela” de cristal cintilante... Estava no seu bairro. Até parece, dizia ele, que as pedras me conhecem!

As pedras! As pedras são a couraça da rua, a resistência que elas apresentam ao novo transeunte. Refleti que nunca pisastes pela primeira vez uma rua de arrabalde sem que o vosso passo fosse hesitante como que, inconscientemente, se habituando ao terreno; refleti nessas coisas sutis que a vida cria, e haveis de compreender então a razão por que os humildes limitam todo o seu mundo à rua onde moram, e por que certos tipos, os tipos populares, só o são realmente em determinados quarteirões.

As ruas são tão humanas, vivem tanto e formam de tal maneira os seus habitantes, que há até ruas em conflito com outras. Os malandros e os garotos de uma olham para os de outra como para inimigos. Em 1805, há um século, era assim: os capoeiras da Praia não podiam passar por Santa Luzia. No tempo das eleições mais à navalha que à pena, o Largo do Machadinho e a Rua Pedro Américo eram inimigos irreconciliáveis. Atualmente a sugestão é tal que eles se intitulam povo. Há o povo da Rua do Senado, o povo da Travessa do mesmo nome, o povo de Catumbi. Haveis de ouvir, à noite, um grupo de pequenos valentes armados de vara:

– Vamos embora! O povo da Travessa está conosco.

É a Rua do Senado que, aliada à Travessa, vai sovar a Rua Frei Caneca...

Como outrora os homens, mais ou menos notáveis, tomavam o nome da cidade onde tinham nascido – Tales de Mileto, Luciano de Samosata, Epicarmo de Alexandria – os chefes da capadoçagem juntam hoje ao nome de batismo o nome da sua rua. Há o José do Senado, o Juca da Harmonia, o Lindinho do Castelo, e ultimamente, nos fatos do crime, tornaram-se célebres dois homens, Carlito e Cardosinho, só temidos em toda a cidade, cheia de Cardosinhos e de Carlitos, porque eram o Carlito e o Cardosinho da Saúde. Direis que é uma observação puramente local? Não, cem vezes não! Em Paris, a Ville-Lumière, os bandos de assassinos tomam frequentemente o nome da rua onde se organizaram; em Londres há ruas dos bairros trágicos com esse predomínio, e na própria história de Bizâncio haveis de encontrar ruas tão guerreiras que os seus habitantes as juntavam ao nome como um distintivo.

E assim os tipos populares.

Tive o prazer de conhecer dois desses tipos, em que mais vivamente se exteriorizava a influência psicológica da rua: o Pai da Criança e a Perereca.

O Pai da Criança estava deslocado, na decadência. Esse ser repugnante nascera como uma depravação da Rua do Ouvidor. Quando o vi doente, nas tascas da Rua Frei Caneca, como já não estava na sua rua, não era mais notável. Os garotos já não riam dele, ninguém o seguia, e o nojento sujeito conversava nas bodegas, como qualquer mortal, da gatunice dos governos. Só fui descobrir a sua celebridade quando o vi em plena Ouvidor, cheio de fitas, vaiado, cuspidando insolências, inconcebível de descaro e de náusea. A Perereca, ao contrário. Na Rua do Ouvidor seria apenas uma preta velha. Na Rua Frei Caneca era o regalo, o delírio, a extravagância. Os malandrins

corriam-lhe ao encalço atirando-lhe pedras, os negociantes chegavam às portas, todas as janelas iluminavam-se de gargalhadas. E por quê? Porque esses tipos são o riso das ruas e assim como não há duas pessoas que riam do mesmo modo não há duas ruas cujo riso seja o mesmo.

Se a rua é para o homem urbano o que a estrada foi para o homem social, é claro que a preocupação maior, a associada a todas as outras ideias do ser das cidades, é a rua. Nós pensamos sempre na rua. Desde os mais tenros anos ela resume para o homem todos os ideais, os mais confusos, os mais antagônicos, os mais estranhos, desde a noção de liberdade e de difamação – ideias gerais – até a aspiração de dinheiro, de alegria e de amor, ideias particulares. Instintivamente, quando a criança começa a engatinhar, só tem um desejo: ir para a rua! Ainda não fala e já a assustam: se você for para a rua encontra o bicho! Se você sair apanha palmadas! Qual! Não há nada! É pilhar um portão aberto que o petiz não se lembra mais de bichos nem de pancadas!

Sair só é a única preocupação das crianças até uma certa idade. Depois continuar a sair só. E quando já para nós esse prazer se usou, a rua é a nossa própria existência. Nela se fazem negócios, nela se fala mal do próximo, nela mudam as ideias e as convicções, nela surgem as dores e os desgostos, nela sente o homem a maior emoção. Quando se encontra o amor Na rua, sem o saber...

– Ponho-o no olho da rua! brada o pai ao filho no auge da fúria.

Aí está a rua como expressão da maior calamidade.

– Você está em casa, venha para a rua se é gente!

Aí temos a rua indicando sítio livre para a valentia a substituir o campo de torneio medieval.

– É mais deslavado que as pedras da rua!

Frase em que se exprime uma sem-vergonhice inconcebível.

– É mais velho que uma rua!

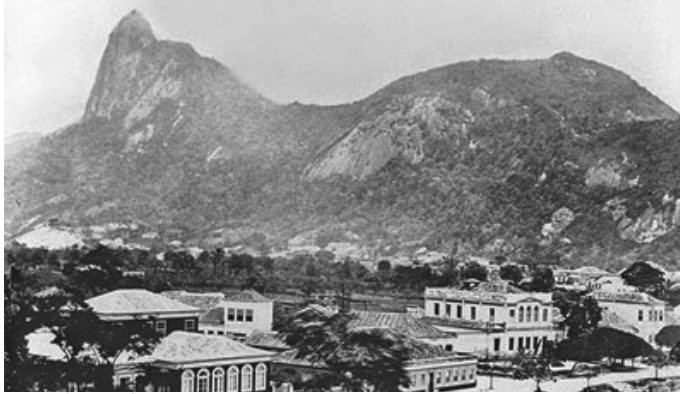
Conceito talvez errado porque há ruas que morrem moças.

Às vezes até a rua é a arma que fere e serve de elogio conforme a opinião que dela se tem.

– Ah! minha amiga! Meu filho é muito comportado. Já vai à rua sozinho...

– Ah! meninas, o filho de d. Alice está perdido! Pois se até anda sozinho na rua!

E a rua, impassível, é o mistério, o escândalo, o terror...



*Praia do Botafogo - 1865*

## RIO DE VERSOS - A CIDADE NA POESIA

*Sady Bianchin*

*“Não conhecer bem os percursos  
de uma cidade não tem muito que se lhe diga.  
Perder-se, no entanto, numa cidade, tal como  
é possível acontecer num bosque, requer instrução”*

Walter Benjamin

O nosso olhar poético quase Ipanema caiu como Copacabana, construindo novas identificações nas fronteiras culturais, atravessando a terceira margem do Rio de Versos. Amadureirando o fruto no Jardim Botânico, amolecendo a Cascadura na linha amarela no *Canto do Rio em Sol*, não tendo dó nem Piedade de mim na Linha Vermelha cerzida num *Cartão Postal* entre a cidade partida e a cidade integrada. Venha cá Maria da Graça, da Glória de Vila Isabel com *A Modinha* de Vinicius ou com o samba canção de Noel na construção do imaginário social. Venha cá minha Santa Tereza, depois que eu fizer minha confissão de fé na igreja da Penha e te der um beijo, minha flor de Mangueira, como *São Sebastião*, santo guerreiro, decreto a Abolição de todo e qualquer Del Castilho, de todo e qualquer Engenho, Novo, de Dentro e da Rainha. Sem Pixinguinha, Tia Ciata, Ernesto Santos, Clementina de Jesus e Ismael Silva a vida não é Recreio. Sem as Escolas de Samba a vida é Barra. Como dizia Lenine e Bráulio Tavares: “No Rio/ dos cafézais brotaram as florestas/ sementes de todo o planeta Terra/cresceram sobre a brisa do mar/e o cio/ produto sensual da natureza/herdou da negritude essa nobreza/ e nos fez cantar/ é carnaval”.

Todos os filhos da luta: João Cândido, Lamarca e Marighella, todos os filhos da puta do Riocentro da ditadura. A vida segue como domicílio inviolável, do subúrbio à praia, onde a rua vira casa, entre o privado e a esfera pública, no *Roteiro Lírico* dos nossos sonhos, inventando túneis, pontes supersônicas e habeas copos pelos butiquins, pés-sujos, verdadeiras casas ampliadas na *Noite Carioca* de ser.

A simbiose entre arte e sociedade alcançou um nível de intimidade na memória da cidade, pensar o *Rio de Janeiro* no cenário contemporâneo implica em situar os poetas nesses territórios babélicos em suas relações viscerais com processos simbólicos e materiais que constituem a essência das criações artísticas. Lembrando Mário Quintana: “fora da poesia não há salvação”; portanto justificar um prólogo de poemas é perder-se no meio da Avenida Brasil, da Avenida Atlântica e nas vielas desta *Cidade Maravilhosa*. O prazer do encontro está nas características dos labirintos das trilhas e dos trilhos urbanos. A *Cidade da Felicidade* somos nós, nossa imaginação, corpo e voz no Aterro do Flamengo lua abaixo, Rio Carioca acima. Acreditando que a liberdade pode estar ali na turbulência da próxima esquina.



Três poemas do  
**Roteiro Sentimental do Rio de Janeiro**  
Oswaldo Orico

Tradução do espanhol para o português de Élio Monnerat Sólón de Pontes.

Soneto Introdutório

Depois de ver os mundos que criara,  
Cheios de força, cheios de esplendor,  
Deus, em certa manhã formosa e clara,  
Não bastando ser Deus, fez-se pintor.

Quis dar à vida outro primor,  
E com as tintas que o Éden pintara,  
Pôs em quadro de cumes e de cor  
A curvatura azul da Guanabara.

É assim, oh!, viandante deslumbrado!,  
Que vês, de longe, sobre o Corcovado,  
O criador em sua pintura estranha;

E miras rutilante de beleza,  
Cristo desabrochar da Natureza,  
Como um lírio de luz sobre a montanha.  
Descobrimento

Sempre que volto a ti de uma jornada,  
Compraz-se em seguir, meu pensamento,  
O rosário de luz e o movimento  
De tua preciosa e límpida enseada.

No esplendor de tal descobrimento,  
Não sabe distinguir nossa mirada  
Onde fica, afinal, o firmamento:  
Se no Alto ou na terra platinada.

Quando te vejo ao despontar do dia,  
Sinto um capricho da geografia  
Marcar em fímbria azul os horizontes;

A cidade, despindo-se nas raias,  
Ao fundo do decote de suas praias,  
Mostra os seios de pedra dos seus montes...  
O Largo do Boticário

Árvores. Sossego. Tranquilidade.  
Aqui não chega o rumor da esquina,  
E parece que existe uma cortina,  
Separando dois tempos da cidade.

E o silêncio, a alma, a surdina,  
O berço pleno de hospitalidade  
No qual vem abrigar-se esta cidade,  
Recordando seus tempos de menina...

Para o divino alívio dos seus males,  
Nada como estes velhos arrabaldes  
Que falam de um lirismo feiticeiro,

Em que os dedos de luz de sua mão  
Tangiam um piano, com emoção.  
Usando um candelabro por luzeiro.

## **Rio de Janeiro**

Manuel Bandeira

Louvo o Padre, louvo o Filho  
E louvo o Espírito Santo.  
Louvado Deus, louvo o santo  
De quem este Rio é filho.  
Louvo o santo padroeiro  
— Bravo São Sebastião —  
Que num dia de janeiro  
Lhe deu santa defesa.

Louvo a cidade nascida  
No morro Cara de Cão,  
Logo depois transferida  
Para o Castelo, de então  
Descendo as faldas do outeiro,  
Avultando em arredores,  
Subindo a morros maiores,  
— Grande Rio de Janeiro!

Rio de Janeiro, agora  
De quatrocentos janeiros...  
Ó Rio de meus primeiros  
Sonhos! (A última hora  
De minha vida oxalá  
Venha sob teus céus serenos,  
Porque assim sentirei menos  
O meu despejo de cá!)

Cidade de sol e bruma,  
Se não és mais capital  
Desta nação, não faz mal:  
Jamais capital nenhuma,  
Rio, empanará teu brilho,  
Igualará teu encanto.  
Louvo o Padre, louvo o Filho  
E louvo o Espírito Santo.

## **são sebastião**

Nel Meirelles

as ruas  
me atravessam

as esquinas  
guardam meus pedaços

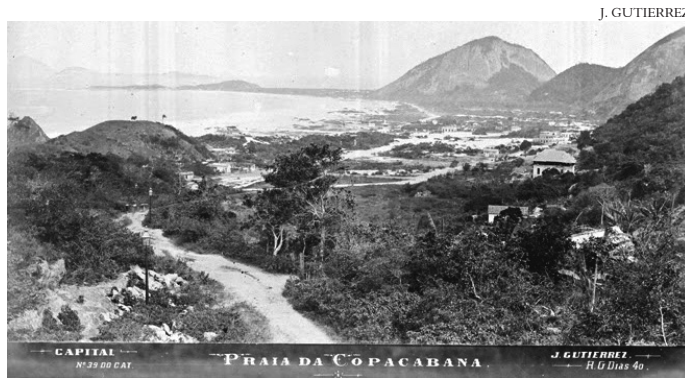
as largas avenidas  
amaciam meus passos

o sol do arpoador  
me descobre a alma

bangu, campo grande, realengo  
são trilhas de longas caminhadas

tijuca, ipanema e são cristóvão  
canções de todos os carnavais

e minha mangueira  
plantada no alto do morro  
é a alma desse rio de janeiro  
que vive e revive em mim



Copacabana - 1894

## **cidade da felicidade**

Cairo Trindade

cidade da felicidade  
a capital do samba & da poesia

Do alto do céu, nas nuvens, vislumbro o Corcovado,  
o Pão de Açúcar, a Pedra da Gávea e a Floresta da Tijuca,  
– o mistério e a magia da cidade mais bela do mundo.  
(Vislumbro e me deslumbro.)

Ao chegar no Galeão, minha alma canta, em tom maior,  
e eu vejo o mar, as aves e ilhas – as maravilhas do Rio.  
(Todas me arrebatam.)

O ar da terra me invade  
– o ar dor da raça, o ar da praia, o ar da graça.

Desço com certa solenidade  
como se estivesse chegando no paraíso  
– um plano de fantasia e plena liberdade.

Peço licença a São Sebastião, aos deuses do Carnaval  
e ao povo carioca – o mais feliz que eu já vi.

Ao pisar o chão do coração do Brasil,  
meu peito pulsa e eu sinto, dentro, um frenesi.

Atravesso túneis e sóis, em êxtase e volúpia,  
e de repente estou entre os Jardins do Flamengo.

(Dá vontade de viver tanta beleza. E eu quase choro.)

Passeio pela Baía, pela Enseada, pela Lagoa,  
até chegar a meu destino – um lugar que não existe!  
Copacabana sorri sensual, abre os braços e me envolve.  
Avassaladoramente.  
Eu me entrego, possuído pela paixão.  
(E, enfeitiçado, gozo.)

## **Canto do Rio em Sol** (parte II)

Carlos Drummond de Andrade

Rio, nome sussurrante,  
Rio que te vais passando  
a mar de estórias e sonhos  
e em teu constante janeiro  
corres pela nossa vida  
como sangue, como seiva  
— não são imagens exangues  
como perfume na fronha  
... como a pupila do gato  
risca o topázio no escuro.  
Rio-tato-  
-vista-gosto-risco-vertigem  
Rio-antúrio.

Rio das quatro lagoas  
de quatro túneis irmãos  
Rio em ã  
Maracanã  
Sacopenapã  
Rio em ol em amba em umba sobretudo em inho  
de amorzinho  
benzinho  
dá-se um jeitinho  
do saxofone de Pixinguinha chamando pela Velha Guarda  
como quem do alto do Morro Cara de Cão  
chama pelos tamoios errantes em suas pirogas  
Rio, milhão de coisas  
luminosardentissuavimariposas:  
como te explicar à luz da Constituição?

## Noite carioca

Murilo Mendes

Noite carioca

Noite da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro

tão gostosa

que os estadistas europeus lamentam ter conhecido tão tarde.

Casais grudados nos portões de jasmineiros...

A baía de Guanabara, diferente das outras baías, é camarada,

recebe na sala de visita todos os navios do mundo

e não fecha a cara.

Tudo perde o equilíbrio nesta noite,

as estrelas não são mais constelações célebres,

são lamparinas com ares domingueiros,

as sonatas de Beethoven realejadas nos pianos dos bairros distintos

não são mais obras importantes do gênio imortal,

são valsas arrebetadas...

Perfume vira cheiro,

as mulatas de brutas ancas dançam nos criouléus suarentos.

O Pão de Açúcar é um cão de fila todo especial

que nunca se lembra de latir pros inimigos que transpõem a barra

e às 10 horas apaga os olhos pra dormir.



DEBRET

*Entrada da Baía da Guanabara*



Dois poemas iniciais do  
**Roteiro Lírico do Rio de Janeiro**  
Geir Campos

O AMADOR

Acordo com  
    teu nome

na boca  
    é doce

nos ouvidos  
    é música

nos olhos  
    madrugada

no rosto  
    é brisa

nas mãos  
    é guia

nos pés  
    a estrada  
    sonhadora

## E A COISA AMADA

cidade minha

quasedigo

e pauso

e penso

em verdade

sou eu

que

a ti

pertenço

## **Cartão postal**

Amélia Alves

Aos pés do Redentor, o tiro no Santa Marta  
espalha castelos de cartas no asfalto da zona sul.

Rio que te quero ver,  
do alto do Corcovado escorres desejos de ser  
somente sol, serra, mar, batuque e carnaval!

Rio que te quero mal,  
no espelho da Lagoa,  
expias culpas dessa vida boa:— Copacabana, princesinha do mar,  
onde te encontro presente  
percebo teu passado  
e pressinto o futuro!

Rio que te quero pão, açúcar e verde,  
da janela vislumbro cristos e fomes.  
E mato e morro.

Do livro *Atrás das borboletas azuis* (Oficina do Livro, 2005)

**Modinha**

Vinicius de Moraes

[...]

Quero brincar com a minha cidade.

Quero dizer bobagens e falar coisas de amor à minha cidade.

Dentro em breve ficarei sério e digno. Provisoriamente

Quero dizer à minha cidade que ela leva grande vantagem sobre todas as  
outras namoradas que tive

Não só em km<sup>2</sup> como no que diz respeito a acidentes de terreno entre os  
quais o número de buracos não constitui fator desprezível.

Em vista do que pegarei meu violão e, para provar essa vantagem, sairei  
pelas ruas e lhe cantarei  
a seguinte modinha:

MODINHA

Existe o mundo

E no mundo uma cidade

Na cidade existe um bairro

Que se chama Botafogo

No bairro existe

Uma casa e dentro dela

Já morou certa donzela

Que quase me bota fogo.

Por causa dela

Que morava numa casa

Que existia na cidade

Cidade do meu amor

Eu fui perjuro

Fui traidor da humanidade

Pois entre ela e a cidade

Achei que ela era a maior!

Loucura minha

Cegueira, irreabilidade

Pois realmente a cidade

Tinha, como é de supor

Alguns milhares de km<sup>2</sup>

E ela apenas, bem contados

Metro e meio, por favor.

**amado**

lória porto

rio rio rio rio

quedo-me em teu leito  
sem saber direito  
onde vou parar  
caio nos teus braços  
abraços e beijos  
levas-me contigo  
deságuas-me ao mar

rio rio rio rio

em tua correnteza  
roço-te as margens  
afundo-me ao meio  
mergulho-me em ti  
rolo feito seixo  
pelas tuas praias  
estamos amarrados  
atados por um fio

rio rio rio rio

finjo-me sereia  
n'areia me deitas  
cobres-me o corpo  
o céu diz amém  
sou tua a amante  
assim por inteiro  
és meu rio amado  
rio de janeiro

rio rio rio rio

## **Um baiano no rio**

Moraes Moreira

Quatrocentos e cinquenta janeiros  
Tem este Rio  
Nas águas do desafio  
Esta cidade se aguenta  
Resiste e se reinventa  
Complexa geografia  
Revela a fotografia  
Na hora que o sol desmaia,  
Nas curvas de Niemeyer  
Toda beleza irradia

Provoca tanta cobiça  
Esta cidade mulher  
Nenhuma outra qualquer  
Encanta e nos enfeitiça  
A sua gente mestiça  
Sabe viver nesta terra  
Enxerga em meio a esta guerra  
O horizonte da paz  
Grande é o milagre que faz  
Imenso o amor que se encerra

Cidade dos brasileiros  
João Gilberto dizia  
Na Glória e seus Outeiros  
Nas águas dessa Baía  
Recebe com simpatia  
E uma alegria invulgar  
Gente de todo lugar  
Seja operário ou artista  
O visitante, o turista  
E quem vier para ficar

O jeito do carioca  
É muito peculiar  
Aqui a gente se toca  
E sempre quer abraçar  
O modo de se falar  
É de um sotaque gostoso  
Naturalmente charmoso  
Baiano aqui não se cala,  
Eu sou um deles, que fala:  
O Rio é maravilhoso!

Publicado no Caderno Especial de O Globo, de 1/3/2015, dedicado  
ao aniversário da cidade

## **Cidade Maravilhosa**

Olegário Mariano

Cidade maravilhosa!  
Na luz do luar, fluídica e fina,  
Lembra excêntrica bailarina,  
Corpo de náiade ou sereia,  
Desfolhando-se em pétalas de rosa,  
Com os pés nus sobre a areia.

Cidade do gozo e do vício!  
Flor de vinte anos, rosa do desejo!  
Corpo vibrando para o sacrifício,  
Seios à espera do primeiro beijo.

Cidade do Amor e da Loucura,  
Das estrelas errantes... Para vê-las,  
Vibra no olhar de cada criatura  
Uma ânsia indefinida  
Pelo brilho longínquo das estrelas  
Que é, como tudo, efêmero na vida.

Cidade do Êxtase e da Melancolia,  
De dias tristes e de noites quietas;  
Sombra desencantada da alegria  
Dos que vivem de lágrimas, os poetas.

Cidade de árvores e sinos.  
De crianças e jardins. Flor das Cidades;  
Berço de ouro de todos os Destinos,  
Fonte eterna de todas as Saudades.



A Revista **Comum** aceitará contribuições sem restrição de procedência, ressalvadas as prioridades estabelecidas pelo Conselho Editorial e recomenda a seus colaboradores que enviem seus artigos da seguinte forma:

1. Texto em mídia eletrônica, digitado em programa Word para Windows, corpo 12, entrelinha 1,5.
2. Os textos devem ter o mínimo de 10 e o máximo de 20 laudas (cada lauda com cerca de 30 linhas e 70 toques por linha).
3. Notas, referências bibliográficas e citações que obedeçam as normas da ABNT.
4. As referências bibliográficas, no final do texto, devem conter apenas as obras efetivamente mencionadas no artigo.
5. Apresentar um resumo de, no máximo, 150 palavras na língua original do texto e um *abstract* ou *résumé*.
6. Listar palavras-chave, *keywords* ou *mots-clés*.
7. Incluir nota biográfica do autor que indique sua formação acadêmica e, se for o caso, onde ensina, estuda e/ou pesquisa.

No caso de publicação do artigo, o Conselho Editorial se reserva o direito de selecionar as informações biográficas que achar pertinentes.

8. O ineditismo do artigo é obrigatório. Indicar, em nota à parte, caso o texto tenha sido apresentado em forma de palestra ou comunicação.
9. Evitar palavras, expressões ou frases grafadas com sublinhado ou negrito. Para destaques usar apenas o itálico.
10. Enviar, com os originais, autorização assinada pelo autor ou seu procurador, para que aquele trabalho seja publicado nas versões impressa e digital da Revista **Comum**.

O Conselho Editorial se reserva o direito de recusar os trabalhos que não atendam as normas estabelecidas e comunicará ao autor se o trabalho foi aceito sem restrições, aceito com sugestão de alterações ou recusado. Os autores receberão cinco exemplares do número que contiver sua colaboração.